

Parceiro Estratégico, Incógnita ou Ameaça?
Uma análise comparativa das perceções dos
presidentes norte-americanos face à República
Popular da China (2012-2020)

Versão Final Após Defesa

José Carlos Gomes Borges

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Relações Internacionais

2º ciclo de estudos

Orientador: Prof. Doutor João David Malagueta Terrenas

Junho de 2025

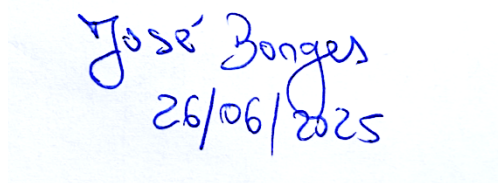
Folha em branco

Declaração de Integridade

Eu, José Carlos Gomes Borges, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M11917 do curso Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 26/06/2025



Handwritten signature of José Borges and the date 26/06/2025 in blue ink.

(assinatura conforme Cartão de Cidadão ou preferencialmente assinatura digital no documento original se naquele mesmo formato)

Folha em branco

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus familiares em geral e, em particular, à minha companheira, Ana Carolina, ao meu filho, José Júnior, ao meu pai, José Carlos Varela Borges e aos potenciais estudiosos em compreender as relações entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China.

Folha em branco

Agradecimentos

A conclusão deste mestrado em Relações Internacionais por mim, simboliza a materialização de um sonho. É verdadeiramente a realização de um sonho de criança. Deste modo, quero, em primeiro lugar, agradecer a todos os professores da Universidade da Beira Interior em geral e, de forma restrita, aos professores do curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da referida instituição. Da mesma forma, quero agradecer ao meu orientador, Prof. Doutor João David Malagueta Terrenas pela disponibilidade, dedicação, paciência e rapidez empreendido no processo de conceção deste trabalho científico.

Ainda no circuito académico, também quero aqui expressar os meus mais sinceros agradecimentos aos meus colegas do curso e, em especial, ao Januário Sumbo, Ana Laura, Ramalhano António Té, Cleison Apolinário Quadé, Mariana Pessoa, Tomás Cadete, Jou Fernandes e Lúcia Matos.

Por outro lado, enquanto trabalhador e estudante, sei que não seria fácil concluir esta etapa da minha vida se não tivesse a confiança e, concomitantemente, em momentos diferentes, fosse empregado por duas entidades patronais distintas. Nomeadamente, o restaurante “Brasil ao Peso”, na cidade da Covilhã e o restaurante “Dom Henrique”, na cidade de Lagos. Quero deste modo, agradecer a todos os colegas de trabalho que direta ou indiretamente contribuíram para que, durante a escrita desta dissertação, os meus dias fossem melhores.

E, por último, mas não menos importante, quero agradecer a toda a minha família e, em especial, à minha companheira, Ana Carolina, meu filho, José Júnior, meu pai, José Carlos Varela Borges e ao meu irmão Osvaldo Borges por serem os meus alicerces nos momentos mais inquietantes da minha vida. À minha falecida mãe, Ana Gomes Varela, obrigado pela educação.

Folha em branco

Resumo

Após a queda do muro de Berlim em 1989 e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1991, a distribuição de poder internacional assumiu uma configuração unipolar, tendo os Estados Unidos da América assumido uma posição hegemónica a nível económico, financeiro, político, tecnológico e militar. Através de uma diplomacia ativa e do exercício de influência sob importantes instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, as sucessivas administrações norte-americanas conseguiram definir regras e moldar as regras da governação que regem as interações entre os Estados e definem as prioridades da agenda global. Porém, o advento do novo século trouxe consigo importantes desafios à hegemonia norte-americana, o mais saliente dos quais materializado na crescente relevância da China no plano internacional.

Sob este pano de fundo, a presente dissertação pretende analisar a evolução das perceções dos governantes norte-americanos face à ascensão da República Popular da China, com particular enfoque nas Administrações de Barack Obama (2012-2016) e Donald Trump (2017-2020). Através da análise dos discursos de ambos os presidentes, concluímos que a partir da segunda década dos anos 2000 a China passou a ser percecionada e catalogada como a maior ameaça à hegemonia norte-americana no mundo. Porém, durante a administração Obama (Democratas), por meio da diplomacia, os dois países ainda se coexistiram e relacionaram-se em diversos assuntos bilaterais e multilaterais. Por mais que ela era percecionada como uma ameaça, ao mesmo tempo, ela também era considerada, em certos momentos, como um parceiro pontual para Obama. Já na administração Trump (Republicanos), o que se observou foi um rompimento brusco nas relações entre Washington e Pequim, principalmente a partir de 2018. Para a sua administração, Pequim era o pior inimigo dos EUA, pelo que, era contraproducente desenvolver qualquer tipo de relação pacífica.

Palavras-chave: Estados Unidos da América; República Popular da China; Barack Obama; Donald Trump; Política Externa; Geopolítica.

Folha em branco

Abstract

After the fall of the Berlin Wall in 1989 and the dissolution of the Union of Soviet Socialist Republics in 1991, the distribution of international power assumed a unipolar configuration, and the United States of America assuming a hegemonic position at the economic, financial, political, technological and military levels. Through active diplomacy and the exercise of influence under important international institutions such as the United Nations, the International Monetary Fund and the World Bank, successive US administrations have managed to define rules and shape the governance rules that govern interactions between states and define the priorities of the global agenda. However, the advent of the new century brought with it important challenges to US hegemony, the most prominent of which materialized in China`s growing relevance at the China at the international level.

Against this background, this dissertation aims to analyze the evolution of the perceptions of North American leaders regarding the rise of the People's Republic of China, with a particular focus on the Administrations of Barack Obama (2012-2016) and Donald Trump (2017-2020). Through the analysis of the speeches of both presidents, we conclude that from the second decade of the 2000, China began to be perceived and catalogued as the greatest threat to North American hegemony in the world. However, during the Obama administration (Democrats), through diplomacy, the two countries still coexisted and interacted on several bilateral and multilateral issues. As much as she was perceived as a threat, at the same time, she was also considered, at certain times, as a punctual partner for Obama. Under the Trump administration (Republicans), what was observed was a sudden break in relations between Washington and Beijing, especially from 2018. For his government, Beijing was the worst enemy of the US, therefore, it was counterproductive to develop any type of peaceful relationship.

Keywords: United States of America; People's Republic of China; Barack Obama; Donald Trump; Foreign Policy; Geopolitics.

Folha em branco

Índice

Lista de Figuras	xvi
Lista de Tabela	xviii
Lista de Acrónimos	xx
1. Introdução	1
1.1. Pergunta de Investigação e Objetivos	2
1.2. Justificação do Tema e Limitações	3
1.3. Metodologia.....	3
1.4. Estrutura do Trabalho.....	5
PARTE I - A evolução das relações entre a República Popular da China e os Estados Unidos da América (1949-2020)	8
2. As Relações entre a China e os Estados Unidos (1949-1976) – A era de Mao.....	9
3. As Relações entre a China e os Estados Unidos (1978-1992) – A era de Deng	19
4. As Relações entre a China e os Estados Unidos (1992-2002) – A era de Zemin	25
5. As Relações entre a China e os Estados Unidos (2002-2012) – A era de Hu Jintao .	39
6. As Relações entre a China e os Estados Unidos (2012-2020) - A era de Xi Jinping..	56
Parte II - Análise Comparativa dos Discursos Oficiais dos Governos dos Estados Unidos da América (2012-2020)	78
7. As perceções da China nos Discursos Oficiais de Barack Obama (2012-2016).....	79
8. As perceções da China nos Discursos Oficiais de Donald Trump (2017-2020).....	84
9. Comparação entre Discursos Oficiais do Presidente Obama e Trump em Relação à China	89
CONCLUSÃO	92
Referências Bibliográficas	98
ANEXOS	110
Anexo I – Crescimento do PIB da China em 2006	111
Anexo II – Impacto da crise financeira de 2008/09 nos Estados Unidos e na China..	112

Anexo III – Emissão de gases com efeito de estufa entre os Estados Unidos e a China – generalidade.....	113
Anexo IV – Emissão de gases com efeito de estufa entre os Estados Unidos e a China – Per Capita	114
Anexo V – Mar da China Meridional.....	115
Anexo VI – Caça furtivo chinês e norte-americano	116
Anexo VII – Iniciativa Faixa e Rota	117
Anexo VIII – Ilha artificial a ser construído pela China no seu Mar Meridional.....	118
Anexo IX – Guerra comercial entre os Estados Unidos e a China em números	119
Anexo X – Presidente Trump chama Covid 19 de vírus chinês	120
Anexo XI – Queda do PIB dos Estados Unidos em 2020	121
Anexo XII – Comparação de números de casos e mortes por covid 19 entre a China e alguns países	122
Anexo XIII – Crescimento do PIB chinês durante a pandemia do covid 19	123

Folha em branco

Lista de Figuras

Figura nº 1- Crescimento do PIB chinês em 2006.....	111
Figura nº 2 Impacto da Crise Financeira em 2009	112
Figura nº 3- Emissão de Gases de Efeito de Estufa – generalidade.....	113
Figura nº 4: Emissão de Gases de Efeito de Estufa- Per Capita	114
Figura nº 5: Mar da China Meridional.....	115
Figura nº 6: Semelhança entre caça furtivo chinês e norte-americano	116
Figura nº 7: Iniciativa Faixa e Rota Revitalizada.....	117
Figura nº 8: Ilha artificial a ser construída pela China.....	118
Figura nº 9: Presidente Trump classifica covid 19 de vírus chinês	120
Figura nº 10: Queda do PIB norte-americano em 2020.....	121

Lista de Tabela

Tabela nº 1: Guerra comercial entre EUA e China.....	119
Tabela nº 2: Comparação de números de infecções e mortes por covid 19 entre a China e outros países desde início da pandemia até agosto de 2020	122

Lista de Acrónimos

AIIB	Asian Infrastructure Investment Bank
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
ADIZ	Air Defense Identification Zone
APEC	Asian-Pacific Economic Cooperation
BM	Banco Mundial
BAD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BRI	Belt and Road Initiative
BRIC	Brazil, Russia, India, China
BRICS	Brazil, Russia, India, China, South Africa
CIA	Central Intelligence Agency
CIIE	China International Import Expo
CGTN	China Global Television Network
COP-21	Conferência das Partes 21
COSCO	China Ocean Shipping Company
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
CSC	Conferência de Segurança e Cooperação na Europa
EPL	Exército Popular de Libertação
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FDA	Food and Drug Administration
FOCAC	Forum on China-Africa Cooperation
FRS	Federal Reserve System
G-20	Grupo dos 20
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
GEE	Gases de Efeito de Estufa
HFCS	Hidrofluorcarbonetos
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
IEEPA	International Emergency Economic Powers Act
MGM	Matador Guided Missile
MNSR	Miniature Neutron Source Reactor
MREC	Ministério das Relações Exteriores da China
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento
OCX	Organização de Cooperação de Xangai
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde

ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCC	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Paridade de Poder de Compra
RPC	República Popular da China
RCEP	Regional Comprehensive Economic Partnership
SARS	Severe Acute Respiratory Syndrome
THAAD	Terminal High Altitude Area Defense
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VIH	Vírus de Imunodeficiência Humana
ZEE	Zona Económica Exclusiva

Folha em branco

1. Introdução

Há cerca de 208 anos, numa célebre frase, profetizou o estadista e militar francês, Napoleão Bonaparte, “Quando a China acordar, o mundo tremerá” (Allison, 2021). Se há um período histórico onde podemos enquadrá-la, esse período é agora. Por coincidência ou não, o acordar da República Popular da China ocorre numa época em que os Estados Unidos da América ainda concentram em si o estatuto da nação mais poderosa do mundo. Título subjetivamente alcançado em 1991, quando há a implosão e, consequentemente, a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Contudo, à ascensão discreta e permanente da República Popular da China desde o início deste século, tem posto em causa a singularidade dos Estados Unidos da América no cenário geopolítico internacional. Em vista disso e com a disseminação de projetos contundentes ao redor do mundo (BRICS, BRI, AIIB), desde 2011 a República Popular da China passou a ser percecionada como a maior opositora à hegemonia norte-americana no contexto internacional. Por exemplo, Brunet & Guichard (2012) destacaram que a República Popular da China tornou-se a primeira potência comercial do mundo e a partir de 2009 as suas exportações ultrapassaram, pela primeira vez, as da Alemanha, distanciando-se ainda mais das exportações do Japão e dos EUA. Sendo a primeira superpotência mundial, é obvio que os Estados Unidos da América mobilizarão todos os meios para conservar a sua posição. Justificando assim a sua excecionalidade missionária em contraponto à excecionalidade cultural que caracteriza a sociedade chinesa (Kissinger, 2011).

Porém, tendo como alicerce à armadilha de Tucídides, na guerra de Peloponeso, Graham Allison (2021), destacou que em dezasseis embates entre uma potência incumbente e outra ascendente, somente em quatro não houve guerra. Nomeadamente, o declínio de Portugal perante à Espanha (em finais do século XV); o declínio do Reino Unido em relação aos Estados Unidos (no início do século XX); embate entre os Estados Unidos e a União Soviética (entre 1940 e 1980) e o declínio político do Reino Unido e França na Europa perante o domínio da Alemanha (de 1990 até atualidade).

No endosso da posição hegemónica norte-americana, Mearsheimer destacou que, a partir de 1992, a estratégia norte-americana documentada pelo Pentágono era de impedir o surgimento de qualquer futuro competidor global potencial (2007:360). Num contraponto altamente preocupante e considerando-se os factos, Mahbubani percebeu que, com o passar do tempo, mais países investirão e comercializarão com a República Popular da China do que com os EUA (...) em grande medida, tal já está a acontecer (...) um número superior a cem países estabelece atualmente mais trocas comerciais com a China do que Estados Unidos (2020:58). Coadunando com os argumentos de

Mahbubani, Fundo Monetário Internacional (2020), mostrou que de 2012 a 2020, a economia chinesa cresceu a um ritmo acelerado de cerca de 7% ao ano. Enquanto a dos Estados Unidos da América situou-se nos 3%. Atendendo as circunstâncias históricas e a alteração conjuntural da geopolítica internacional encabeçada pela República Popular da China, será que o mundo caminha para um conflito jamais visto na história da humanidade? Apesar de ser impossível antecipar a resposta a esta questão, as crescentes tensões entre as duas principais potências têm ficado cada vez mais evidentes ao longo da última década. É, portanto, fundamental compreender de que forma evoluíram as relações entre estes dois atores, bem como as perceções dos principais líderes políticos que as moldam.

1.1. Pergunta de Investigação e Objetivos

Este trabalho é orientado pela seguinte pergunta de investigação: Como evoluíram as perceções dos governantes norte-americanos face à ascensão da República Popular da China entre 2012 e 2020? Para responder a esta pergunta, foram desenhadas as seguintes sub-questões: a) Quando se aperceberam os governantes norte-americanos da ascensão da República Popular da China no cenário internacional e de que forma reagiram? b) Quais foram as principais estratégias utilizadas por Washington para conter as ambições de Pequim? c) Em que medida as políticas do presidente Barack Obama (2012-2016) e Donald Trump (2017-2020) divergiram ou convergiram no que respeita à importância e medidas a adotar para conter a ascensão da China?

Mediante as movimentações atípicas envolvendo os Estados Unidos da América e a República Popular da China, o mundo tem passado por frequentes tensões no setor económico, financeiro, comercial, tecnológico e militar. Neste sentido, o objetivo central desta dissertação é analisar e explicar a evolução das relações entre os Estados Unidos da América e República Popular da China entre 2012 e 2020. Arelado à dinâmica empreendida por Washington para conservar o seu *status quo* e de Pequim para revisar a estrutura da organização mundial como ela se materializa, o nosso ímpeto passa também por identificar e analisar potenciais zonas e áreas de discordâncias entre ambos.

Por outro lado, também temos como objetivo, até certo ponto, compreender de que forma a República Popular da China, como ator global, tem usado a sua diplomacia para atrair países para a sua órbita gravitacional. Seguindo essa linha de raciocínio, a investigação procurará assimilar as motivações dos Estados Unidos da América na contenção da República Popular da China no seu mar meridional e questão da Ilha de Taiwan.

1.2. Justificação do Tema e Limitações

A relevância deste trabalho para as Relações Internacionais deriva de, atualmente, e em diversas áreas, os Estados Unidos da América e a República Popular da China terem vindo a protagonizar disputas jamais vistas no cenário internacional. Por esse motivo, consideramos fundamental assimilar cada movimento engendrado por Washington e Pequim na geopolítica internacional. Pois, à ascensão e, conseqüentemente, a dinâmica introduzida pela República Popular da China a partir de 2013, tem alterado o *status quo* dos Estados Unidos da América em várias regiões do globo. E, por fim, concluímos que, estrategicamente, enquanto a República Popular da China almeja, ao seu modo, alcançar o rejuvenescimento nacional e, concomitantemente, a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade, os Estados Unidos da América mostram-se incapazes de contrapô-la com um projeto semelhante.

No que tange às limitações deste trabalho, esta dissertação centra-se somente no objetivo de compreender a perspectiva dos Estados Unidos da América face à República Popular da China no período compreendido entre 2012 e 2020. Por mais que em alguns momentos recorremos de forma pontual a acontecimentos internos de cada país, fazemo-lo com o intuito de embasar as políticas externas dos mesmos. Tomamos como referência o primeiro ano, porque, internamente, o presidente Xi Jinping ascendeu ao poder na República Popular da China e externamente, estabeleceu projetos e metas ambiciosas para serem cumpridas pela República Popular da China até 2049. De acordo com Mações (2022:169), 2049 constituirá um ano simbólico para a China e para o seu povo porque o Partido Comunista Chinês completará 100^o aniversário à frente dos destinos do país.

Por outro lado, optamos por restringir ao ano 2020, porque foi o ano em que a pandemia do Covid 19¹ afetou significativamente a política internacional e agudizou as relações entre as duas superpotências. Por fim, o facto de o investigador não dominar o mandarim (língua chinesa), por mais que recorremos à tradução de alguns documentos, notamos que de algum modo a compreensão profunda dos mesmos não foi com precisão.

1.3. Metodologia

¹ A Covid 19 é uma doença causada por um novo coronavírus chamado SARS-COV-2. A Organização Mundial da Saúde soube pela primeira vez deste novo vírus em 31 de dezembro de 2019, após um relatório de um grupo de casos “pneumonia viral” na cidade de Wuhan, República Popular da China (OMS, 2023).

O campo das Relações Internacionais tem por hábito a validação dos debates e trabalhos científicos calcados em factos históricos verídicos e sustentados pela adoção de um conjunto de metodologia específicas. Para a presente análise, o método que melhor se enquadra para o desenvolvimento da nossa investigação é o método comparativo. De acordo com Lakatos & Marconi (2003:107), método comparativo consiste em estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos. As autoras argumentam ainda que o referido método realiza comparações, com o intuito de verificar similitudes e explicar divergências entre o objeto de estudo. A utilização deste método ajuda-nos a tecer comparações de grupos no presente e no passado entre sociedades iguais ou em processo de desenvolvimento diferente.

Todavia, este estudo de caso está alicerçado na recolha de dados, obtidos por vias de fontes primárias (discursos políticos, entrevistas e documentários) e fontes secundárias (artigos académicos, relatórios, teses de mestrado, documentos oficiais disponibilizados nos sítios da internet do governo norte-americano, do governo chinês, instituições internacionais), utilizando como a técnica análise documental de cariz dedutivo. Bennett (2002) assegura que um estudo de caso é nada mais nada menos do que uma parcela bem limitada de um acontecimento histórico no qual o investigador seleciona para analisar em vez de o acontecimento histórico em si.

Concernente à recolha de dados, é importante realçarmos que as informações oficiais relacionadas às administrações do presidente Barack Obama e Donald Trump foram obtidas diretamente dos seguintes documentos: Estratégia Nacional de Segurança dos anos 2010 e 2017, relatórios do governo, decretos do governo, relatórios do congresso e senado, departamento de justiça norte-americana, resoluções, transcrição dos discursos no portal da Casa Branca e departamento de estado norte-americano, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e outros.

Em relação à República Popular da China, obtivemos as informações diretamente dos seguintes documentos: discursos transcritos do congresso nacional do povo, no esboço dos planos quinquenais, livro branco sobre defesa nacional, Comunicado de Xangai, dos discursos transcritos e disponibilizados na página do ministério das relações exteriores da China, nas diversas embaixadas da China no exterior, artigos nos jornais de referência na China (Xinhua, China Daily, Global Times e outros). Referente aos dados recolhidos de forma indireta, recorreremos aos seguintes documentos.

Relativo à análise de conteúdo, Quivy & Campenhoudt (1998:226-227) argumentam que o mesmo não tem como finalidade compreender o funcionamento da linguagem enquanto tal, mas sim, tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade. Os autores

classificam ainda a análise documental ou de conteúdo em duas categorias, a saber: quantitativa e qualitativa.

Uma vez que o nosso tema visa compreender se a China é definida como um “Parceiro Estratégico, Incógnita ou Ameaça?”, realizamos uma análise comparativa das perceções dos presidentes norte-americanos face à República Popular da China (2012-2020) através de uma abordagem qualitativa. Para o autor, esta é uma abordagem intensiva que, por sua vez, centra-se numa análise restrito de número de informação complexas e detalhada. Segundo Lamont (2015), a abordagem qualitativa possibilita que a investigação científica se aprofunde em acontecimentos, lugares, instituições ou individualidades específicas. Já para Ocantos (2020), para além da abordagem qualitativa cumprir uma forte exigência, ela também demanda à recolha de uma grande quantidade de informações. Na referida abordagem, o investigador não possui uma influência sobre o objeto de estudo. Pelo que, a sua participação não contribuiu para a alteração de dados ou informação recolhida. A autoexclusão do investigador, no estudo do objeto, na abordagem qualitativa, é muitas vezes autoconsciente (Barkin, 2008).

Concernente ao enquadramento teórico das Relações Internacionais, quando o assunto envolve a relação entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China, a exploração recai, sobretudo, em três campos teóricos, a saber: a escola neoliberal, o construtivismo e o realismo. Mediante à anarquia do sistema internacional, alicerçamos a nossa investigação na teoria realista. Visto que a mesma tem como o seu foco de análise, entre outros, a maximização de poder por Estado no sistema internacional. Porém, é preciso clarificar que o facto de o sistema internacional ser anárquico, não quer dizer que seja um ambiente desordeiro e selvagem, pelo contrário, nele, os Estados estão propensos à guerra, competição e segurança (Mearsheimer, 2007).

1.4. Estrutura do Trabalho

Para termos a compreensão fidedigna da relação histórica entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China, analisarmos o contexto atual da referida relação e tecer considerações futuras, a presente dissertação encontra-se dividida em duas partes. A primeira parte em que debruçamos sobre a evolução das relações entre a República Popular da China e os Estados Unidos da América (1949-2020) encontra-se subdividido em 5 capítulos. Por sua vez, na segunda parte, realizamos uma análise comparativa dos discursos oficiais dos governos norte-americanos entre os anos 2012 e 2020 está dividida em 3 capítulos.

No primeiro capítulo, descrevemos sobre os primórdios das relações entre a República Popular da China e os Estados Unidos da América durante a governação de

Mao Tsé-tung (1949-1976). Relações caracterizadas como antagónicas na maior parte da governação de Mao, fruto, também, da conjuntura política internacional que se vivia na altura. Porém, conhecendo o início da reaproximação em fevereiro de 1972, com a visita do presidente norte-americano, Richard Nixon, durante os últimos anos da governação de Mao.

No segundo capítulo, detalhamos a relação entre a República Popular da China e os Estados Unidos da América no decorrer do mandato de Deng Xiaoping (1978-1992). Mostramos, para que lado o novo presidente chinês enveredou o país no contato com as autoridades de Washington e, conseqüentemente, quais as medidas implementadas a fim de reposicionar o seu país no cenário internacional e garantir a prosperidade para a sua população interna. Outrossim, discorremos sobre uma das reais causas da manifestação da praça de Tiananmen em 1989 e a reação internacional.

No terceiro capítulo, abordamos sobre a relação entre a República Popular da China e os Estados Unidos da América sob a presidência de Jiang Zemin (1992-2002). Analisamos, como, em volto à má reputação da China perante a comunidade internacional em detrimento dos acontecimentos da praça de Tiananmen, o líder chinês conseguiu relançar as relações com os Estados Unidos da América, manter o estatuto da “Nação mais Favorecida”, lidar com a questão de Taiwan e, acima de tudo, inserir a China na Organização Mundial do Comércio em 2001.

No quarto capítulo em que analisamos a relação entre a República Popular da China e os Estados Unidos da América, o país oriental encontra-se sobre a gestão de Hu Jintao (2002-2012). Neste preceito, mostramos, à luz dos factos, como foi o posicionamento da China perante aos Estados Unidos da América, que nessa fase travava “Guerra ao Terror” e tinha reposicionado a sua política externa em torno do combate ao terrorismo. Visto que, era um dos objetivos da administração norte-americana, chefiada por presidente George W. Bush, integrar a China no sistema mundial de segurança, económico e político. Debruçamos também sobre a questão do mar do sul da China e reunificação pacífica apregoada pela governação de Hu. Por outro lado, abordamos acerca da brilhante performance da China de ter saído da posição 27^o para 3^o lugar no comércio mundial; no auxílio de outros países durante a crise financeira mundial de 2008 e ter realizado com sucesso os Jogos Olímpicos de 2008. Tudo isso sob a pretensão de advogar por um mundo harmonioso.

No quinto capítulo desta primeira parte, discorremos sobre a relação da República Popular da China e os Estados Unidos da América na governação de Xi Jinping entre 2012 e 2020. Sob o pretexto da realização do “Grande Sonho da China e o Rejuvenescimento Nacional”, mostramos como a República Popular da China tem se posicionado perante aos Estados Unidos da América e no palco internacional.

Analisamos, como o lançamento da Iniciativa Faixa e Rota (2013) é apercebido pelas administrações norte-americanas e quais são as estratégias implementadas por Washington para fazer face ao mesmo. Expomos, também, como a China ocupou os vácuos deixados pelos Estados Unidos da América no cenário internacional, fortaleceu a sua influência em diversas regiões do mundo e posicionou-se como uma alternativa aos Estados Unidos da América, principalmente durante o isolacionismo do presidente norte-americano, Donald Trump e a pandemia do covid 19.

Como frisamos acima, a segunda parte desta dissertação centra-se na análise comparativa dos discursos oficiais dos governos dos Estados Unidos da América entre 2012 e 2020. A mesma encontra-se dividida em três capítulos. No sexto capítulo, analisamos a perceção da República Popular da China nos discursos oficiais do presidente Barack Obama entre 2012 e 2016. Apresentamos como a administração Obama lidou com a China, após reconhecer a sua ascensão na Ásia-Pacífico e, posteriormente, com o lançamento da Iniciativa Faixa e Rota. Por outro lado, analisamos quais efeitos tiveram a estratégia “*Pivot to Asia*” verbalizada, pela primeira vez, em outubro de 2011, pela secretária de estado norte-americana, Hillary Clinton, na política externa dos Estados Unidos da América para a contenção da República Popular da China.

No sétimo, expomos a perceção da República Popular da China nos discursos oficiais do presidente norte-americano, Donald Trump, entre 2017 e 2020. Analisamos como a China é tratada durante a sua administração e, conseqüentemente, quais as motivações do Trump, a partir de 2018, de forma radical, fez mudar o seu relacionamento com o país oriental. Nomeadamente, com a imposição de tarifas comerciais, embargo aos produtos e serviços da empresa tecnológica Huawei a partir de 2019 e orquestrar, quer nos discursos e nas redes sociais posições antagónicas à China durante a pandemia do Covid 19. No oitavo capítulo, fazemos uma breve comparação entre os discursos oficiais do presidente Barack Obama e Donald Trump sobre a China. Mostramos como se posicionaram os dois presidentes quando o assunto era o país oriental.

**PARTE I - A evolução das relações entre a
República Popular da China e os Estados
Unidos da América (1949-2020)**

2. As Relações entre a China e os Estados Unidos (1949-1976) – A era de Mao

Após quase quatro de anos de guerra civil (1946-1949), Mao e os seus camaradas do Partido Comunista Chinês conseguiram derrotar, no ato que ficou conhecido como a Longa Marcha², os Nacionalistas do Partido *Koumintang* que, por sua vez, se refugiaram na Ilha de Taiwan, obtendo o suporte dos Estados Unidos (Snow, 2018). Institucionalizada à República Popular da China, em 1 de Outubro de 1949, por parte do Partido Comunista, sob a liderança de Mao Tsé-tung, o que se previa era que, militarmente, a China encontrava-se fragilizada e exposta a ataques de forças estrangeiras sem se contrapor. Visto que, como consequência, esse conflito interno provocara cerca de três milhões e meio de vítimas (Allison, 2021). Em junho de 1950, a invasão da Coreia do Norte, apoiada pelas tropas soviéticas, à Coreia do Sul, marcou diretamente o confronto, mesmo que efêmero, entre a China e os Estados Unidos, na era de Mao Tsé-tung. Na sua tentativa de prestar auxílio a Seul e proteger o país aliado, a administração Truman enviou o VII esquadrão militar, constituído por aviões B-26 e B-29 para o estreito de Taiwan, temendo uma invasão do exército chinês (Kissinger, 2011; Allison, 2021;).

A dissuasão das tropas de Pyongyang por parte do exército americano, em menos de três meses, possibilitou a instauração de um governo central na Coreia do Sul. Mas, contudo, a ultrapassagem do paralelo 38³ e o avanço em direção a divisa entre a Coreia do Norte e a China, pelos militares do comandante Douglas MacArthur, desencadeou numa resposta contundente do governo de Pequim às tropas americanas, sul-coreanas e das Nações Unidas, causando o desfalque de seiscentos militares americanos, levando-os de volta ao paralelo 38 e, consequentemente, despedimento do comandante MacArthur, após solicitar o uso de armas nucleares contra a China (Allison, 2021). Michael Yahuda (2019), argumenta que essa guerra marcou um ponto de viragem na forma como a China era percebida. Pois, a sua disputa frente a um dos exércitos mais poderosos do mundo – exército americano, tornou-a numa grande potência por competência própria.

² Foi uma expedição de 340 quilómetros percorrido pelos membros, militantes e simpatizantes do Partido Comunista Chinês, em 358 dias, da província de Jiangxi para a cidade de Zunyí (província de Guizhou) com o término na província de Yan'an com o propósito de alcançar o poder. O percurso que começou com mais de 100.000 participantes terminou com pouco menos 36.000 mil envolvidos.

³ Paralelo 38 é uma linha abstrata que marca o limite da fronteira entre a República Popular da Coreia do Norte e a República da Coreia do Sul.

Após cerca de três anos de conflito que vitimou mais de dois milhões de pessoas, numa ação conjunta, a ONU, a China e a República Popular da Coreia decidem assinar um acordo de armistício militar entre as duas Coreias, em 27 de julho de 1953, na qual ficou estabelecido no artigo I, inciso 1, 3, 6 e 7 o seguinte; 1) Uma linha de demarcação militar deve ser fixada e ambos os lados devem recuar dois (2) quilômetros desta linha para estabelecer uma zona desmilitarizada entre as forças opostas. Uma zona desmilitarizada deve ser estabelecida como uma zona tampão para prevenir a ocorrência de incidentes que possam levar ao reinício das hostilidades; 3) Esta zona desmilitarizada é definida por um limite norte e sul conforme estabelecido; 6) nenhum dos lados deve executar qualquer ato hostil dentro, de ou contra a zona desmilitarizada; 7) Nenhuma pessoa, militar ou civil, será autorizada a cruzar a linha de demarcação militar, a menos que especificamente autorizada a fazê-lo pela Comissão de Armistício Militar (acordo de armistício, 1953).

Em detrimento desse desiderato, as tensões entre Washington e Pequim subiram de tom através do embarco econômico lançado à China por parte dos EUA e, conseqüentemente, na recusa de cumprimento do secretário de estado norte-americano, John Foster Dulles, ao primeiro-ministro chinês, Zhou Enlai, na Conferência de Genebra no ano seguinte (Hoopes, 1973:222 apud Gaspar, 2013; Yahuda, 2019). Após o recrudescimento do conflito entre as Coreias, percebendo-se cada vez mais da emancipação do regime nacionalista de Taiwan, em agosto de 1954, Pequim lança um conjunto de ataques às ilhotas costeiras de *Quemoy* e, posteriormente, de *Matsu*, alegando a presença de militares taiwaneses (Kissinger, 2011). Rapidamente o conflito se desencadeou na primeira crise do estreito. Pois, em resposta, com a guarida dos Estados Unidos, Taipé aumentou o número de contingente militar em ambas as ilhas.

Portanto, após derrotar o Japão ainda na segunda guerra mundial em 1945, os Estados Unidos exerciam cada vez mais a sua influência no sul, sudeste e leste do continente asiático, encetando um conjunto de acordos, tratados e alianças com uma série de nações asiáticas, com o objetivo de os proteger e garantir as suas integridades de uma possível invasão de forças ditas contraditórias – China e Rússia. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos ampliavam a sua esfera de influência através de propagação da democracia atrelada à ideologia capitalista e liberal. A evidência disso, centra-se na proteção especial concedida à Taiwan⁴; em resposta ao ataque chinês; o acordo de segurança estabelecido com o Japão e a Coreia do Sul e a fundação da Organização do

⁴ No meio da crise do estreito, em 23 de novembro de 1954, os Estados Unidos da América e Taiwan assinaram um tratado de defesa mútua. Porém, o mesmo só se circunscrevia às Ilhas de Taiwan e de Pescadores (Kissinger, 2011).

Tratado do Sudeste Asiático⁵ (SEATO- sigla em inglês), em setembro de 1954, pelo novo presidente norte-americano, Dwight D. Eisenhower, e o seu secretário de estado, John Foster Dulles, em Manila, capital das Filipinas (Cruz, 2011). A falta de uma linha orientadora contundente e a equidistância entre os países, a SEATO nunca levou a cabo uma operação militar defensiva em seu nome (Yahuda, 2019).

Em tom desafiador aos norte-americanos, enquanto o secretário de estado, John Foster Dulles seguia para a Manila para a finalização do acordo acima descrito, Mao ordenou a intensificação dos ataques às ilhas, vitimando fatalmente dois oficiais americanos (Kissinger, 2011). É importante realçar que, de acordo com o autor, os EUA sempre se empenharam para que fossem reconhecidas as duas nações separadamente, isto é, República da China, neste caso, Taiwan, e a República Popular da China (a China continental).

Aproveitando-se das lacunas do tratado de defesa mútua entre os Estados Unidos da América e Taiwan, em janeiro de 1955, a China engendra mais um conjunto de ataques às ilhas de *Dachen* e *Yijiangshan*, nos arredores da província de *Zhejiang*, tomando-as novamente para si. Fazendo jus ao que foi estabelecido, a VII Esquadra norte-americana limitou-se em evacuar os militares nacionalistas das ilhas (Kissinger, 2011). Após a proibição feita por Mao ao EPL para que não disparassem contra os militares norte-americanos.

Observando a pujança da China face ao conflito, em 09 de fevereiro de 1955, o congresso norte-americano retifica o tratado de defesa celebrado com Taiwan, comprometendo-se em defender territórios circundantes que acharem pertinentes e relevantes à integridade de Taipé (Pike, 2011). Em 15 de março do mesmo ano, a administração do presidente Dwight Eisenhower, através do seu secretário, John Dulles, cogitava o uso de arma nuclear como se fosse “uma bala qualquer” contra a RPC (Kissinger, 2011). Mao estava na iminência de concretizar o seu objetivo de incorporar Taiwan à China continental, mas, por outro lado, ele sabia do poderio militar norte-americano em relação à chinesa depois de ser confrontado com uma certa indiferença da URSS em se imiscuir na guerra.

⁵ SEATO era uma organização formada pelos Estados Unidos, França, Reino Unido, Nova Zelândia, Austrália, Filipinas, Tailândia e Paquistão. A organização tinha como objetivo evitar a disseminação do comunismo soviético e chinês a outros países asiáticos. No entanto, a mesma começou a se esvaziar no início dos anos 1970, após Paquistão e França se oporem à invasão norte-americana a Vietname. SEATO é extinta formalmente em 1977 (Departamento de Estado norte-americano).

Em 23 de abril de 1955, durante a Conferência Afro-Asiática⁶, em Bandung, sob auspício de Mao, Zhou Enlai declara a abertura da China para negociar com os EUA sobre a questão de Taiwan (Pike, 2011; Kissinger, 2011). Com efeito quase que de imediato, no início do mês seguinte o exército chinês cessa a série de bombardeios às ilhas de *Quemoy* e *Matsu* e, a posteriori, liberta cerca de 10 pilotos norte-americanos que foram condenados à prisão (Pike, 2011). As ações do governo de Pequim que contribuíram para que o conflito se desacelerasse é a mesma que possibilitou com que ela conquistasse as ilhas de *Dachen* e *Yijiangshan*. Empurrando o exército do governo nacionalista de Chiang Kai-shek para mais longe possível do seu litoral. Ao contrário do que se possa imaginar do governo de Pequim com o baixar das armas, mais tarde, Mao confidência a Krustchev que tudo que ambicionava era mostrar o seu potencial e opor-se à ideia de que a solução para crise seria o reconhecimento de duas “Chinas” (Kissinger, 2011:179). Contudo, o desiderato continuaria um ano mais tarde após a recusa de Chiang Kai-shek em se retirar das Ilhas de *Quemoy* e *Matsu*, por parte do governo norte-americano.

A assistência logística e militar através do apetrechamento de armas e mísseis armar e matador às forças taiwanesas por parte da administração do presidente Eisenhower, fez com que, em 1956, reacendesse o conflito no estreito de Taiwan. Podemos observar que a ação da administração Eisenhower era oposta do ser antecessor, presidente Truman – que se limitava em não interferir militarmente nos assuntos de Taiwan. De acordo com Pike 2011 apud Feddersen et. al, 2016, em 1957, dentre as armas concedidas à Taiwan, “O MGM-1matador” tinha a capacidade de transportar mísseis cruzadores superfície-superfície e ogivas nucleares capazes de provocar severos estragos em grandes cidades chinesas.

Em resposta às provocações, em 23 de agosto de 1958, na esteira da campanha do “Grande Salto em Frente” e não atingido o seu propósito no diálogo com os americanos – a libertação de Taiwan, Mao ordena o ataque e bloqueio das referidas ilhas por parte do ELP (Pike, 2011; Kulacki, 2020). Segundo Kissinger 2011; Martins, 2013 apud Feddersen et. al, 2015, as motivação de Mao para reiniciar o bombardeamento centraram-se em; a) testar o comprometimento dos EU na defesa de Taiwan, após o recrudescimento nas conversações com a China; b) aumentar mundialmente a visibilidade da China; c) dar uma resposta aos EUA após a intervenção militar no Líbano

⁶ Conferência Afro-Asiática ou Conferência de Bandung foi um evento organizado por países dito de terceiro mundo com o propósito de se posicionarem coletivamente contra antigas potências coloniais pelas suas independências. O evento organizado na cidade de Bandung contou com a presença de países africanos e asiáticos, tais como: Afeganistão, Arábia Saudita, Camboja, China, Gana, Egito, Etiópia, Filipinas, Iémen, Índia, Iraque, Irão, Indonésia, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Mali, Birmânia etc. (Sousa et al., 2022).

– que o líder chinês considerava imperialista; d) testar a aliança militar e o comprometimento do novo presidente soviético, Krustchev nas relações com Pequim.

De facto, se na primeira crise no estreito de Taiwan a União Soviética não se imiscuir de forma contundente em apoiar a China, na segunda crise, Krustchev cogitou a possibilidade de intervir no conflito e teceu ameaças nucleares aos Estados Unidos, caso houvesse uma agressão ao país aliado (Kissinger, 2011; Cruz, 2011). É necessário frisar que após a morte de Joseph Estaline, a relação entre a China e a URSS, que não andava muito bem entrou num impasse maior. Mao considera Krustchev muito pacifista para o cenário em que o mundo atravessava.

Durante a intervenção, estrategicamente, mais uma vez, Mao ordenou aos militares do EPL para evitar o embate com os militares norte-americanos e, conseqüentemente, morte dos mesmos. Os alvos tinham de ser somente materiais bélicos e tropas nacionalistas de Chiang Kai-shek (Kissinger, 2011). No dia 26 de agosto de 1958, através de um telegrama, o primeiro-ministro taiwanês, Chen Cheng, solicitou ao governo norte-americano que fizesse o uso da VII Frota Militar para garantir a segurança no estreito e manter a comunicação constante com as ilhas atacadas (Departamento de estado norte-americano, 1958).

A ofensiva de Mao confrontou-se, com a retórica de John Foster Dulles, na responsabilidade dos EUA em garantir a integridade de Taiwan. Como Dulles havia dito, citando o General francês, Charles De Gaulle, numa viagem a México em janeiro de 1958, “*os Estados Unidos não têm amigos, apenas interesses*” (Friede, 2022). Especificamente em relação a Taiwan, podemos cogitar que o interesse dos EUA era de garantir que Taipé não fosse controlado pelo regime comunista chinês, providenciar materiais bélicos e observar de perto as movimentações na RPC.

No dia 5 de setembro de 1958, Zhou Enlai realçou que o propósito da China era de reestabelecer o diálogo a nível diplomático com Washington. Nesse caso, envolvendo os embaixadores das duas nações. Um dia depois da declaração do primeiro-ministro chinês, EUA nomearam o seu embaixador na Polónia, Jacob Dyneley Beam, para retomar o diálogo com Pequim (Kissinger, 2011). Numa carta enviada ao presidente soviético, no dia 12 de setembro de 1958, o presidente norte-americano, Dwight D. Eisenhower, regozijou-se pelo facto de Pequim retomar as negociações diplomáticas iniciadas há três anos, em Genebra, Suíça, mas também fez questão de realçar a inércia de Moscovo em conceder tratamento adequado à RPC perante as hostilidades cometidas (Departamento de Estado norte-americano, 1958).

Nas palavras de Kissinger, Mao observava que o seu plano corria perfeitamente bem, ao ponto de expor que: batemo-nos nesta campanha que fez com que os EUA se disponibilizassem para conversar. Os EUA abriram a porta. A situação parece não ser

boa para eles, que se sentirão permanentemente nervosos se não realizarem já conversações conosco. OK, então, conversemos. Quanto à situação global, é melhor resolver as disputas com os EUA através de conversações, ou por meios pacíficos, porque somos todos amantes da paz (Kissinger, 2011:200). Com um balanço de quase mil vítimas entre mortos e feridos, por fim, após semanas de diálogo e negociação, no dia 06 de outubro de 1958, as partes envolvidas acordaram em decretar o cessar-fogo (Kissinger, 2011; Friede, 2022).

Por mais que Mao conseguisse arrancar um posicionamento da URSS em seu favor, na verdade é que, de momento, o seu objetivo maior de incorporar Taiwan à China continental acabou por se sucumbir mais uma vez. A China saída do “século da humilhação” e guerra civil entre os nacionalistas e os comunistas foi marcada por diversos problemas internos⁷. Sendo que uma das mais frágeis centrava-se na contenda instaurada nas províncias do Tibete e Xinjiang. Regiões que proclamavam independência de Pequim.

Concernente a primeira província, em março de 1959, os tibetanos liderados por Dalai Lama encabeçaram uma manifestação na cidade de Lhasa contra o controlo excessivo e intolerância do governo de Pequim em relação às suas liberdades, cultura, crença religiosa, modo de vida e, sobretudo, a sua independência (Júnior, 2008). Em resposta, o governo de Mao Tsé-tung empreendeu uma ação opressiva e mortífera aos manifestantes, dissuadindo o protesto (Wood, 2021).

A força brutal exercida pelo EPL aos tibetanos que, por sua vez, desencadeou na evasão de Dalai Lama para Dharamsala, na Índia, foi fortemente condenado pela ONU em geral e, pelos EUA em particular. Sob pretexto da violação dos direitos humanos. Por outro lado, cabe-nos aqui destacar que, através da *Central Intelligence Agency* (CIA), os EUA enviaram armas e prestaram apoio aos rebeldes tibetanos enquanto durou a manifestação.

Em 1964, no deserto de Gobi, militarmente a China dá um passo importantíssimo na sua afirmação como uma potência nuclear. Pois, o governo de Mao efetua o primeiro teste nuclear na fronteira com a Mongólia, deixando de lado o acordo da Proibição de Testes Nucleares de 1963 encabeçado pelos EUA (Sampaio, 2012 apud Antunes, 2014). Com essa ação, o governo de Pequim emite um forte aviso às potências nucleares e

⁷ Além de Taiwan, a China tinha pendência interna na região de Hong Kong, de Macau, em Caxemira (fronteira com a Índia e Paquistão), no Tibete e Xinjiang.

inimigos diretos como o Japão⁸, os EUA⁹, a Índia¹⁰ e a própria Rússia que não gozara de uma boa relação com a China a partir de 1958. A China fazia assim parte de um seleto grupo de países que, mesmo atrasado e com um arsenal de menor escala em comparação aos seus rivais, conseguiu adquirir as suas próprias capacidades nucleares (Kulacki, 2011).

Mesmo atingindo a sua maior ambição militar, Mao sabia da responsabilidade e do poder destrutivo de uma arma nuclear. Como reverberado nos mais diversos discursos aos membros do partido e ao povo chinês, ele destacava que; “A bomba atômica é um espantinho que os EUA usam para assustar as pessoas, nunca, a qualquer momento ou sob qualquer circunstância, a China será o primeiro a usar armas nucleares” (Zedong apud Zhu, 1997:41 apud Antunes, 2014; Acton, 2013). No entanto, conforme as relações entre a China e a URSS iam se desgastando em detrimento do aumento de tensões nas suas fronteiras (em 1969), como explicamos no capítulo anterior, estrategicamente, Mao aproxima-se lentamente dos EUA. De acordo com Allison (2021), a tensão entre Moscovo e Pequim chegou a um ponto de rutura em que Krustchev questionou ao presidente Nixon qual seria a posição dos EUA a um eventual ataque à China.

Para nós, Mao encontrava-se numa situação delicada quer ao nível interno como externo. Pois, internamente o país estava a ser assolado por desemprego, estagnação económica, pobreza, fome, subnutrição e mortes. Consequências direta da política de Grande Salto em Frente implementado em 1958 e a Revolução Cultural instaurada em 1966.

No cenário internacional, a China encontrava-se, de certa forma, envolto a um dilema. Se de um lado os EUA sempre foram percecionados como uma potência com desígnio imperialista, por outro, a URSS, a sua aliada histórica, fazia de tudo para manter o controlo da região (Manchúria) ocupada à China durante o “século da humilhação”.

A década de 1970 marca uma viragem radical na política externa chinesa. Na segunda semana de dezembro de 1970, a Casa Branca recebe um ofício manuscrito do primeiro-ministro chinês, Zhou Enlai, proveniente da embaixada dos EUA em Islamabad, Paquistão, e posteriormente, em janeiro de 1971, uma outra missiva através da embaixada dos EUA em Bucarest, Roménia, convidando um representante do governo americano e o presidente Nixon a Pequim, com objetivo de procurarem soluções

⁸ Desde a invasão das tropas japonesas à China, as relação entre os dois países degradingaram-se cada vez mais.

⁹ Os Estados Unidos da América travavam uma guerra sangrenta com o Vietname, que por sua vez, era suportado pelo governo chinês que tinha enviado mais de 250 mil homens para a fronteira com o Vietname (Cruz, 2011).

¹⁰ Desde 1962, a tensão entre a China e a Índia na fronteira dos Himalaias atingia o seu auge.

sobre a Ilha de Taiwan (Kissinger, 2011). Através da sua embaixada em Bucareste, Roménia, o governo americano declinou o convite ao presidente Nixon, mas concordou em enviar um emissário à Pequim (Kissinger, 2011). Porém, no meio das trocas de correspondências, sob o pedido e orientação de Mao, no dia 14 abril de 1971, os atletas norte-americanos que haviam disputados o torneio de pingue-pongue, no Japão, visitaram à China no regresso aos EUA – situação que ficou conhecida como a diplomacia de pingue-pongue (Kissinger, 2011).

Reconhecendo o atraso do desenvolvimento da China em relação a outros países, Mao sabia que a aproximação aos EUA não tinha apenas como foco a questão de Taiwan, mas, também, todo um conjunto de boas práticas que possibilitassem o desenvolvimento da mesma e a distanciar-se de Moscovo.

Assim sendo, numa visita secreta a 09 de julho de 1971, o secretário de estado norte-americano, Henry Kissinger e os seus assessores Wiston Lord, John Holdridge, Dick Smyser e os agentes secretos Jack Ready e Gary McLeod desembarcaram em Pequim (Kissinger, 2011; Letwin, 2022;). Mao tratava a reaproximação como um imperativo estratégico; Nixon, como uma oportunidade de redefinir a abordagem norte-americana da política externa e da liderança internacional (Kissinger, 2011:241).

A viagem do secretário de estado norte-americano serviu também de “pontapé de saída” para a organização de uma futura viagem do presidente Richard Nixon. E, de facto, à convite do primeiro-ministro Zhou Enlai, em 21 de fevereiro de 1972, pela primeira vez desde a subida do presidente Mao Tsé-tung ao poder em 1949, a RPC recebe a visita oficial de um presidente norte-americano - Richard Nixon (Lindsay, 2012). Michael Auslin (2020), argumenta que, por mais que os dois países eram antagónicos num passado recente e percorriam caminhos diferentes, o propósito do presidente Nixon era de edificar bases junto à China para que o cenário mundial fosse rígido pela paz, justiça e, concomitantemente, o equilíbrio em relação à URSS. Outrossim, o presidente norte-americano acreditava que o poder económico será a chave para todas as outras formas de poder (Silva, 2021: 306). Se por um lado essa era a visão norte-americana, por outro, Auslin (2020) realça ainda que o pensamento de Pequim centrava-se em respeito mútuo pela soberania e integridade territorial e na não interferência nos assuntos internos de cada país – simplificando, providencie-me o que necessito para prosperar, mas não me traga caos, instabilidade, desordem e a vossa ideologia.

Na sua análise, James Lindsay (2012) relata que presidente Nixon observou três oportunidades na chegada à China, a saber: mediar as relações entre a China e a URSS, colocando os EUA à frente das negociações com Moscovo; advogar na redução da presença das tropas do Vietname do Norte (apoiado pela China) na parte Sul e, por fim, reconhecer, mesmo que sendo criticado internamente pelos americanos, que o regime

comunista chinês era sólido e permanente. Enquanto que no seu livro, Kissinger (2011) relata que Mao pretendia atingir os seguintes objetivos: 1) elevar o nível de relação entre EUA e a China, superando a questão de Taiwan – isto é, relegar, por enquanto, a questão de Taiwan para um nível que não ofuscasse outros assuntos; 2) disseminar ao mundo o quão esperada e gratificante era a visita do presidente Nixon; 3) banir sinais de hostilidade de Pequim em relação a Washington; 4) mostrar-se como o paladino da abertura aos EUA e, conseqüentemente, vencedor do desafio – tendo como alvo as vozes mais crítica dentro do PCC; 5) acelerar as conversações no que tange ao processo de relações bilaterais entre as duas nações; 6) predisposição pessoal para lidar com Nixon e, conseqüentemente, o governo de direita norte-americano.

No final da visita do presidente Nixon (28 de fevereiro de 1972) e após inúmeras discussões e os seus interesses salvaguardados, ambas as partes se comprometeram em assinar uma declaração conjunta que passou a ser conhecida como o Comunicado de Xangai (Departamento de Estado norte-americano, 1972). Na mesma, os dois países se comprometeram em: a) envidar os esforços para assegurar a normalização da coexistência pacífica entre as duas nações no cenário internacional; b) recrudescer focos de conflito militar no cenário internacional; c) abdicar-se da tentativa de ser a maior potência da região Ásia-Pacífico e opor-se à tentativa que qualquer nação ou conjunto de nação em tentar fazê-lo; d) não negociar ou estabelecer qualquer acordo ou entendimento em nome de estado terceiro (Comunicado de Xangai, 1972).

Recorrendo-se a um artigo de Kurt M. Campbell & Ely Ratner publicado em 2018 no *Foreign Affairs*, Mahbubani (2020) argumenta que com essa abertura, os Estados Unidos conseguiriam atrair a China para a sua órbita e, por conseguinte, transformá-la à sua semelhança. Neste sentido, as questões que nos afligem e que tentaremos responder ao longo deste trabalho são: a) a estratégia norte-americana surtiu efeito? b) a China transformou-se numa democracia à la norte-americana? c) as próximas lideranças norte-americanas e chinesas seguiram o mesmo *modus operandi*? d) a relação entre as duas nações manteve-se firme ou voltou-se a descarrilar?

Estabelecida as relações, Mao que outrora condenara as ações imperialistas e dominadora dos EUA, começou a mediar certos conflitos envolvendo os Estados Unidos e a apoiar algumas guerras por procuração opondo Washington e Moscovo. Como citado por Kissinger (2011), em janeiro de 1973, Mao desempenhou um papel importante na celebração de Acordo De Paz de Paris entre Vietname e os EUA e, no mesmo ano, avalizou a posição norte-americana perante a Guerra Árabo-israelita, envolvendo Egito e Síria, apoiados pela URSS, contra o Israel, apoiado pelos EUA (06/10/1973 a 25/10/1973).

Em decorrência do escândalo do Watergate¹¹ e, conseqüentemente, a resignação do presidente Richard Nixon em 1974, a relação entre os dois países sofreu um ligeiro “belisco”. Pois, em 1975 o congresso norte-americano embargou uma operação conjunta entre Washington e Pequim na formação de um governo no Camboja. No mesmo ano, o governo chinês teceu críticas à resolução da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE)¹² realizada em Helsínquia, capital da Finlândia, mas que teve Moscovo como o seu precursor intelectual (Sá, 2008).

Mao e Zhou acusavam os EUA de ter uma percepção ilusória de segurança e paz e que, o seu verdadeiro propósito era de criar inimizade entre China e União Soviética (Kissinger, 2011). No entanto, com o passamento físico de Zhou Enlai em janeiro de 1976 e de Mao em setembro de mesmo ano, houve um arrefecimento nas relações entre as duas nações. Pois, internamente o PCC entrou numa crise de liderança onde as diversas facções mantinham disputas acesas para ascender ao poder. Crise esta que só foi ultrapassada com a subida de Deng Xiaoping ao poder em 1978.

¹¹ Investigação feita por Jornalistas do *Washington Post*, Bob Woodward e Carl Bernstein que indiciava a ligação do presidente Richard Nixon aos cinco invasores da Sede do Partido Democrata com o intuito de espionar a oposição durante as eleições presidenciais de 1972. Watergate era um complexo de escritório em Washington, D.C. onde estava localizado a sede do Partido Democrata.

¹² A Conferência de Segurança e Cooperação de Helsínquia foi um evento organizado pelos países europeus no segundo semestre de 1975 (incluindo a Rússia, mas com a exceção da Albânia). A mesma contou com a participação dos Estados Unidos da América e Canadá. O seu objetivo fulcral centrava-se na procura de soluções para a paz e melhoria no relacionamento entre os países da Europa Ocidental e Leste através da promoção dos Direitos do Homem, da Democracia e liberdade de imprensa. Isto é, tendo em conta os dois países da América do Norte que eram aliados ideológico, político, económico e militar dos países do velho continente, sobretudo, os da parte da Europa Ocidental.

3. As Relações entre a China e os Estados Unidos (1978-1992) – A era de Deng

Após assumir o poder em 1978 como vice-primeiro-ministro, através da política de “Reforma e Abertura”, Deng maximizou a abertura da China ao exterior e, conseqüentemente, aos EUA na intenção de atrair investimentos, tecnologia e acelerar o processo de desenvolvimento interno. Em jeito de reciprocidade, no mesmo ano, o Conselheiro de Segurança Nacional Norte-Americano, Zbigniew Brzezinski, foi enviado à China pelo novo presidente Carter a fim demonstrar o interesse da nova administração em prosseguir as relações com Pequim. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores da China, nessa visita, Brzezinski relatou que o presidente Carter estava disposto em aceitar os três princípios determinados pela China no restabelecimento das relações, a saber:

Cessar relações diplomáticas com Taiwan; suprimir o tratado de defesa mútua estabelecido com o Taiwan e, por último, reconhecer, não como imposição, que Taiwan é assunto interno que só diz respeito à China. Porém, por mais que a relação entre os dois países atravessasse uma boa fase, Taiwan permanecia sendo um imbróglio – oficialmente os EUA reconheciam o governo de Taipei como legítimo (Kissinger, 2011).

Na sua conceção, os EUA esperavam que a China utilizasse apenas meios pacíficos na resolução da tensão com Taipé. Pois, a partir do momento em que a China invoca assunto interno na questão taiwanesa, os Estados Unidos a percebem como agressiva. Entretanto, em janeiro de 1979, o congresso norte-americano aprova uma declaração relançando ações diplomáticas com a República Popular da China e, conseqüentemente, reconhecendo o princípio de uma só China, mas mantendo-se intacto a sua relação comercial, cultural, militar e política com Taiwan (Congresso norte-americano, 1979).

Deng mostrava-se ávido em “recuperar o tempo perdido” e absorver ao máximo o que o mundo ocidental podia oferecer à China. A propósito disso, à convite do presidente Carter, entre a última semana de janeiro e a primeira semana de fevereiro de 1979, Deng Xiaoping efetua a primeira visita de estado aos Estados Unidos da América, nomeadamente a Washington D.C e aos estados da Geórgia-Atlanta, Texas-Houston, Washington-Seattle (Diário do povo, 2015). Durante as visitas à linha de montagem da Ford (produtora de carro), Hughes Tool Company (fabricante de brocas), a Boeing

(fabricante de avião) e ao Centro Espacial Johnson, a priori, Deng realçou a importância de adquirir tecnologia estrangeira para o desenvolvimento da sua economia e, a posteriori, na sua reunião com o presidente Carter, centrou-se em demonstrar a política de Quadro Modernizações (na área da agricultura, indústria, ciência e tecnologia e a defesa nacional) que ponderava implementar em breve (Kissinger, 2011).

Num artigo publicado, Khalil (2016) argumenta que Deng não visitou os Estados Unidos da América apenas com o intuito de observar a evolução da sociedade americana, mas também, para barganhar o apoio moral da administração Carter num possível confronto contra o Vietname (aliado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) que tinha invadido o Camboja em novembro de 1978 – aliado da China.

Mesmo sem a constituição de uma aliança formal, algo que, historicamente, não é característico da China, com o objetivo de conter a União Soviética, Deng cogitou a possibilidade de estabelecer cooperação político-militar com os Estados Unidos da América na Ásia – uma força tarefa defensiva semelhante a OTAN (Organização do Tratado Atlântico Norte) criado entre os Estados Unidos e a maior parte dos países da Europa Ocidental e Central, em 1949. A invasão da China a Vietname em 17 de fevereiro de 1979 (Terceira Guerra do Vietname) pelo governo de Deng Xiaoping, culminou dias depois com a visita do secretário do Tesouro norte-americano, Wener Michael Blumenthal a Pequim. De acordo com Kissinger, durante a sua visita, Blumenthal teria solicitado que os militares chineses abandonassem o Vietname numa tentativa de diminuir as tensões entre os dois países – algo rejeitado de imediato por Deng que retirar-se-ia 29 dias após a invasão (Kissinger, 2011).

Subsequentemente, em agosto de 1979, Washington e Pequim, através do Vice-Presidente norte-americano Walter Mondale, decidiram homologar um conjunto de acordos na área do comércio, cultura, energia hidroelétrica e, sobretudo, no campo diplomático, com a abertura de consulados dos Estados Unidos em Guangzhou, Xangai e no comprometimento na oposição à criação de uma Federação Indochinesa sob a alçada do Vietname (New York Times, 1979 & Kissinger, 2011 & Jiandong, 2020). Entretanto, em detrimento das eleições presidenciais de 1980, em 1981 Ronald Reagan (Partido Republicano) substituiu Jimmy Carter (Partido Democrata) na liderança dos destinos dos Estados Unidos da América.

Ao contrário de Carter, Reagan era um dos ávidos defensores da autonomia de Taiwan. Como pôde-se constatar, em julho de 1982 os Estados Unidos aprovaram um conjunto de “Seis Garantias para Taiwan” que se pressupunham o seguinte: vendas de armas a Taiwan por tempo indeterminado, permanência dos termos da lei de relações com Taiwan; não consultariam a China sobre processo de vendas de armas a Taiwan; prezava pela inexistência da mediação entre Taiwan e a China; os Estados Unidos da

América manteriam uma posição firme em relação a soberania taiwanesa e não os pressionariam a negociar com a República Popular da China; os Estados Unidos da América não reconheceriam formalmente o domínio de Pequim sobre Taipé (Taiwan documents Project, 1982).

Mediante a sua política favorável a Taiwan em detrimento da China, os primeiros anos da administração Reagan abalou consideravelmente o percurso da convivência pacífica e de relativa concórdia entre Washington e Pequim durante as administrações do presidente Nixon e Carter, respetivamente. Contudo, mediante a escalada de tensão entre as partes e reconhecendo a política chinesa da resolução pacífica da questão de Taiwan, num comunicado emitido em 17 de agosto de 1982, regressando a política de uma só China, os EUA comprometeram-se em adotar uma postura de não comercializar armas a longo prazo a Taiwan (...) e que o mesmo não excederia nem em termos qualitativos e quantitativos até uma resolução final desse impasse (American Institute in Taiwan, 2022).

A imprevisibilidade de Reagan em relação a questão de Taiwan era iminente. Walter LaFeber, 1994; McCormick, 1995; 216 apud Silva, 2013; argumentam que a política externa da administração Reagan centrava-se em quatro eixos principais: a ampliação dos poderes presidenciais de Reagan; o combate ao anticomunismo; a distinção entre regimes autoritários e totalitários e a militarização política da economia. Portanto, analisando a sua política externa para Pequim e na impossibilidade da instauração de um regime político semelhante ao seu (Democracia), pouco tempo depois, Reagan, através do editor da revista *National Review* (revista de cariz conservador norte-americano), emitiu um recado alegando que não mudara de opinião concernente a Taiwan. Os EUA forneceriam todo o tipo de suporte e armamento a Taipé para se defender de Pequim e, secretamente, negociou a política de “Seis Garantias” afirmando que não colocariam um termo fixo à venda de armas a Taiwan (Kissinger, 2011).

Como é óbvio, a postura do presidente Reagan provocou um certo desconforto por parte do governo de Deng Xiaoping. Porém, na conceção dos chineses, os EUA ainda assim preservariam melhor os interesses de Pequim num eventual conflito com a URSS. Como mencionamos ao longo deste trabalho, ao contrário de Mao que governou a China na sua larga maioria pautado pela ideologia comunista, Deng liderou a China tendo como o principal objetivo a busca de um caminho assertivo rumo ao desenvolvimento. Portanto, era conveniente, na altura, tolerar certas ações dos EUA.

A respeito dessa conveniência, exploração comercial e a contenção da URSS, em abril de 1984, o presidente Ronald Reagan efetua a sua primeira viagem diplomática de seis dias à República Popular da China. Após ser recebido pelo dirigente chinês, Li Xiannian, na sua primeira intervenção, Reagan apelou para o respeito mútuo e benefício

mútuo entre as duas nações (Politico, 2019). De acordo com um artigo no jornal *The Washington Post* (1984), na sequência da oposição ao expansionismo militar soviético, para uma plateia de mais de 500 colaboradores chineses e americanos, o presidente Reagan anunciava, em primeira mão, o acordo de cooperação nuclear entre a Washington e Pequim. É importante realçar que a política externa de Reagan se tornou em tudo aquilo que ele abominava na política externa do presidente Jimmy Carter para a China. O presidente Carter sempre se mostrou mais maleável em relação à China. Contudo, é na gestão de Reagan, ultrapassadas pequenas crises, que podemos observar um avanço considerável após a visita do presidente Richard Nixon em 1972.

Ainda no âmbito da sua visita, Estados Unidos e a China assinaram quatro acordos de cooperação; a saber: a) acordo fiscal com o intuito de desburocratizar negociação e comércio de *joint ventures* entre empresas americanas e chinesas; b) acordo no campo da cultura com o objetivo de dar a conhecer e aproximar culturalmente os dois povos; c) assinatura de protocolo de implementação de curso com a duração de 3 anos no âmbito do programa *Dalien* e, como mencionado acima, acordo de cooperação de energia nuclear com o propósito de modernizar a matriz energética chinesa (US-China Institute, 1984). É a partir dessas pequenas aberturas concedidas à China que Deng Xiaoping começa a perceber a possibilidade de atrelar a economia chinesa à economia internacional.

Numa estratégia assertiva, em 1986 Pequim adere ao Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e, em seguida, no mesmo ano, ela adquire o estatuto de observador do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT – sigla em inglês) a atual Organização Mundial do Comércio (OMC) depois de ser um dos primeiros países a ser signatário do referido acordo, em 1948. Essa iniciativa da China vinha de encontro a sua adesão, em 1980, ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (Kissinger, 2011). Porém, o ingresso efetivo da China à Organização Mundial do Comércio só viria a ser possível em dezembro de 2001.

A desconfiança dos EUA, aliados ocidentais e o Japão ao plano de reforma e abertura encabeçada por Deng Xiaoping foi um dos motivos da adesão tardia de Pequim a essa organização internacional. No relato da sua conversa com Deng Xiaoping, Henry Kissinger relata que Deng tencionaria intitular o próximo congresso do Partido, marcado para Outubro de 1987, como “Uma Conferência de Reforma e Abertura ao Mundo Exterior” (Kissinger, 2011). Podemos deduzir que para Deng, a intitulação desse tema para o congresso serviria para, a priori, atender os dois lados. Primeiro, internamente, demonstrar aos membros do partido e aos chineses a necessidade e a importância de prosseguir com a política de reformas a fim de atrair credibilidade internacional através de investimentos económicos e trocas comerciais. Segundo, acenar à cúpula

internacional, principalmente aos Estados Unidos e aliados sobre a credibilidade de reais mudanças feitas (no campo económico, comercial e jurídico), a fim de se adaptar aos critérios do cenário internacional. E, de facto, as mudanças efetuadas por Deng permitiram com que a China e os Estados Unidos se convergissem cada vez mais nas suas relações. O exemplo disso, foi mais um acordo alcançado, em 1988, pela administração Reagan/Peace Corps (Corpo de Paz) e o governo chinês. O mesmo conferia à entrada de voluntários norte-americanos à China com o intuito de prestar ações humanitárias e sociais. Dentre elas, o ensino de língua inglesa.

Consequentemente, desde a implementação de plano de reforma e abertura, a China teve défice comercial até 1989, em razão do maior crescimento das importações (alimentos, bens de capital etc..) em relação às exportações (Jabbour & Gabriele, 2021:145). Em suma, a abertura da China ao exterior possibilitou à entrada, em massa, de muita influência externa de produtos e serviços. Para Deng, era imperativo a implementação da reforma, pois, caso contrário, o objetivo chinês a longo prazo de aproximar-se dos países mais desenvolvidos cinquenta anos depois no próximo século estaria em causa (Webber:2023).

Contudo, embora as relações entre a China e os Estados Unidos nunca foram cortadas definitivamente, os acontecimentos da praça de Tiananmen, em junho de 1989, desaceleraram o progresso bem-sucedido que a China vinha desenvolvendo junto aos Estados Unidos e a comunidade internacional. Na sequência da repressão militar aos manifestantes/estudantes que apelavam para mais direitos políticos, já na administração do presidente George Bush (Partido Republicano), os Estados Unidos e diversos outros países impuseram sanções económicas a Pequim (Martins, 2003).

Os republicanos mais conservadores e as organizações defensoras dos direitos humanos viram nesse evento a oportunidade de reafirmar as suas desconfianças face ao governo de Deng Xiaoping e ao Partido Comunista Chinês. Para Webber (2023:23), um dos motivos primordiais da eclosão da manifestação foi a adoção da terapia de choque propagada pelo consenso de Washington ao governo chinês. No fundo, terapia de choque era um amplo pacote de políticas que seriam implementadas de uma só tacada, para causar um choque nas economias planeadas, transformando-as de uma só vez em economias de mercado.

Todavia, na primeira semana de junho e na penúltima semana do mesmo mês, a administração Bush paralisa diálogos governamentais com a China; suspende acordos militares e vendas de materiais para a polícia chinesa e anuncia a sua posição contrária face a novos empréstimos concedidos à China pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e outras instituições de cariz internacionais (Kissinger, 2011). No rescaldo do mesmo acontecimento, inúmeros empresários e cidadãos norte-americanos

abandonaram o país. Entretanto, possuindo um conhecimento claro em relação à China e ao Deng Xiaoping, em missões secretas, o presidente George Bush delegou ao seu conselheiro de Segurança Nacional, o general Brent Scowcroft, a tarefa de deslocar-se à Pequim a fim de tranquilizar o presidente Deng e assegurar laços diplomáticos entre os dois países. Na verdade, por mais que os Estados Unidos e os aliados esperassem que a China cooptasse o seu modelo de governação política, o legado histórico do “século da humilhação” jamais permitiria que o país enveredasse por esse caminho. Enquanto a China projeta a sua ordem interna para fora, tem uma desconfiança quase visceral em relação a qualquer interferência externa nos seus assuntos internos (Alisson, 2021:179). Nesse contexto, a pergunta que fazemos é a seguinte: Por que motivo os Estados Unidos foram ávidos para que o modelo político chinês fosse igual ao seu (democracia)? Para Mahbubani (2020), os americanos têm a percepção de que através do sistema político democrático, os cidadãos chineses seriam mais livres e teriam mais facilidades em explorar as suas habilidades e seriam mais prósperos economicamente.

Porém, previamente, o presidente Bush tinha a noção de que para contrabalançar a rivalidade com a URSS e salvaguardar os seus interesses primordiais, o modelo da política interna chinesa, no momento, era irrelevante na relação com Pequim (Kissinger, 2011). Para os dirigentes do PCC, a ação musculada levada a cabo pelo Exército Popular de Libertação junto aos manifestantes, serviu para dissipar qualquer probabilidade de uma reforma política no país (Yahuda, 2019).

Contudo, a queda do muro de Berlim, em novembro de 1989, e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em dezembro de 1991, contribuíram significativamente para o recrudescimento das relações entre os Estados Unidos e a China. Pois, para os Estados Unidos, a China tinha perdido, significativamente, o seu valor estratégico no contrapeso à União Soviética (Yahuda, 2019). Para o mesmo autor, o facto de a China não ter mais de conviver com um inimigo que, por sua vez, era uma potência mundial, na sua fronteira imediata, possibilito-a a se concentração no desenvolvimento da sua economia interna.

Em suma, no âmbito da sua política externa para os Estados Unidos que terminou com o fim do seu mandato, em 1992, Deng Xiaoping soube aproveitar os primeiros passos dado por Mao Tsé-tung e aprofundar, na direção assertiva, as relações comerciais, económicas, financeiras e militares com as diferentes administração de Washington (Carter, Reagan e Bush). Deng tomou a decisão com base numa perspectiva pragmática (...) e a abertura funcionou: o desempenho económico da China subiu em flecha (Mahbubani, 2020: 56). A prova disso, como vimos anteriormente, foi a inserção da China em diversas instituições internacionais e, conseqüentemente, a entrada de investimentos estrangeiros no país.

4. As Relações entre a China e os Estados Unidos (1992-2002) – A era de Zemin

Na verdade, pouco tempo depois dos acontecimentos da praça de Tiananmen, em 1990, de forma discreta e gradativa, Deng Xiaoping começara a passar determinados assuntos administrativos a Jiang Zemin. Inclusive a interlocução com os Estados Unidos da América. Jiang usou a minha visita de setembro de 1990 para informar que tinha assumido todas as funções de Deng (Kissinger, 2011: 489). Porém, a sua subida definitiva ao poder deu-se em 1992. A sua escolha deixava pairar diversas dúvidas nas análises dos mais céticos. Mesmo com os esforços empreendidos entre a administração Bush e o governo de Deng Xiaoping, várias foram as críticas disseminadas mundo afora sobre o Partido Comunista Chinês e o novo governo liderado por Zemin.

Como descreveu Kissinger (2011), nas diversas viagens e eventos internacionais lançados por Zemin e o seu elenco, nem todas as entidades ocidentais concordavam com esforço de se relacionarem com a China. O mesmo autor argumenta que, na sua reunião com Zemin pouco tempo depois de assumir a liderança da China, a pergunta que lhe causava incómodo era: Por que motivo os acontecimentos da Praça de Tiananmen (assunto interno chinês) tinham causados um impacto substancial nas relações dos Estados Unidos com a China (Kissinger, 2011)? Por essa via, as questões que colocamos antes de avançarmos nesse tópico são: a) Quais foram as ações desenvolvidas pela administração de Jiang Zemin para reaproximar-se dos Estados Unidos? b) As mesmas foram eficientes ao ponto de ultrapassar os acontecimentos da praça de Tiananmen?

Entretanto, como forma de acenar positivamente aos Estados Unidos da América e aos mais críticos na arena internacional, a nova liderança chinesa decidiu adotar um conjunto de ações imediatas. Dentre elas, o decreto do fim da lei marcial em Pequim e na província do Tibete. Com esse comportamento interno, Pequim quis transparecer a ultrapassagem dos acontecimentos da Praça de Tiananmen e o cenário de tranquilidade que se vivia na China. Contudo, Zemin reconheceu que essas iniciativas não tiveram uma contrapartida por parte do governo de Washington. Algo que não era suposto acontecer naturalmente.

Na verdade, como frisamos ao longo deste trabalho, os Estados Unidos da América queriam que, internamente, a China incorporasse o seu modelo de governação económica, social e política. Recorrendo a sua larga experiência política e do seu conhecimento sobre a China, o presidente George H. W. Bush concluiu que não era uma boa ideia intervir diretamente no país mais populoso do mundo e com uma tradição governativa milenar. Em resposta aos acenos de Pequim e contrariando o

descontentamento interno, em 1991 o presidente Bush levantou à proibição de visitas institucionais à China e delegou o seu secretário de Estado, James Baker, a viajar a Pequim entre 15 e 17 de novembro a fim de retomar o diálogo com as autoridades chinesas (Kissinger, 2011).

No ano seguinte, à margem da conferência das Nações Unidas, realiza-se o primeiro encontro entre o presidente Bush e o primeiro-ministro Li Peng após os acontecimentos de Tiananmen (Upi, 1992). Durante a reunião, o presidente norte-americano reforçou a sua posição na questão do respeito aos direitos humanos na China e na manutenção de vendas de armas a Taiwan. Outrossim, por via do secretário de Estado James Baker, Washington informou que às sanções impostas à exportação de computadores e satélites para a China só seriam levantadas após melhorias na questão acima elencada pelo presidente Bush. Em relação ao lado chinês, o primeiro-ministro Li Peng foi eloquente em manter a sua postura inicial de que os direitos humanos sempre foram respeitados pelo seu país e, que, a exigência dos Estados Unidos da América nos assuntos internos do seu país ultrapassaria questões de foro internacional. E que a China é contra a ingerência nos assuntos internos de cada país (Upi, 1992).

Podemos pressupor que, politicamente, a “desobediência interna¹³” por parte do presidente Bush em relação aos eleitores norte-americano custou-lhe a reeleição. Pois, no pleito eleitoral de 1992, o democrata Bill Clinton foi eleito como o novo presidente dos Estados Unidos da América. Por sua vez, Brunet & Guichard (2012) argumentam que a vitória do Clinton em relação ao Bush deve-se, possivelmente, pelo facto do mercado chinês proporcionar mais lucros aos negócios americanos do que o japonês (...) e que, Clinton era mais hostil a Japão do que a China.

Por seu turno, Deus (2004:115), argumenta que, de acordo com os eleitores norte-americano, os 12 anos da governança republicana, poucas foram as mudanças efetivas que causaram impacto nas suas vidas e que, de certa forma, era evidente o ar de saturação em relação a referido partido. Segundo a autora, por outro lado, os Estados Unidos da América viviam um cenário de crise económica, a estagnação da produção, elevada taxa de desemprego, decadência dos serviços sociais, e a concorrência dos produtos japoneses. Na altura, o presidente George H. W. Bush protagonizou um dos raros acontecimentos da história dos Estados Unidos a não conseguir se reeleger para um segundo mandato. Proeza protagonizada apenas pelo presidente republicano Herbert

¹³ Aproximação à China após os acontecimentos da praça de Tiananmen e a participação dos Estados Unidos na Guerra do Golfo. Conflito que surgiu após a invasão do Iraque a Kuwait em agosto de 1990. Como mencionado por Allison (2021), a força descomunal utilizado pelos EUA no ataque ao Iraque permitiu a derrota dos militares iraquianos em menos de um mês de combate.

Hoover (1929-1933) e pelo presidente democrata Jimmy Carter (1977-1981) em 90 anos da história da democracia norte-americana.

De acordo com Deus, 2004 & Yahuda, 2019, externamente, a administração Clinton delineou 4 pontos principais: a) Fortalecer à democracia ao redor do mundo e garantir a continuidade de livre mercado, principalmente nos países do leste europeu, após a queda da URSS; b) Punir de forma exemplar os países onde houvesse um recuo no regime democrático (uma das formas era o bloqueio da ajuda externa para financiamento dos projetos; c) Isolar diplomaticamente, politicamente, militarmente, economicamente e tecnologicamente países considerados equidistantes do regime democrático (por exemplo, Cuba, República Popular da Coreia, Iraque e Irão); d) Intervir noutros países sempre que houvesse violações dos direitos do Homem.

Em relação a sua política externa para a China, segundo Kissinger (2011), a administração Clinton critica a governação do seu predecessor pela forma como conduziu as relações com Pequim após os acontecimentos da praça de Tiananmen, lança à premissa de isolá-la na arena internacional e manter os embargos enquanto não houvesse mudanças claras no regime político, social e na postura chinesa no mercado internacional. Contrapondo os autores Brunet & Guichard, a priori, nesse aspeto, Clinton tornar-se-ia mais radical que o Bush em relação ao país oriental.

Mediante a inércia do governo de Pequim em implementar às exigências de Washington, o presidente Clinton cogitou a possibilidade de restringir o estatuto da “Nação Mais Favorecida”¹⁴ à China, no que concerne ao tratado de comércio internacional (Kissinger, 2011). Não podemos mensurar o quão impactante às diretrizes traçadas pelo presidente Clinton tiveram na política interna da China. Mas, de forma inteligente e na tentativa de acalmar os ânimos perante autoridades norte-americanas, o presidente Jiang Zemin realça que os dois países deviam percecionar as divergências numa perspetiva temporal alargada e que o desenvolvimento económico chinês e a sua estabilidade social são uma das condições basilares para a paz e estabilidade não só nessa região do mundo, mas como também para todos os países. Noutra tentativa, Zemin argumenta que é uma conceção errada percecionar a China como uma ameaça ou um oponente direto aos Estados Unidos da América (Kissinger, 2011).

¹⁴ A clausula da “Nação Mais Favorecida” foi estabelecida no tratado de comércio internacional com o propósito de dar uma maior coesão à economia internacional. Impele os povos para uma via de conciliação e de coordenação dos interesses de todos os Estados, justamente porque, na prática, dá aos acordos bilaterais os efeitos dos que se realizam por uma forma coletiva, sem as dificuldades inerentes a estes últimos e, no seu significado igualitário, destrói o conceito de que se procura arruinar o comércio dos outros países (Corrêa, 1993:8). Kissinger enfatiza que esse conceito está corelacionado a questão moral. Podendo assegurar que um país possa ser beneficiado ou sancionado perante as suas ações.

Porém, em setembro de 1993, o governo de Pequim decide libertar o preso político Wei Jingsheng detido em 1979. Contudo, após a China ser derrotada pela Austrália na organização dos Jogos Olímpicos de 2000, Wei acabou por ser preso novamente. Por fim, anos mais tarde, a sua libertação coincidiu com a sua deportação para os Estados Unidos.

A habilidade de Jiang Zemin e a sua manobra de reatar as relações com os Estados Unidos e o resto do mundo ocidental, permitiu que a administração Clinton, na tutela do subsecretário Winston Lord, conseguisse estabelecer arranjos compromissórios junto ao presidente do Senado, George Mitchell e a representante da Câmara do Congresso, Nancy Pelosi, a fim de postergar o estatuto da “Nação Mais Favorecida” ao país oriental por mais um ano (Kissinger, 2011). Na perspectiva norte-americana, 12 meses era o tempo suficiente para que Pequim fizesse ajustes na sua política de Direitos Humanos.

Volvido alguns meses, em março de 1994, Warren Christopher, secretário de Estado norte-americano foi enviado à China com o intuito de encontrar uma solução para que não fosse suspenso o estatuto da “Nação Mais Favorecida” antes que expirasse o prazo determinado (junho de 1994). Todavia, a visita do dirigente norte-americano não fora recebida de bom grado. Pois, nessa data, o governo chinês tinha programado a abertura da sessão anual da legislatura chinesa, o Congresso Nacional do Partido Comunista, um dos eventos de maior envergadura do país. Citando Warren Christopher no que foi relatado no seu livro de memórias (*Chances Of A Lifetime*), Henry Kissinger (2011) descreve que a reunião diplomática entre Christopher e Li Peng foi uma das mais ríspidas e deselegante que alguma vez presenciou.

O primeiro-ministro chinês, Li Peng, foi enfático em realçar que: a política interna de direitos humanos na China não diz respeito aos Estados Unidos da América, destacando que os Estados Unidos tinham muitos problemas de direitos humanos seus que careciam de atenção. Consequentemente, os chineses cancelaram abruptamente a minha reunião, mais tarde nesse mesmo dia, com o Presidente Jiang Zemin (Kissinger, 2011:502). Em suma, Christopher regressara aos EUA sem que nenhum acordo fosse alcançado. Mediante a postura irredutível do governo de Jiang Zemin, aos poucos, a administração Clinton foi abandonando a sua postura antagónica de impor regras à China.

Em relação a pretensão da administração Clinton, Yahuda (2019) argumenta que, por mais que o presidente Clinton quisesse impor à ideia de acossar à China, de forma veemente, o *Lobby* empresarial americano manifestava o seu descontentamento em relação ao comportamento norte-americano. Em detrimento, também dessa insatisfação, em 26 de maio de 1994, o presidente Clinton informa a caducidade do prazo do estatuto da “Nação Mais Favorecida” à China e afirma a sua prorrogação por mais um

ano (Brunet & Guichard, 2012). Clinton, incentivou, de forma harmoniosa, que houvesse melhorias nas questões dos direitos humanos e práticas empresariais no país oriental.

Entretanto, internamente, em setembro de 1995, na 5ª sessão plenária do Partido Comunistas Chinês, foi aprovado o 9º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Económico e Social (1996-2000). Segundo Jabbour & Gabriele (2021), a aprovação desse plano já mostrava o caminho tomado pela liderança de Zemin na necessidade de reformular um sistema novo, no qual o Estado focasse mais, particularmente, na gestão e administração das grandes empresas nacionais. De acordo com os mesmos autores, a atitude do estado chinês contrapunha à sugestão do Banco Mundial de que o Estado chinês devia controlar apenas cerca de mil empresas nacionais de estatuto elevado, detivesse sob a sua alçada o controle de outras 14 mil e, de certa forma, promovesse a privatização, a fusão ou proporcionava a banca rota de cerca de mais de 90 mil empresas. Sendo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional instituições que compõem a organização de *Bretton Wood*, fica latente que os Estados Unidos da América utilizaram diversas manobras a fim de provocar uma rutura na estrutura organizacional da economia chinesa.

No mesmo evento, o Partido reconheceu que há forças internas e externas que ainda impedem o rápido desenvolvimento da país, a saber: a) excessivos encargos relacionados à população e ao emprego; b) insuficiência dos recursos per capita; c) a debilidade da economia nacional; d) pressões com o intuito de alcançar o desenvolvimento económico, tecnológico e científico dos países desenvolvidos no cenário internacional; e c) ingerência de forças de poder nos seus assuntos externos (Peng, esboço 9º plano quinquenal para economia nacional e desenvolvimento social, 1996).

Pese embora os empecilhos mencionados na 5ª sessão plenária do PCC que impediam o desenvolvimento da RPC, ainda sob a liderança de Zemin, para os próximos 15 anos, ficou delineado os seguintes objetivos: limitar o crescimento populacional chinesa para 300 milhões até 2000; finalizar a segunda fase da modernização iniciada por Deng em 1978; levar a cabo a construção de sistema económico de mercado socialista; quadruplicar o produto nacional bruto per capita em relação a 1980; dobrar o produto nacional bruto de 2010 em relação ao ano 2000; elevar o padrão de vida da população; eliminar a pobreza; atingir o progresso social completo; não buscar pela hegemonia mundial; combater o hegemonismo sob todas as suas formas (Peng, esboço 9º plano quinquenal para economia nacional e desenvolvimento social, 1996).

Após traçar os objetivos acima mencionados, a administração Zemin exortou para a necessidade do país continuar a seguir a linha mestra elaborado por Deng Xiaoping, sobretudo, construir o socialismo com características chinesas e, recorrer, permanentemente, aos princípios básicos do PCC; emancipar as nossas mentes; procurar sempre pela verdade dos factos; ter em conta a oportunidade, acelerar a reforma e abrir

o país ao exterior; incentivar o desenvolvimento e zelar pela estabilidade (Peng, esboço do 9º plano quinquenal para economia nacional e desenvolvimento social, 1996). Concomitantemente, foi incentivado a realizar de forma consciente os nove vetores que alicerçam a economia nacional e o desenvolvimento social citados no Comitê Central do Partido, a saber:

- 1) manter o desenvolvimento sustentável, rápido e sólido da economia nacional;
- 2) promover a alteração na forma do crescimento económico;
- 3) desenvolver a estratégia com a finalidade de revitalizar a educação e a ciência e criar laços que correlacionam ciência, tecnologia, educação e economia;
- 4) fomentar o desenvolvimento da agricultura visando a sua participação no crescimento económico do país;
- 5) implementar alterações nas empresas estatais aspirando reformulação económica;
- 6) dar continuidade à abertura ao exterior;
- 7) levar a integração plena do mercado, mas fornecendo à orientação e proteção às partes envolvidas;
- 8) manter a coordenação do desenvolvimento económico entre as diferentes áreas e diminuir a discrepância que existe entre elas;
- 9) preservar a evolução simultânea na civilização material e cultural na ideologia socialista (Oitavo Congresso Nacional do Povo, 1996).

Nesses primeiros anos, a relação entre Pequim e Washington era inconstante e pendulava entre trégua e o aceleração das tensões. Se em alguns pontos houve tréguas, noutros, houve uma escalada de tensão. Para Pequim, Taiwan permanecia-se como sendo assunto interno. Qualquer ingerência externa provocaria uma ação musculada.

Ao invés de ter uma atitude que se compactuava com a pacificação do atrito entre Pequim e Taipé, o presidente e candidato à eleição presidencial taiwanesa de 1996, Lee Teng-hui e a sua comitiva, realizam diversas viagens não oficiais a conferências, eventos internacionais a uma série de países com o intuito de barganhar apoio moral, estratégico, mas tendo sempre Pequim como o assunto da primeira ordem. As viagens de Lee provocaram um mal-estar tanto na China quanto nos EUA. Pois, a sua maior intenção era de forçar a independência de Taiwan.

Num dos seus períolos durante a viagem à América Central, escalando-se no estado norte-americano de Havai para abastecer o seu avião, Lee protagonizou um dos momentos mais marcantes da história de Taiwan durante a tensão com a China. Tornou-se no primeiro presidente taiwanês a aterrizar no solo norte-americano. No seguimento

da sua barganha mundial, à convite do alto representante do Congresso norte-americano, em 1995, Lee viaja à Universidade de Cornell¹⁵ onde fez questão de manifestar o desejo do seu país em ser reconhecido oficialmente como uma nação e incitou provocações à China. É de salientar que o governo norte-americano nunca apoiou a visita de Lee. Pois, antes da mesma, Warren Christopher assegurou ao alto representante da política externa chinesa, que esse era um ato “incoerente com a política norte-americana” Kissinger (2011). Acreditamos que intencionalmente, Lee pretendia levar a cabo um desgaste repentino nas relações entre Washington e Pequim.

A despeito disso, Zemin invoca o seu embaixador nos EUA a regressar a Pequim, posterga a indigitação do embaixador norte-americano na China e cessou alguns contatos oficiais com os EUA (Kissinger, 2011). E, de facto, a resposta musculada de Pequim a Taipé veio em 2 de dezembro de 1995. Talvez, possamos caracterizá-la como um dos momentos mais tensos na relação entre Pequim e Washington durante a governação dos dois presidentes. Pois, os exercícios militares levados a cabo pelo governo de Jiang Zemin, na província de Fujian (designado como a terceira crise do estreito de Taiwan 1995-96), tinha como finalidade dissuadir pretensões independentistas em Taiwan, que servia e serve como um protetorado norte-americano.

Porém, como descrito por Letwin (2022), em finais de 1990, no campo militar, sozinhos, os Estados Unidos gastavam 20 vezes mais do que gastava a China. Neste sentido, era abismal o desequilíbrio de forças. Efetivamente, o poderio norte-americano ficou demonstrado através do envio de dois porta-aviões, nomeadamente, *USS Nimitz* e *USS Independence* para dissuadir a China, prestar apoio incondicional a Taiwan e de alguma forma reestabelecer o equilíbrio do poder na região. Concernente ao equilíbrio do poder ou balança do poder, alicerçado em David Hume, Gaspar (2021) argumenta que o mesmo é calcado no bom senso e raciocínio determinado (...) é a institucionalização do princípio da conservação. De acordo com Allison (2021), o recuo de Pequim perante a movimentação norte-americana fez reavivar, nos dirigentes chineses, a memória do século de humilhação.

Se por um lado, esse foi o sentimento chinês, por outro, o apoio norte-americano a Taiwan serviu para a manutenção do seu *status quo* no cenário internacional. Após o recrudescimento das tensões, houve uma reaproximação das relações entre a China e os Estados Unidos. A reaproximação deu-se, sobretudo, através da troca mútua entre funcionários em 1996. O ponto mais alto desse reatamento foi em 1997, quando o presidente chinês Jiang Zemin, visitou os Estados Unidos da América pela primeira vez depois dos acontecimentos da Praça de Tiananmen.

¹⁵ Foi na Universidade de Cornell onde Lee Teng-hui fez o seu doutoramento em economia.

Zemin sabia que, de alguma forma ou de outra, os caminhos que a China tencionava trilhar no cenário internacional estribavam, mais cedo ou mais tarde, com os interesses dos Estados Unidos. Por outro lado, Clinton que abandonara à ideia de implementar a todo o custo as suas cartelas de direitos humanos e democracia no país oriental, tinha a noção de que, emergindo-se de forma ávida, era pertinente mantê-la mais perto possível. Numa conferência de imprensa ao lado do seu homólogo, estrategicamente, o presidente norte-americano viu a China como um parceiro e aliado, argumentando-se da necessidade dos países zelarem-se pela construção de um futuro pacífico e seguro; convencer a Coreia do Norte a cessar o seu programa de armas nucleares; estreitar relacionamento entre militares norte-americanos e chineses; anunciou a abertura de uma linha de comunicação direta entre os dois presidentes; enfatizou o compromisso de respeitar a política de uma só China, mas salvaguardando a consolidação da democracia em Taiwan; incentivou a retomada de diálogo construtivo entre Pequim e Taipé; acordaram em conter a propagação de armas de destruição maciça em regiões instáveis, especialmente, no Irão; zelar pelo combate ao crime organizado e tráfico de drogas; manifestou o interesse dos Estados Unidos da América em contribuir para à entrada da China na Organização Mundial do Comércio desde que a mesma melhore a sua prática comercial; comunicou à adesão da China ao acordo de tecnologia da informação; informou sobre a criação de uma iniciativa conjunta a fim de reduzir a poluição e combater às mudanças climáticas; comunicou à assinatura de um contrato na qual venderá 50 jatos da *Boeing* estimados no valor de 3 mil milhões de dólares a Pequim (Clinton Library, 1997).

No seu turno, o presidente Jiang Zemin declarou que a sua visita aos Estados Unidos da América melhorará a compreensão mútua entre as duas partes; realçou o princípio de respeito mútuo e não interferência nos assuntos internos dos mesmos; enfatizou a elevação da relação entre a China e os Estados Unidos da América para um novo estágio de desenvolvimento; realçou a complementaridade e potencialidade dos mesmos em diversas áreas, inclusive a económica e comercial (Clinton Library, 1997). De grosso modo, não obstante algum descontentamento que se fazia sentir na sociedade norte-americana, formalmente, a visita do presidente Jiang Zemin aos EUA ficou marcado por um clima de harmoniosidade, sensatez e, sobretudo, de paz.

Pois, os acordos alcançados entre os dois países deixavam a China cada vez mais interligada aos EUA e, conseqüentemente, equidistante da Rússia. Algo que fez o presidente Clinton verbalizar que “Durante a Guerra Fria, éramos três desconfiados uns dos outros, e tentamos brincar um com o outro, e quando a Rússia lutou com a China, ficamos felizes” (Clinton Library, 1997).

A relação entre os dois países entrou num estágio tão emancipatório que, no ano seguinte, isto é, em 1998, o presidente Clinton efetuou a sua primeira visita de dez dias à China, como líder dos Estados Unidos. A resposta quase que de imediata do Clinton em relação à visita de Zemin no ano transato, faz-nos cogitar que, em assuntos internacionais, o diálogo e a diplomacia são as melhores vias para se conseguir alcançar um acordo pacífico entre partes antagónicas e de espectro ideológico diferente, principalmente quando há uma terceira força em causa. Nesse caso, a Rússia, tendo em causa a visão global.

Por outro lado, ao nível regional, China acaba por se sobrepor ao Japão, que durante décadas foi, de longe, o maior parceiro comercial, militar e político dos Estados Unidos na região e, subseqüentemente, se posicionou como o ator de maior relevância no leste asiático. Seguindo um ritual quase idêntico ao que aconteceu em Washington, em Pequim, os dois chefes de estado juntaram-se numa conferência de imprensa a fim de informar e relatar ao mundo sobre os seus acordos e ações conjunta.

Na sua abordagem, o presidente norte-americano reafirmou o reconhecimento da política de uma só China; exortou o presidente Jiang Zemin e Dalai Lama a dialogar a fim de encontrar uma solução pacífica para a província do Tibete; enalteceu o apoio da China na resolução de conflito na península Coreana e no subcontinente indiano; comprometeram-se em trabalhar juntos para aumentar a produção da energia limpa; manifestou o total apoio e interesse na inclusão da China na organização mundial do comércio (Clinton Library, 1998).

Todavia, mas sem muito devaneio, o presidente Clinton fez questão de reconhecer, mais uma vez, que a grande diferença entre os dois países reside na questão dos Direitos Humanos. O presidente expressou que os norte-americanos acreditam nos direitos individuais das pessoas, principalmente, no direito de se expressar, de se associar e de professar a sua religião. Em um tom maleável e cortês, Clinton convidou o presidente Jiang a repensar e, quiçá, assinar o pacto internacional sobre direitos civis e políticos num futuro próximo (Clinton Library, 1998).

É importante ressaltar que a insistência dos Estados Unidos da América na transformação da China num país semelhante a si, tem como alicerce o tratado de Vestefália¹⁶, com o surgimento do conceito Estado-nação. Martin Jacques (2012),

¹⁶ Tratado de Vestefália foi uma conferência que decorreu em 1648 na Alemanha, nas cidades de Munster (católica) e Osnabruck (protestante), que teve como o objetivo de pôr o fim ao conflito político e religioso que desenrolava na Europa entre 1618-1648 (30 anos). Fizeram parte do eventos os seguintes países e impérios: o Sacro Império Romano-germânico; a França; Império Espanhol; Suécia; as Províncias Unidas Dos Países Baixos; a Confederação Helvética; a República De Veneza e o Papado. A discussão de diversos assuntos nessa conferência também serviu para atribuir a independência e a soberania às Sete Províncias

argumenta que enquanto os países ocidentais, que abarca, também os Estados Unidos são geridos pelo conceito de Estado-nação, a China, com os seus mais de três mil anos de história, se caracteriza como sendo um Estado-civilização. Isto é, dificilmente, o governo chinês incorporará para si e para sua sociedade todas as políticas e exigências sugeridas pelos Estados Unidos. Apesar dos esforços empenhados pelos presidentes Clinton e Zemin para o fortalecimento e a emancipação dos Estados Unidos e a China durante os últimos dois anos, a relação entre os mesmos volta a se degradingolar. Em 07 de maio de 1999, a embaixada chinesa em Belgrado, capital da Sérvia, foi atingida acidentalmente por três mísseis (bombardeiro B-2) da OTAN, causando três mortes (jornalistas chineses) e ferindo cerca de duas dezenas de funcionários durante o conflito entre a Sérvia e o Kosovo (Yahuda, 2019 & Diário do Povo, 2020).

Prontamente, na sua declaração à nação, o presidente Jiang Zemin classificou o ataque norte-americano como sendo uma “provocação propositada”. Ainda durante a sua intervenção, Zemin enfatizou que o seu país jamais será intimidado, a grande nação chinesa nunca será humilhada e o grande povo chinês nunca será conquistado (Kissinger, 2011: 511). O pedido de desculpas e nota de pesar por parte da secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, em relação ao incidente ocorrido, esbarrou-se, de outro lado, com a fúria e a indignação do governo e da sociedade chinesa.

De acordo com o Yahuda (2019), emergiram-se duas forças repudiando o ato norte-americano. De um lado, a que consideramos como sendo a força social, a população chinesa começou a manifestar e a depredar as embaixadas e consulados norte-americanos no país. Do outro, a máquina estatal chinesa começou a pôr em causa se se é viável a continuidade de projetos e acordos estabelecidos entre a administração de Bill Clinton e Jiang Zemin. Nomeadamente, o processo de reforma e abertura iniciada durante o governo de Deng Xiaoping.

Com o arrefecimento das manifestações, o governo chinês concluiu em avançar com o processo de reforma e abertura que, por sua vez, era uma das premissas dos EUA para a sua admissão à Organização Mundial do Comércio. Passado o imbróglio entre os dois países, em Outubro de 2000, durante o 106º Congresso dos EUA, o Senado e Congresso norte-americano aprovou a lei comercial que garanta à RPC o mesmo tipo de tratamento concedido a outros parceiros comerciais (Congresso norte-americano, 2000). No mesmo documento, Washington revoga à aplicação do capítulo 1 do título IV da lei comercial de 1974 a Pequim na qual referia que: Cabia ao Presidente negar ou não o tratamento não discriminatório a mercadorias de qualquer país cujos produtos não

Unidas (Frísia, Groninga, Gueldres, Holanda, Overissel, Utreque e Zelândia – atual Países Baixos e Bélgica) e à confederação Suíça (Portal Diplomático Português).

eram elegíveis para as taxas afixadas das tabelas tarifárias dos EUA em 3 de janeiro de 1975 (Escola de Direito de Cornell, 1975).

Fica evidente que à aprovação da lei comercial pelo congresso norte-americano flexibilizando em diversos aspectos o comércio com a China, funcionava como uma espécie de ensaio para que, mais tarde, possibilitasse a entrada do país oriental na OMC. Pois, no âmbito político, mesmo alegando às más práticas do governo chinês em relação à cerceamento de direitos humanos, direitos dos trabalhadores, ficou determinado o seguinte: estabelecer relações comerciais que alarguem os ganhos do comércio e disseminem boas práticas na questão laboral, do estado do direito comercial, da questão do meio ambiente, no combate à corrupção, do acesso ao mercado para lá das políticas estabelecidas no seio da fronteira nacional; incentivar o governo da RPC a reconhecer os direitos dos trabalhadores instituídos internacionalmente e aplicá-los aos seus trabalhadores; estimular a RPC a garantir plenos direitos humanos dos cidadãos dentro do seu território; ratificar o Tratado Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; garantir aos cidadãos a liberdade de se locomover (incluindo, sair e regressar) e de escolher onde residir dentro do território chinês; garantir o direito a uma audiência justa e pública por uma autoridade competente, livre e imparcial; assegurar o direito a presunção de inocência até prova em contrário (Congresso norte-americano, 2000).

No mesmo documento, de acordo com o governo norte-americano, cabia aos chineses assegurar os seguintes: eliminar barreiras comerciais consideráveis nos setores como a agricultura, serviços e manufaturas; reduzir barreiras à entrada de investimento estrangeiro no território chinês; aprimorar leis relacionadas ao comércio; apoiar as medidas *antidumping* e de direitos compensatórios norte-americanos concernente aos produtos chineses; estabelecimento de um Centro de Assistência Técnica de Direito Comercial para apoiar pequenas e médias empresas, colaboradores e grupos sindicais na análise das leis comerciais praticadas nos Estados Unidos e na China; assessorar os técnicos norte-americanos na negociação em curso na OMC (Congresso norte-americano, 2000).

Ao mesmo tempo em que se decorriam as negociações para a adesão da China na OMC, em 1 de janeiro de 2001, o presidente Bill Clinton passava o cargo de presidente para o republicano George W. Bush, filho do antigo presidente George Bush. Porém, logo em princípio do mandato do presidente Bush, em abril de 2001, um avião-espião norte-americano que percorria junto às águas pertencentes aos mares da China embateu contra um avião militar chinês próximo a Ilha de Hainan, no sul da China (Kissinger, 2011). Prontamente, o governo chinês procedeu com a detenção de cerca de 20 militares norte-americanos. Durante a viagem oficial a Chile, Jiang Zemin abordou sobre o caso apelando para uma resolução adequada (Público, 2001).

Em suma, em jeito de mea-culpa, o presidente Bush lamentou a morte do piloto chinês e, em contrapartida, Pequim ordenou a libertação dos militares norte-americanos após duas semanas (Yahuda, 2019). Esse imbróglio foi ultrapassado sem que houvesse um abalo contundente nas relações entre os dois países. Como veio a se materializar, após mais de uma década de conversações e negociações, em 11 de dezembro de 2001, com a aprovação dos Estados Unidos da América, a República Popular da China é admitida como o membro da Organização Mundial do Comércio.

Analisando a conjuntura interna chinesa e a forma como ela era percebida no cenário internacional após os acontecimentos da Praça de Tiananmen, podemos afirmar que, externamente, a integração da China à Organização Mundial do Comércio foi o maior legado deixado pela liderança de Jiang Zemin. Ora vejamos, após os ataques de 11 de setembro de 2001 levados a cabo pelo grupo terrorista *al Qaeda* que vitimou mais de duas mil pessoas, vimos sucessivos dirigentes norte-americanos a reconfigurar de forma jamais visto a sua política externa no mundo em geral, e no indo-pacífico em particular. Durante quase duas décadas, as prioridades americanas centraram-se, sobretudo, em identificar, perseguir e exterminar grupos terroristas ao redor do mundo. Algo encabeçado e designado pelo presidente Georg W. Bush como “Guerra ao Terror”¹⁷.

É importante frisar que, após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, Jiang Zemin foi um dos primeiros líderes mundiais a manifestar o seu apoio aos Estados Unidos no combate ao terrorismo. Como é descrito por Yahuda (2019), Zemin aproveitou à cimeira da cúpula da APEC que se realizou em Xangai, em outubro de 2001, para redesenhar uma nova parceria com os Estados Unidos. Nessa parceria, cabia aos EUA assumir a liderança mundial no combate ao terrorismo nas suas mais diversas formas. O combate ao terrorismo era um dos poucos pontos na agenda internacional onde os interesses da China e dos EUA se convergiam.

Pois, assim como os EUA começaram a combater o grupo fundamentalista islâmico *al Qaeda*, que supostamente, tinha a sua base no Paquistão, na província Xinjiang¹⁸, o governo chinês também desencadeava um combate aos grupos fundamentalistas religiosos e separatistas que reivindicavam a independência da referida província. Em meio a relutância, o presidente Bush chegou a afirmar que a parceria sino-americanas era “cooperativas, construtivas e sinceras” e classificou uma organização muçulmana que opera na região de Xinjiang de terrorista (Yahuda, 2019).

¹⁷ Iniciativa levado a cabo pelo presidente Bush com o objetivo de punir os culpados pelos atentados ocorridos em 11 de setembro de 2001 a *World Trade Center* e ao Pentágono (complexo militar dos Estados Unidos).

¹⁸ Xinjiang é a província chinesa na divisa com o Paquistão.

Portanto, já prevendo a “distração” dos Estados Unidos da América, Pequim começa a participar ativamente no comércio internacional e estabelecendo cooperações bilaterais como nunca visto. Consequentemente, a China passou a ocupar o vazio deixado pelos Estados Unidos desde o fim da guerra fria. Mahbubani (2018), argumenta que ao contrário do que se pensa, à adesão da China para a OMC teve um maior impacto na mudança da conjuntura geopolítica e económica mundial do que o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001. Pois, o segundo em detrimento do primeiro, possibilitou a integração de milhões de trabalhadores chineses ao sistema de comércio mundial causando a perda de milhões de postos de trabalho nos países ocidentais. Segundo o mesmo autor, após a adesão da China à OMC, o seu produto interno bruto catapultou de 1.2 mil milhões de dólares em 2000 para mais de 11 mil milhões de dólares em 2015.

Logo depois de ter deixado o cargo de presidente, numa intervenção alusivo aos acontecimentos de 11 de setembro, Bill Clinton exortou aos participantes de que os EUA deveriam se preparar para um mundo onde Washington não seria mais a única superpotência. Segundo Clinton, a globalização e, consequentemente, a interdependência entre os estados seria cada vez mais frequente (Yale University, 2008).

Portanto, já na reta final do seu mandato, durante o 16º Congresso Nacional do PCC, Jiang Zemin reconheceu que à entrada da China na OMC elevo-a para um novo patamar de abertura (melhoria no processo democrático socialista, reestruturação política, progressos significativos nas questões étnicas, religiosas e relacionados aos chineses no exterior. Zemin também exortou para a abertura do partido aos considerados inimigos ideológicos e a classe empresarial. Outrora visto como entraves à implementação de uma “economia de mercado socialista ou socialismo com características chinesa”. Aproveitando-se do enfraquecimento da política externa norte-americana na região do indo-pacífico e no mundo face a “Guerra ao Terror”, Zemin recorreu-se ao marxismo-leninismo, à pensamento de Mao Tsé-tung (o grande timoneiro) e a teoria de Deng Xiaoping (o indestrutível) para implementar a sua própria filosofia – a Teoria da Tripla Representatividade ou Três Representações¹⁹.

No contexto internacional e tendo em causa a nova conjuntura, por mais que o cenário venha mudar, antes de ser substituído por Hu Jintao, Jiang Zemin foi enfático em realçar que quer no campo político, económico, cultural e de segurança, a China sempre advogará pelas seguintes causas: buscar por uma política externa independente; manter a paz mundial e a coexistência harmoniosa entre os estados; promover a

¹⁹ Definimos a teoria da tripla representatividade como a filosofia que caracteriza o processo revolucionário e auto-determinativo que possibilitou a reforma, à abertura e, concomitantemente, eleva de forma assertiva e progressista a afirmação da China no cenário internacional.

globalização económica em que os países menos desenvolvidos também possam se beneficiar do contexto; impulsionar a multipolarização no cenário internacional; manter a estabilidade na comunidade internacional; uma nova ordem política e económica justa e racional; trabalhar pela prosperidade comum e não excluir cultura de outros países; trabalhar com outras nações com o propósito de salvaguardar a segurança; solucionar conflitos por meio de diálogos e cooperação; não interferir nos assuntos internos dos países; promoção da democracia nas relações internacionais; diversificação dos modelos de desenvolvimento; fortalecimento da sua diplomacia junto às Nações Unidas e outras organizações internacionais e regionais (Xinhua, 2002).

5. As Relações entre a China e os Estados Unidos (2002-2012) – A era de Hu Jintao

Depois de assumir a liderança do Partido Comunista Chinês (2002) e da China (2003), Hu Jintao convidou Wen Jiabao para ser o seu primeiro-ministro. Diferentemente dos seus antecessores, Hu e Wen assumiram a China numa fase em que as suas relações com os Estados Unidos da América eram relativamente boas. Apesar da Ilha de Taiwan permanecer como sendo uma questão tênue para ambos os lados.

Em detrimento da mesma, na tentativa de propor um referendo (durante a campanha para a eleição de 2004) para que fosse alterada a constituição e que Taiwan fosse representado de forma unilateral na Organização das Nações Unidas, Chen Shui-bian viu-se isolado e sem suporte dos Estados Unidos da América no cenário internacional. Para o presidente George W. Bush, a atitude do presidente taiwanês colocaria em causa a posição dos Estados Unidos em relação a uma só China (Kissinger, 2011). Durante a sua visita aos EUA, em dezembro de 2003, Wen Jiabao ouviu de presidente Bush que a sua administração se opõe a qualquer decisão unilateral da China ou de Taiwan de mudar o *status quo* (Kissinger, 2011:526).

Na nossa leitura, face à “Guerra ao Terror” delineado por Bush, os EUA não estavam preparados para a eclosão de mais um conflito no indo-pacífico. Portanto, a manutenção da política externa dos seus antecessores em relação à China era o melhor caminho a seguir. Do lado chinês, Wen Jiabao foi pragmático em ressaltar que “A nossa política fundamental sobre a solução da questão de Taiwan é a reunificação pacífica e um país-dois sistemas” (Kissinger, 2011:526). Neste sentido, com essa posição, Jiabao faz-nos recorrer aos ensinamentos de Deng de que a China deve baixar a guarda e não reivindicar a posição.

Em jeito de atrair cada vez mais a China para o cenário internacional e concedê-la mais responsabilidade no contexto geopolítico, durante a sua visita a Pequim, em agosto de 2005, o vice-secretário norte-americano, Robert Zoellick detalhou que um dos objetivos de Washington é de integrar a China no sistema mundial de segurança, económico e político (...) e que é de interesse da administração Bush construir uma cooperação mais profunda com o governo de Pequim (China Daily, 2005).

Do outro lado, Pequim observava com cautela o aceno dos EUA. Pois, para a China, ter o papel de uma potência responsável é bem diferente de implementar ou seguir o conceito de responsabilidade estabelecida pela administração norte-americana (Yahuda, 2019). Analisando os factos, para Washington e para a sua opinião pública, era justo que

a China fosse mais interventiva e cooperasse junto aos Estados Unidos porque ela era a maior beneficiária do sistema internacional liberal face ao enfraquecimento dos EUA.

Segundo o relatório ultrassecreto da Cox (1999), que analisa a segurança nacional dos EUA (militares e comerciais) com a RPC, Pequim: roubou informações secretas do projeto de armas termonucleares mais avançadas dos Estados Unidos; roubou informações de projetos confidenciais de ogivas de bombas de neutrões em 1996; roubou informações de projetos secretos de ogivas W-70 do laboratório *Lawrence Livermore*; roubou tecnologia de mísseis e explorou-a para desenvolver os seus próprios mísseis balísticos; utilizou contatos comerciais e políticos para estimular os seus esforços para obter tecnologia militar e comercial dos Estados Unidos; adotou políticas direcionada a aumentar a sua influência nos Estados Unidos com o intuito de ter acesso à tecnologia militar e comercial dos EUA; proliferou armas nucleares a vários países; disseminou tecnologia militar para Irão, Coreia do Norte e Paquistão; vendeu sistemas completos de mísseis balístico à Arabia Saudita e ao Paquistão; forneceu ao Paquistão lançadores de mísseis móveis CSS-X-7/M-11; prestou assistência ao Paquistão em enriquecimento do urânio (Relatório Cox, 1999).

Na sua intervenção durante a 60^o Cimeira da fundação da ONU, em 15 de setembro de 2005, Hu Jintao utilizou pela primeira vez o conceito de “Mundo Harmonioso” para se referir à postura chinesa de se posicionar no cenário internacional. No seu artigo, Masayuki Masuda (2009) argumenta que o conceito invocado por presidente Hu, seria como que uma turbinação ou atualização do conceito de uma “Sociedade Próspera” delineado pelo seu antecessor, Jiang Zemin. Porém, mesclando “Desenvolvimento Científico” e “Sociedade Harmoniosa”. Como evidente, a primeira, fazendo jus ao processo interno e a segunda, contexto externo. Em dezembro de mesmo ano, o conceito invocado pelo presidente Hu foi publicado num livro branco intitulado “O Caminho de Desenvolvimento Pacífico da China”.

De forma ampla e compromissória, concernente a assuntos externos, o governo de Pequim estabeleceu o seguinte: contribuir para a defesa da democracia e da igualdade para atingir a coordenação e cooperação entre estados; promover democracia nas relações internacionais através de diálogo, da comunicação e da cooperação; trabalhar árduo para a criação de uma nova ordem política e económica internacional; todos os países devem respeitar-se e tratar-se de forma igual; nenhum país deve impor a sua vontade a outros ou manter a sua segurança e desenvolvimento à custa dos interesses de outros; oposição ao unilateralismo em detrimento do multilateralismo; rechaçar o conceito da guerra fria; insistir na resolução pacífica de conflitos internacionais (por meio de diálogo e negociação); intensificar a cooperação no âmbito do combate ao terrorismo; promover o desarmamento nuclear internacional e assegurar a estabilidade

estratégica mundial; advogar para a diminuição do fosso desenvolvimentista entre os países do eixo norte em relação aos do sul; apelar para a maior responsabilidade dos países desenvolvidos para um desenvolvimento universal, coordenado e ponderado do mundo; incentivar a liberalização, facilitação do comércio e investimento direto; remover barreiras comerciais e aliviar restrições à exportação de tecnologia; trabalhar para o aprimoramento do sistema financeiro internacional com o intuito de criar um ambiente financeiro estável e eficiente, propício ao crescimento económico global; respeitar a soberania dos países independentemente do sistema social escolhido pelo seu povo; estimular o desenvolvimento harmonioso entre o Homem e a natureza; advogar pela coexistência pacífica das civilizações (Xinhua, 2005).

Para além de ater-se somente às palavras, no mesmo livro, também ficou explícito que a China aumentava cada vez mais a sua influência económica e comercial em diversos países e continentes, onde, outrora, os Estados Unidos da América eram os parceiros privilegiados.

De acordo com as suas ações, as medidas anunciadas ou em curso aprovadas pelo governo de Hu Jintao constam as seguintes: prestou apoio e assistência a mais de uma centena de países e organizações no âmbito de mais de 2000 projetos; reduziu ou perdoou dívidas de mais de 40 países em desenvolvimento (totalizando mais de 16 mil milhões de yuans); instituiu, em maio 2005, o Centro Internacional de Redução da Pobreza em Pequim; isentou taxas alfandegárias para determinados produtos provenientes de mais de 30 países menos desenvolvidos que possuem relações diplomáticas com Pequim; alargar ajuda a países pobres altamente endividados e países menos desenvolvidos; conceder 10 mil milhões de dólares, nos próximos três anos, em empréstimo e crédito aos países menos desenvolvidos para investimento em infraestruturas, promover as empresas de ambos países para a realização de *joint ventures*; ajudar os países africanos em área correlacionada à saúde, fornecendo-lhes medicamentos para prevenir a malária, construir instalações médicas, capacitar médicos e mais de 30 mil profissionais de diversas áreas (Xinhua, 2005).

Mediante o avanço do governo chinês no cenário internacional e a normalização da sua relação com os Estados Unidos, no seu artigo, Masuda (2009), destaca que desde as reformas introduzidas nos finais dos anos 70, pela primeira vez, em 2006, o produto interno bruto chinês teve um crescimento médio anual de 9.7%. Catapultando a China de 27º para 3º lugar no comércio internacional. Pouco tempo depois, a China ultrapassou o Japão como a segunda maior economia do mundo.

O crescimento da economia chinesa acoplada a sua dinâmica no cenário internacional fez com que num discurso, em março de 2007, Henry Paulson Jr., Secretário do Tesouro norte-americano, afirmasse que a China já possui um estatuto de

grande potência global (Masuda, 2009). E de facto, como observamos no (Anexo I), de acordo com os dados do FMI, em 2006, a economia chinesa teve um crescimento de 12.7%. Enquanto o PIB norte-americano registou um crescimento de meros 2.8% no mesmo ano. O modesto crescimento da economia norte-americana em 2006 viria a ser arrasada pela grande crise financeira mundial que teve o seu início, justamente, nos EUA, em 2007.

Concernente a essa crise, Brunet & Guichard (2012), observam que, na realidade, essa depressão teve o seu início em 2001 (quando houve a adesão da China à OMC). A sua manifestação explícita é que se sucedeu em 2007, através do colapso imobiliária, crise da titulação, falência dos bancos e recessão da bolsa. Os mesmos autores argumentam que a supressão da conversão do dólar em ouro pelos bancos centrais em início dos anos 70 e o afastamento do sistema de câmbio fixo e da sua supervisão pelo FMI durante à administração do presidente Richard Nixon (1969-1974) foram outros dos motivos que permitiram a China se impor e entranhar os seus “tentáculos” na economia mundial.

O impacto da crise foi sentido de diferente forma em todos os países, como podemos observar no (Anexo II). Porém, enquanto a China manteve o crescimento do seu PIB em patamares positivos (9.4%), em 2009, o PIB dos Estados Unidos decrescia para -2.6%. Observando o impacto dessa crise, respetivamente, nos Estados Unidos da América e na China, as questões que nos afligem são: Por que razão a crise foi mais impactante nos EUA do que na China? Como os EUA e a China lidaram com a referida crise? Será que Pequim foi mais pragmático e eficaz do que Washington na resolução da crise? Enquanto diversos países foram sucumbidos pela grande crise de 2008, a resposta do governo chinês para reduzir o impacto da mesma no seu território foi robusta e contundente. Como salientou Jabbour & Gabriele (2021), a resposta do governo chinês no mesmo ano foi o redireccionamento de 12,6% do PIB (cerca de 590 mil milhões de dólares) para investimentos em infraestruturas de grandes envergaduras (linhas férreas de alta velocidade, malhas rodoviárias e construção de linhas de metros, barragens hidroelétricas).

Outrossim, de acordo com os mesmos autores, o governo de Pequim implementou três reformas importantes, a saber: 1) reforma fiscal que revertia a tendência anterior de descentralização e inaugurava um processo de construção fiscais que facilitaram a implementação de políticas anticíclicas; 2) instituição de mecanismos de controle de fluxo de capitais necessários para controlar a taxa de câmbio; 3) a unificação da taxa de câmbio (Jabbour& Gabriele, 2021:147/48).

A facilidade e a capacidade com que o Estado chinês teve para solucionar questões que, outrora, carecia de tempo e burocracia nos EUA, fez com que a China reposicionasse

internamente e prestasse ajuda a outros países. Inclusive aos países europeus. Enquanto do lado norte-americano, para diminuir o impacto da crise, só em março de 2009, já na administração Obama, houve ações mais contundentes. De acordo com Brunet & Guichard (2012:148), o governo, através da *Federal Reserve System*, 1) ordenou a compra de títulos de tesouro a médio e longo prazo; 2) procedeu com a emissão de moeda. Os mesmos autores argumentam que as medidas levadas a cabo pela administração Obama impossibilitaram, por um certo período, que os Estados Unidos recorressem à China a fim de solicitar empréstimo. Como mencionou Kissinger (2011), umas das consequências da crise financeira de 2008 foi à introdução de avultadas somas de capitais chineses, sem precedentes, nos países e nas empresas ocidentais.

Voltando aos últimos anos da administração Bush, verificamos que o grande norteador da política externa dos Estados Unidos foi a obsessão na luta contra os terroristas do estado Islâmico. Assim como tudo, se por um lado houve avanços significativos no combate ao mesmo, por outro, os EUA acabaram por se envolver cada vez mais em guerras no Médio Oriente e a Asia Central, nomeadamente, no Iraque e no Afeganistão. A longevidade e os recursos humanos, económicos e militares despendidos nesses conflitos, aos nosso ver, contribuíram de forma significativa para o recrudescimento da influência dos Estados Unidos no cenário internacional face a China. Como descreveu Yahuda (2019), do início desses conflitos, respetivamente em 2001 (Afeganistão) e 2003 (Iraque) até 2018, os Estados Unidos gastaram cerca de 5.6 triliões de dólares.

Concernente a Pequim, enquanto o ocidente encontra-se em meio a uma crise financeira, no dia 08 de agosto de 2008, a China brindava o mundo, se calhar, com um dos espetáculos jamais visto na história da abertura dos Jogos Olímpicos (Olympics, 2008). Ao lado do presidente do Comité Olímpico Internacional, Jacques Rogge, Hu Jintao emitia aos quatro cantos do mundo que a vez da China tinha chegado e, que, o século da humilhação já era passado. Pois, a combinação de diversos fatores ou acontecimentos (11 de setembro; inclusão da China na OMC; crise financeira de 2007/2008 e a Organização dos Jogos Olímpicos de 2008) tinham colocado, nesse momento, Pequim como centro das atenções no cenário internacional.

Em janeiro de 2009, Barack Obama assume à presidência dos Estados Unidos da América, sucedendo-se assim George W. Bush. O presidente Obama assumira a liderança dos Estados Unidos numa fase em que, como já descrevemos, para além de estar em curso “Guerra ao Terror”, Washington tinha como assuntos de primeira ordem a questão da crise financeira e a ascensão da China no cenário internacional.

Tendo em conta os factos mencionados no parágrafo acima, na sua primeira intervenção, como argumentou Yahuda (2019), o presidente Obama, ao menos no

discurso, reconheceu que os Estados Unidos da América já não podiam agir como o “Policia do Mundo” e o provedor da democracia no cenário global. Pois, durante sucessivos governos, os EUA, de facto, sempre atuaram como o propagador do “Destino Manifesto”. Ou seja, era a sua função divina de levar a suposta liberdade e democracia aos supostos povos oprimidos a todo o custo.

Portanto, reconhecendo, principalmente, o enfraquecimento económico do seu país no cenário internacional, Obama começa a relegar para outros planos a doutrina do seu antecessor no campo externo, em detrimento da concentração de esforços na resolução de assuntos internos. Por outro lado, em vez do unilateralismo, a administração Obama optou pelo multilateralismo, buscando o entendimento e cooperação com a China, a Índia, a Rússia, o Brasil, a Indonésia e a África do Sul. Principalmente nas questões relacionadas a combate ao extremismo, na não proliferação de armas nucleares, crescimento económico equilibrado e sustentável, políticas direcionadas a alterações climáticas, combate e resolução de conflitos armados e combate às doenças pandémicas (Leonard, 2013; Yahuda, 2019).

Na nossa leitura, o presidente Obama notou que o mundo já não era mais o mesmo. E, por isso, era necessário trabalhar em parceria com outras nações para alcançar objetivos internos e externos. Na sua primeira visita à Ásia, a Secretária de Estado, Hillary Rodham Clinton, visitou Japão (16 a 18 de fevereiro de 2009), Indonésia (18 a 19 de fevereiro de 2009), Coreia do Sul (19 a 20 de fevereiro de 2009), e a República Popular da China (20 e 22 de fevereiro de 2009). Em relação a este último, durante o seu encontro com o ministro das relações exterior chinês, Yang Jiechi, Hillary Clinton destacou que é necessário que os dois países mantenham uma relação positiva e cooperativa.

Na visão da Hillary, essa relação devia-se centralizar em três áreas distintas, a saber: 1) Resolução da Crise Económica Mundial – os dois países deviam encontrar soluções internas, assumir a posição de liderança e, consequentemente, dar uma melhor resposta no campo externo de forma a estabilizar a economia mundial; 2) Energia Limpa e Mudanças Climáticas – os dois países deviam continuar a parceria como forma de produzir e implementar tecnologia de energia limpa, avançar significativamente na implementação de economia verde que permitisse a emissão de menos quantidade de carbono, enveredar pela implementação de energia renováveis, capturar e armazenar dióxido de carbono de centrais a carvão e, por último, optar pela eficiência energética nos edifícios; 3) Questões de Segurança – trabalhar para a manutenção da paz no cenário internacional, nomeadamente, promover a estabilidade no Afeganistão e Paquistão, impossibilitar que o Irão seja uma potência nuclear e combater o terrorismo global (Departamento de Estado norte-americano, 2009).

Na mesma viagem, mas durante uma entrevista a *Dragon Tv* (canal de televisão chinesa), Hillary Clinton fez questão de sublinhar que a nova administração da Casa Branca tem como a sua política externa as ferramentas alicerçadas em três D's (defesa, diplomacia e desenvolvimento). Portanto, mesmo sendo países completamente diferentes, os Estados Unidos e a China devem encontrar pontos comuns e trabalhá-los (Departamento de Estado norte-americano, 2009). Se se olharmos por esse prisma, a política externa norte-americana vem que retomar, até certo ponto, frações dos últimos anos da política externa do presidente Bill Clinton. Na medida em que o discurso de supressão ou violação dos direitos humanos na província do Tibete e Xinjiang pelo governo central de Pequim não é visto como um mote para romper ou pôr em causa o desenvolvimento das relações entre os dois países.

A visita da secretária de estado norte-americano à China, serviu não só para acenar positivamente a Pequim, mas também, para abrir caminhos para aquilo que seria um possível encontro entre o presidente Barack Obama e o presidente Hu Jintao à margem da Cimeira de G-20, que se realizara em abril do mesmo ano, em Londres. Consumada a reunião realizada a 1 de abril de 2009, os dois presidentes emitiram uma declaração conjunta na qual deixaram explícito os pontos comuns em que se intensificariam as relações, a saber: reforço das relações entre EUA-China: consistiu, sobretudo, em reforçar os laços de cooperação e intercâmbios em todos os níveis para o século XXI (Casa Branca, 2009). Para tal, além de presidente Hu convidar o presidente Obama para uma visita à China nos últimos seis meses do corrente ano, os dois países estabeleceram um fórum de “diálogo estratégico e económico EUA-China.

No qual, a secretária de estado norte-americana, Hillary Clinton e conselheiro de estado chinês, Dai Bingguo chefiariam um “plano estratégico” e o “plano económico” era dirigido pelo Secretário de Tesouro norte-americano, Timothy Geithner e o Vice-Primeiro-Ministro chinês, Wang Qishan, a saber: Fortalecimento da cooperação económica e financeira: sendo os dois países as duas maiores economias mundiais, os dois presidentes comprometeram-se em trabalhar em conjunto com outros países a fim de auxiliar na estabilização da economia mundial, criar mecanismos que a fortaleça com o intuito de diminuir o impacto global de uma eventual próxima crise.

O presidente norte-americano realçou o comprometimento na criação de uma Lei Americana de Recuperação e Reinvestimento e o Plano de Estabilidade Financeira. No seu turno, Hu Jintao destacou o plano da China de melhorar a situação macroeconómica e alargar a procura interna no que tange a procura de consumidores para fazer crescer e desenvolver de forma sustentável a sua economia. Já mencionamos acima as ações promovidas pelo governo chinês para fazer face à crise financeira de 2008.

Comércio global e mudança nas regulamentações económicas internacionais: os dois países acordaram em continuar a promover trocas comerciais benéficas para ambos os lados e, por conseguinte, criando assim, a Comissão Conjunta de Alto Nível de Comércio e Negócio. Os mesmos foram unânimes em consentir que as instituições financeiras internacionais devem disponibilizar mais recursos para que países emergentes e em vias de desenvolvimento possam fazer face a escassez de capital.

Os dois presidentes debateram sobre a necessidade de promover reformas necessárias que fortaleçam a regulamentação do sistema financeiro mundial. A esse respeito, Mark Leonard (2013:154) argumenta que a China possui as maiores reservas de divisas do mundo, mas não é tratada com o devido respeito na arena da finança internacional, especialmente no que respeita ao estabelecimento de regras e à gestão do Fundo Monetário Internacional.

Concernente a esse ponto em específico, o presidente Hu regozijou-se pelo facto do presidente Obama anunciar uma agenda para levar adiante reformas financeiras no sistema internacional. A aproximação bilateral entre os dois países, quase que, elevaria para um outro patamar as suas relações no cenário internacional.

Contudo, em meio à crise financeira de 2008, sob apelo de Li Lihui (presidente do Banco da China entre 2004 e 2014), o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, exortou publicamente o governo norte-americano a proteger os investimentos chineses naquele país. O apelo chinês veio, em seguida, acompanhado de medidas que acoplavam a sua moeda ao dólar norte-americano e, conseqüentemente, declinavam solicitações dos Estados Unidos para reaver ou aplicar medidas que diminuíssem o fosso comercial de Washington para com Pequim (Yahuda, 2019). Segundo Brunet & Guichard (2012), a campanha sórdida levado a cabo pelos chineses em relação a política norte-americana, manteve-se bloqueada a cotação do *yuan* face ao dólar no valor de 6.83 – algo que levou a desvalorização do dólar face às outras moedas concorrentes no mercado financeiro mundial. Para esses autores, esse era um dos propósitos do governo chinês – desestabilizar o dólar ao ponto de desencadear uma crise de confiança internacional e, conseqüentemente, tornar moroso o ritmo de crescimento da economia americana.

Por outro lado, o exacerbar das críticas ao modelo americano proveniente do primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao e da sociedade chinesa (meios de comunicação social, classe média, cientistas políticos, analistas de relações internacionais etc....) alegavam que a crise financeira de 2007/2008 fora propositadamente provocada pelos norte-americanos (através dos seus bancos) que, ao mesmo tempo, Washington não reconhecia Pequim como um dos atores cruciais na resolução da mesma ao nível mundial (Jacques, 2012; Brzezinski, 2014).

Contudo, face ao convite formulado ao presidente Barack Obama aquando da visita da Hillary Clinton à China e à margem da reunião da cimeira do G-20 que os dois líderes tiveram em Londres, a 16 de novembro de 2009 o presidente norte-americano efetuava a sua primeira visita oficial à China. No fundo, essa viagem serviu para que, de forma diplomática, responsiva e através de um evento levado em diante pelos dois chefes de estado, Washington e Pequim dessem todo o suporte aos compromissos acordados à margem da cimeira do G-20.

Como veremos, a partir da declaração conjunta concedida à imprensa, ambas as partes concordaram em trabalhar em conjunto tendo como foco uma relação construtiva, positiva, cooperante e prezada na base do diálogo e intercâmbio; subscreveram o compromisso de, de forma constante, encarar os desafios comuns com o intuito de contribuir para paz, estabilização e prosperidade do cenário internacional; abertura de canais de comunicação direta através de visitas oficiais, conversas telefónicas e reuniões em eventos de cariz multilateral; acompanhamento e monitoramento dos resultados da estratégia de diálogo económico China-EUA (estratégia saída de diálogo entre os dois presidentes à margem da cimeira do G-20); repelir todas as formas do protecionismo; prosseguir com a reforma do sistema financeiro internacional e cooperar para afastar, a curto e médio prazo o cenário de uma nova crise financeira global; reforçaram políticas para mitigar questões relacionadas a alterações climáticas, energia e meio ambiente; implementaram um centro de pesquisa em energia limpa entre os dois países; aprofundamento e trocas recíprocas no que diz respeito a luta contra o terrorismo, ciência e tecnologia, aviação civil, exploração espacial, linhas ferroviárias de alta velocidade, agricultura e saúde; desnuclearização da Península Coreana; cumprir os três comunicados conjunto concernente ao reconhecimento de “Uma só China”; trabalhar no conceito relacionado a direitos humanos e religião com o intuito de melhorar o entendimento de ambas as partes e aproximá-los cada vez mais (Casa Branca, 2009).

Porém, no mesmo comunicado o presidente norte-americano fez questão de pontuar aspetos que considera ser relevante a situação interna dos Estados Unidos caso Pequim seja mais interventiva e responsável no cenário internacional. Dentre elas, Obama destacou os seguintes: fomentar a estratégia económica mais equitativa na qual os Estados Unidos poupem mais, gaste menos, reduza a dívida de longo prazo. Ao passo que a China crie políticas que estimulem o consumo interno chinês; eliminar o programa de armas nucleares da Coreia do Norte; persuadir a Coreia do Norte a fazer parte do cenário comercial, económico e político da comunidade internacional, desde que adote postura de cumprimento das leis internacionais; incentivou diálogo aberto entre o presidente Hu e Dalai Lama no que concerne a resolução da questão do Tibete.

Por mais que os dois líderes se empenhassem para que as relações entre os dois países caminhassem a bom ritmo, sempre apareciam percalços no meio do caminho retraindo ou estagnando a mesma. Pouco mais de um mês da visita do presidente Obama à China, de forma truculenta e desrespeitosa, um alto funcionário chinês acabou por se exaltar com o presidente norte-americano durante a conferência internacional sobre alterações climáticas em Copenhaga – Dinamarca (entre 07 e 18 de dezembro de 2009). De acordo com Yahuda (2019), a crítica do funcionário chinês centrava-se, sobretudo, na pressão “a moldes americano” que era imposta à China a fim assinar acordos que visava implementar políticas e ações que mitigassem ou fizessem diminuir a poluição do meio ambiente.

A questão sobre quem mais polui o meio ambiente é um pouco controverso se se tivermos em conta apenas a visão unidirecional. De facto, de acordo com o Climate Watch (2009), como observamos no (Anexo III), entre 1990 e 2003, os Estados Unidos da América sempre liderou como o país que emitia uma maior quantidade de GEE (gases com efeito de estufa) para a atmosfera. Sozinhos, até finais de 2003, os norte-americanos emitiram mais de 6GT (seis gigatoneladas) de gases com efeito de estufa para a atmosfera.

Por sua vez, a partir dos primeiros meses de 2004, a China ultrapassa os Estados Unidos como a maior emissora de gases de efeito de estufa para a atmosfera. Da data acima referida até 2009, como nos mostra novamente o (Anexo III), o comportamento chinês em relação à emissão de GEE (gases com efeito de estufa) foi sempre ascendente ao longo desses anos. Chegando a atingir, em 2009, o pico de mais de 9GT (nove gigatoneladas) enquanto os Estados Unidos da América recrudesceram a sua emissão de GEE para a casa dos 5.80GT no mesmo ano.

Portanto, partindo somente dessa visão, podemos alegar que mesmo sabendo do histórico poluidor dos EUA durante décadas, a administração Obama estava empenhada, através dessa tipologia de evento internacional, em contribuir e fazer com outros países, especialmente a China, contribuíssem de igual forma na luta contra a alteração climática. Por outro lado, se abstermos do geral para particular, ou seja, analisando minuciosamente em termos populacionais (per capita) por exemplo, o maior emissor de gases com efeito de estufa para a atmosfera desde 1990 a 2009 continua, como nos mostra o (Anexo IV), sendo os Estados Unidos da América.

Ora vejamos, enquanto os EUA com pouco mais de 306 milhões de habitantes, em 2009, emitiam cerca de 19 toneladas de gases com efeito de estufa para a atmosfera, a China com 1.300 mil milhões de habitantes emitiam cerca de 7 toneladas de gases com efeito de estufa por habitante (Banco Mundial, 2009). cremos que um dos motivos dos líderes chineses não aceitarem na sua totalidade as políticas norte-americanas, centra-

se justamente, nessa clivagem. Se na generalidade os norte-americanos alegam que os chineses poluem mais a atmosfera, os chineses, na particularidade, podem alegar que, mediante a densidade populacional entre os dois países, os EUA continuam a ser o país que mais poluem a atmosfera. Não obstante de reconhecer que é fundamental a implementação de políticas que façam abradam a emissão de gases com efeito de estufa. Não nos moldes ditados pelos Estados Unidos da América. Mas sim, em concertação com todos outros países e, acima de tudo, na prossecução daquilo que os chineses caracterizam como a sua política interna de redução de GEE e combate as alterações climáticas.

Por sua vez, observando as reivindicações territoriais históricas da China no seu mar meridional (Vietname e Filipinas, especialmente) e no seu mar oriental (fronteira com o Japão), o congresso norte-americano manifestou a sua intenção de fornecer, a título de venda, armas defensivas ao governo de Taipé no valor de mais de 6 mil milhões de dólares (Yahuda, 2019). Pouco tempo depois, ainda no dealbar da crise, em declarações, o Secretário do Tesouro norte-americano, Timothy Geithner, alegava que Pequim manipulava a sua taxa de câmbio. Palavras que não caíram bem perante os líderes chineses e, na qual, Joe Biden, vice-presidente norte-americano teve de vir ao público o desautorizar (Brunet & Guichard, 2012). Desses acontecimentos em diante, em certos assuntos, à administração Obama começa a posicionar-se de forma menos cordial e simpática em relação ao governo de Pequim. Alterando paulatinamente o seu posicionamento no pacífico, Washington começou a estreitar laços de cooperação com outros países asiáticos e advogar em prol das suas causas, alertando o governo chinês da necessidade de respeitar as leis internacionais sobre o mar e de forma direta confrontar a China que, militarmente, esta cada vez mais forte (Kaplan, 2012; Yahuda, 2019;).

Para marcar a posição, em julho de 2010, a Secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, participou e liderou o 17º Fórum Regional da ASEAN que decorreu em Hanói, capital do Vietname (Departamento de Estado norte-americano, 2010). Na conferência de imprensa após a reunião com outros 12 países participantes, sobre o avanço da China nos seus mares, Hillary Clinton deixou claro o seguinte: reitera o respeito pelo direito internacional no mar do sul da China; advoga o interesse nacional da liberdade de navegação; resolução diplomática colaborativo entre os estados visados a fim de resolver essas questões sem coerções territoriais; opõe-se a qualquer uso de intimidação ou força por partes envolvidas; os EUA não tomarão posição em relação às disputas no mar do sul da China, mas encoraja os países injustiçados a prosseguir com as suas reivindicações de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; a sua administração encoraja a declaração entre ASEAN-China de 2002 sobre o

comportamento das partes no mar do sul da China (Departamento de Estado norte-americano, 2010).

Segundo Yahuda (2019), durante a conferência, após observar o parecer da secretaria de estado norte americano sobre o mar da China meridional (Anexo V), o ministro dos assuntos externos chinês tinha deixado claro à Hillary Clinton e aos países participantes que “a China é um país grande e os demais, exceto, Estados Unidos, são países de pequena estatura”. O dirigente chinês referia-se, acima de tudo, aos países asiáticos. Entre linhas, o ministro chinês referia-se à prostração dos países vizinhos perante à China.

Diversos analistas argumentam que à ascensão da China nos seus mares tem sido de forma agressiva. Robert Kaplan (2012) por exemplo, sugere que a China devia olhar para a história e seguir os exemplos de Veneza, Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América. Nações ou regiões que possuíram ou possuem um grande poderio marítimo que, ao invés de serem belicosos (em novembro de 2006, “perseguição” de Porta-aviões norte-americano, *USS Kitty Hawk*; em novembro de 2007, recusam a entrada do mesmo porta-aviões no porto de Hong Kong; em março de 2009, assédio ao navio de patrulha norte-americano *USS Impeccable* que navegava a 12 milhas da costa chinesa; Construção de ilhas artificiais e etc.), adotaram uma postura benigna da preservação do livre comércio marítimo e da pacificação do sistema marítimo.

Na sua perspectiva, Frankopan (2019) argumenta que a necessidade de a China ter o controlo do seu mar meridional não se resume somente a questões de capacidade marítima militar e de segurança nacional, mas também, de salvaguardar o presente e o futuro do país. O autor alerta, sobretudo, da necessidade em que o governo de Pequim tem de adquirir as *commodities*, matérias-primas e, por conseguinte, garantir que os seus produtos sejam distribuídos por todo mundo em segurança e sem interferência de países terceiros. A obstrução dessa rota por onde passa a maior troca comercial da China provocaria um dano incalculável na sua economia que, por sua vez, correria o risco de colapsar ou abrandar o ritmo de crescimento.

Num outro contraponto, Mahbubani (2020), argumenta que os EUA alegam que as suas patrulhas no mar do sul da China têm como objetivo salvaguardar o bem público mundial (assegurar a livre navegação nas águas internacionais). Na mesma linha de raciocínio, o mesmo autor lança uma provocação – Se se fosse navios militares chineses a patrulharem a costa marítima norte-americana (Califórnia, Nova Iorque, Oregon ou mesmo Golfo do México)? Até que ponto a Casa Branca concordaria com as ações da marinha militar chinesa? Pergunta essa que não temos como responder, mas mediante as ações históricas norte-americana, podemos antever qual seria a sua reação se tomarmos como exemplo a Crise dos misseis de Cuba de 1962 (situação envolvendo

URSS e EUA). Na verdade, é que a administração Obama tinha chegado a conclusão de que o plano americano de acomodar a China num sistema internacional moldado à base dos Estados Unidos, até então, tinha sido contraproducente (Yahuda, 2019).

De acordo com Brzezinski (2014), uma China fortemente nacionalista e militarizada, que é o que está a acontecer, a levaria ao seu auto-isolamento do cenário internacional. Pois, o crescimento de um sentimento antichinês nos EUA desataria na busca, dos países vizinhos da China, a proteção de uma potência maior. Nesse caso, dos Estados Unidos da América. Deste modo, para o presidente Obama, era necessário implementar um outro tipo de estratégia capaz de lidar com a China.

Em detrimento disto, em 11 de Outubro de 2011, a secretária de Estado-norte americano, Hillary Clinton, publicou um artigo na revista *Foreign Policy* na qual descreve a necessidade da casa branca em se reposicionar na região da Ásia-Pacífico. O reposicionamento da mesma tinha de ser alicerçado numa diplomacia denominada de “*forward-deployed*”. Segunda a qual, consistia em enviar uma boa parte dos diplomatas, especialistas em desenvolvimento e outros ativos norte-americanos a se instalarem e fixarem em todos os países e cantos da Ásia-Pacífico (Foreign Policy, 2011).

De grosso modo, com o recrudescimento do conflito no Iraque, Afeganistão e o dinamismo económico, social e comercial dos países emergentes da Ásia (China, Índia, Indonésia por exemplo), a estratégia e os desafios dos Estados Unidos da América para os próximos 10 anos passariam por seis pontos-chaves, a saber: fortalecer as alianças bilaterais de segurança; aprofundar as relações de trabalho com potências emergentes, inclusive com a China; aprofundar relações com instituições multilaterais da região; alargar o comércio e o investimento; construir uma presença militar de base alargada; promover a democracia e direitos humanos em toda a região.

De forma detalhada, a implementação dessas estratégias consistia em aperfeiçoar e realçar os acordos já existentes com os países parceiros e procurar novas áreas para que pudessem forjar e estreitar relações. Nessa perspectiva, Hillary Clinton realçou as seguintes parcerias e ações: a aliança com o Japão durante essas décadas serviu para trazer a paz e estabilizar a região (realçando a liberdade de navegação aos mercados livres e à concorrência justa; regozijou-se com a posição do Japão em contribuir com 5 mil milhões de dólares para salvaguardar a permanência de militares norte-americanos no país; celebração do acordo *Open Skies* que facilitara o acesso e intercâmbio das empresas e pessoas; realçou a boa relação entre os Estados Unidos da América e a Coreia do Sul na dissuasão da Coreia do Norte; destacou também a participação ativa da Coreia do Sul junto do G-20, Grupo de Segurança Nuclear e nas questões envolvendo o Haiti e o Afeganistão; descreveu a sua satisfação em elevar a relação com a Austrália para

patamar global ao invés de permanecerem somente ao nível do pacífico; frisou o fortalecimento da relação com alguns países do sudeste asiático (Filipinas e Tailândia).

Em relação às Filipinas, aumentou a quantidade de navios e treinamento de tropas no combate ao terrorismo na Ilha de Mindanau; implementação de centro de ajuda humanitária e desastres naturais e não só na Tailândia; ampliar relações com a Índia e a Indonésia, sendo duas das maiores democracias do mundo; apoiou com veemência um diálogo trilateral entre Estados Unidos da América, Japão e a Índia, centrando-se, essencialmente, na integração da economia; assinatura de acordos com a Indonésia nas áreas da saúde; mobilidade acadêmica; ciência e tecnologia e defesa; envolver-se profundamente com instituições multilaterais regionais como a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN – sigla em inglês) e o Fórum de Cooperação Económica Asia-Pacífico (APEC – sigla em inglês); assinatura de Tratado de Amizade e Cooperação com a ASEAN; aumentar ainda mais a sua presença na Parceria Trans-Pacífico; implantação de navios de combate em Singapura e ir em busca de oportunidades para que as duas forças militares possam participar em treinamentos conjuntos; expandir acordos militar com a Austrália e intensificar treinamentos e exercícios conjuntos; desenvolver parceria estratégica com o Vietname caso haja uma mudança de comportamento (proteção de direitos humanos e promoção de liberdades políticas); Monitoramento de Myanmar (em detrimento da busca pelos responsáveis que cometeram atos que violam os direitos humanos) e Coreia do Norte (sendo um país que representa uma ameaça eminente na região). No mesmo artigo, Hillary Clinton deixou claro que por mais que haja vozes debatendo sobre o regresso dos Estados Unidos à casa, essa premissa não encontra lugar na política externa da administração Obama. Segundo a mesma:

Em vez de nos retirarmos do mundo, precisamos avançar e renovar a nossa liderança. Em um momento de recursos escassos, não há dúvidas de que precisamos investi-los sabiamente onde eles produzirão os maiores retornos, e é por isso que Ásia-Pacífico representa uma oportunidade tão real do século XXI para nós. (Clinton, America's Pacific Century, 2011)

Em 12 de novembro de 2011, o presidente Hu Jintao encontra-se com o presidente Barack Obama em Honolulu, capital do estado de Havaí, à margem da reunião dos líderes económicos da cooperação económica Ásia-Pacífico (APEC). Reconhecendo o aumento da tensão entre os dois países, o presidente Hu elencou três pontos nos quais

Pequim e Washington deviam forçar-se para garantir a estabilidade da relação ao longo prazo quer ao nível bilateral, regional ou global.

A saber: primeiro, os dois países devem ser parceiros cooperativos, respeitar-se e confiar-se mutuamente; segundo, as duas nações devem forjar relação cooperativa que seja benéfica e recíproca para ambos; terceiro, Pequim e Washington devem “estar no mesmo barco”, isto é, ter uma política externa um tanto quanto alinhada e, em tempos de crise, reunirem-se (Embaixada da China nos Estados Unidos, 2011). Indagado sobre a China ter usado a taxa de câmbio para agravar ainda mais a crise financeira nos Estados Unidos, Hu assegurou que a política de câmbio chinês é responsável e que o objetivo da política de câmbio flutuante era de criar uma cesta de moeda de referência. Na mesma ocasião, o presidente chinês afirmou que os problemas estruturais e o agravamento da crise nos EUA (défice comercial e elevada taxa de desemprego) não era da responsabilidade da China.

Hu Jintao também apelou ao presidente Obama a abrandar medidas protecionistas que reduz a exportação de tecnologia de alta qualidade dos EUA para a China e uma maior aceitação e abertura para empresas chinesas que investem nos EUA. Dando como que uma resposta indireta ao artigo da Hillary Clinton, Hu Jintao realçou que a China respeita e considera legal os interesses de Washington na Ásia-Pacífico (Embaixada da China nos Estados Unidos, 2011).

Contudo, cerca de um mês mais tarde e corroborando com o artigo da sua secretária de estado, de visita à Austrália em 16 de novembro de 2011, o presidente Barack Obama deixou claro que a prioridade máxima dos EUA era de se reposicionar na região da Ásia-Pacífico. Durante a sua intervenção no parlamento australiano, o discurso de Obama centrou-se em três vertentes: segurança, prosperidade e dignidade da pessoa humana (Casa Branca, 2011). Concernente à segurança na região da Ásia-Pacífico, que no fundo, é o ponto central dessa viagem à Austrália, Obama destacou a defesa de uma ordem internacional onde os direitos e responsabilidades dos seres humanos e países devem ser defendidos. Na mesma comunicação, ele comprometeu-se em manter os tratados e obrigações com o governo de Camberra, e também fez questão de mencionar as alianças que estão a ser costurada ou revitalizada com o Japão; a Coréia do Sul, Tailândia; Filipinas; Malásia; Vietname; Camboja; Singapura e Índia (Casa Branca, 2011).

É importante realçar que durante todos os seus périplos pela Ásia-Pacífico, tanto Hillary Clinton como Obama sempre deixaram claro o seus acenos positivos à China. Por exemplo, o presidente Obama afirmou que os EUA continuarão a edificar a sua relação cooperativa com a China, e que é de interesse de diversos países que Pequim ascenda próspera e pacificamente no cenário internacional. Por sua vez, no seu artigo, Hillary

Clinton, argumentou que “uma China próspera é boa para a China, e uma China próspera é boa para América”.

No primeiro trimestre de 2012, isto é, em 26 de março, à margem da Cimeira de Segurança Nuclear que decorreu em Seul, Coreia do Sul, como tornou-se num hábito entre os dois chefes de estado, os presidentes Hu Jintao e Barack Obama reuniram-se novamente a fim de calibrar a relação entre os dois países. Dessa vez, o presidente Hu apresentou quatro recomendações que consideravam úteis a serem adotadas por Pequim e Washington: primeiro, a aplicação de esforços incessantes na edificação e realização geral de projetos estabelecidos da parceria cooperativa; segundo, expandir por completo a cooperação mutuamente benéfica, isto é, criar mais áreas de parcerias, cooperar na construção de infraestruturas no plano interno, projetar e aprofundar relações comerciais bilaterais; terceiro, garantir relacionamento sólido na Ásia-Pacífico, isto é, regozija-se com o papel construtivo dos Estados Unidos na região e que o mesmo respeita os interesses da China na região; quarto, massificar as relações bilaterais, ser flexivo e prezar pela comunicação estratégica de alto escalão e de qualidade. Simplificando, a China diminuirá o controlo sobre a exportação de produtos de alta tecnologia dos Estados Unidos para a China, proporcionando assim, o crescimento da economia norte-americano e, conseqüentemente, equilibrar a balança comercial entre os dois países (Embaixada da China nos Estados Unidos, 2012).

Fruto de uma forte diplomacia e aparentemente trabalho árduo em conjunto entre os dois presidentes, em 2 de maio de 2012, deu-se à abertura da 14^o reunião Sino-América, em Pequim. O evento voltado estreitamente para questões de cooperação em ciência e tecnologia foi encabeçado pelo Dr. John Paul Holdren, assistente do presidente de ciência e tecnologia e diretor do escritório de política de ciência e tecnologia da administração Obama e pelo vice-presidente do comitê nacional do PCC e Ministro da Ciência e Tecnologia, Wan Gang (Embaixada da China nos Estados Unidos, 2012).

O evento de cariz rotativo que decorre uma vez a cada dois anos na China ou nos EUA contou, por carta, com votos de boas-vindas do presidente Hu Jintao. O referido evento serviu também para que as comissões dos dois países escrutinassem o desenvolvimento da ciência e tecnologia em ambos os países. Outrossim, as duas comitivas desenvolveram debates concernentes à agricultura, à energia, à saúde, ao meio ambiente, à biodiversidade, à tecnologia de sensoriamento remoto, à tecnologia de medição ou controlo de máquina, à segurança nuclear e à ciência básica (Embaixada da China nos Estados Unidos, 2012). A cerimónia acima descrita, serviu, de certa forma, para animar o envolvimento da alta cúpula dos dois países para o que viria a suceder. Pois, no dia 4 de maio de 2012, o presidente Hu Jintao dá boas-vindas aos convidados

norte-americanos durante a sessão de abertura da 4^o Rodada de Diálogo Estratégico e Económico entre à China-EUA.

É preciso destacar que este evento teve a sua fase inicial em 2009, quando o presidente Hu e Obama se encontraram em Londres, à margem da cimeira de G-20 (Embaixada da China nos Estados Unidos, 2012). Durante a 4^a Rodada de Diálogo Estratégico e Económico China-EUA, o presidente Hu Jintao apelou, mais uma vez, para que os dois países encontrassem sempre pontos em comum nas suas relações. Ao contrário do que muitos esperam (conflitos), as enormes oportunidades criadas e trilhadas por Pequim e Washington não só serão benéficas para ambos os povos, mas como também para os povos do mundo inteiro. Principalmente na questão de paz, segurança e estabilidade.

O presidente chinês, como é de costume nesses eventos, instigou os dirigentes dos dois países a pensar de forma criativa; confiar um no outro; agir com o espírito de igualdade e compreensão mútua; trabalhar afincadamente e alimentar incessantemente as suas relações (Embaixada da China nos Estados Unidos, 2012). É pautado por esses desígnios, que Hu Jintao sempre procurou se relacionar com os Estados Unidos até o final da sua liderança do Partido Comunista Chinês, em novembro de 2012.

De acordo com a nossa análise, podemos afirmar que durante o seu mandato, apesar de divergências pontuais, o relacionamento entre os dois países foi elevado a um estágio superior, quer no âmbito bilateral como no âmbito multilateral ou internacional. No âmbito bilateral, principalmente na administração Obama, Pequim e Washington desenvolveram, como demonstramos no decorrer deste capítulo, uma série de acordos e iniciativas que visavam aumentar e melhorar canais de diálogo; aumentar trocas comerciais; intensificar intercâmbios educacionais, empresariais, culturais, científicos e tecnológicos; contribuir para a resolução da crise financeira e remover, de certa forma, barreiras fictícias que retraíam o avanço aprofundado nas suas relações. Ao nível multilateral ou internacional, vimos os dois países a se engajarem, cada um da sua forma em eventos internacionais, no combate às alterações climáticas; no desenvolvimento de energia limpa e garantia da eficiência energética; na resolução de conflito armado; na não proliferação de armas nucleares; na questão de segurança regional e na busca pela paz e estabilidade mundial.

6. As Relações entre a China e os Estados Unidos (2012-2020) - A era de Xi Jinping

Ao contrário de Jiang Zemin e Hu Jintao, Xi é o único alto dirigente da era reformista a não ser designado por Deng Xiaoping. Após ser empossado como presidente da RPC, em abril de 2013, Xi imprimiu a expressão que ficara conhecida como “O Sonho Chinês de Rejuvenescimento” (Mahbubani, 2020). Isto é, fazer da China relevante interna e externamente. Na nossa concepção, Xi conseguiu reunir em torno de si, não declinando pela moralidade, as qualidades de Mao e Deng num só projeto. Concernente ao primeiro, Xi resgata a ideologia autoritária maoísta; cerceando a liberdade de expressão, resgatando o controlo dos média e retaliando os opositores (Acemoglu & Robinson, 2013).

Em relação ao segundo, Xi deu segmento ao projeto “socialismo com características chinesas” imprimido por Deng. Posteriormente, o Ministério da Defesa Nacional da República Popular Da China divulgou um comunicado (livro branco) que deixava claro os desafios, as ameaças e os compromissos da China no cenário internacional. Analisando o teor dessas informações para o nosso campo de estudo, Pequim afirmou que a sua política externa prezarà pela paz e internamente a sua política de defesa será de cariz defensiva (Ministério da Defesa da China, 2013). No que concerne aos desafios e ameaças, na nossa percepção, Pequim deixa claro a sua inquietação em relação a situação de segurança e a intromissão de outros atores na região da Ásia-Pacífico.

Ora vejamos, de forma indireta, mas referindo-se obviamente aos Estados Unidos da América, o governo de Xi ressaltou que “Alguns países fortaleceram as suas alianças militares na Ásia-Pacífico, expandiram a sua presença militar na região e frequentemente tornam a situação lá mais tensa” (Livro Branco, 2013). Pois, até mais recentemente, a administração Obama através da sua secretária de estado, Hillary Clinton, era quem envidava os esforços pela via da ASEAN, fóruns regionais e bilaterais, como mencionamos ao longo deste trabalho, no aumento da presença massiva dos Estados Unidos da América naquela região do Globo.

Em 07 de junho de 2013, o presidente Xi faz a sua primeira visita oficial aos Estados Unidos da América. A visita de dois dias aos EUA se deu quando o líder chinês realizava o seu périplo pelos países da América Latina (Trindade e Tobago, Costa Rica e México). Durante as reuniões, os dois presidentes cingiram-se em abordar sobre as questões de Ciberespaço, Coreia do Norte e instituições internacionais. A questão de ciberespaço (espionagem tecnológica) é um assunto debatido por diversos especialistas e instituições

norte-americanas. Muitos alegam que a despeito de obter acesso ao imenso mercado chinês, é de conhecimento nacional que *hackers* chineses roubavam informações e propriedades intelectuais institucionais, empresariais e de mais de 20 milhões de norte-americanos (Auslin, 2020).

O mesmo autor argumenta que uma das evidências dessa espionagem foi visível (Anexo VI) na semelhança entre o caça furtivo chinês, Chengdu J-20 que concluiu o seu primeiro voo experimental em janeiro de 2011 (durante a liderança de Jiang Zemin) e o caça furtivo norte-americano F-22 raptor (China Power, 2017). Porém, neste primeiro contacto como presidente, sabiamente, Xi lembrou os 40 anos da institucionalização diplomática entre a China e os EUA²⁰. Durante a comunicação à imprensa, reportando o teor do diálogo mantido com o presidente Obama, o presidente chinês frisou a necessidade de os dois países forjarem um novo modelo de relacionamento benéfico para a China, EUA e ao mundo inteiro.

Recorrendo-se sempre que possível ao seu desafio interno de “Rejuvenescimento nacional” e o “Sonho da China” ao lado do presidente Obama, Xi comunicou que: a China aprofundará o processo de reformas e abertura do país aos EUA e ao mundo; o sonho chinês de “Rejuvenescimento nacional” alicerçará em cooperação, desenvolvimento, paz, e benefícios mútuos; os dois países empenharão os esforços para identificar e trabalhar em áreas comuns; ambos os lados devem intensificar intercâmbios e cooperação em áreas económicas e comerciais, energético, ambiental, interpessoal e cultural com o propósito de aprofundar interesses comuns e expandi-los a outros domínios; os dois líderes, fazendo o uso de ferramentas diplomáticas, estreitará a comunicação, efetuarão visitas mútuas, reuniões bilaterais, troca de cartas e telefonemas; tanto a China como os EUA devem melhorar a coordenação nas políticas microeconómicas, promover um crescimento económico forte, sustentável e equilibrado na região da Ásia-Pacífico e no mundo; a China enviará o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros e o seu Ministro da Defesa a visitar os EUA no corrente ano; presidente Xi convidou o presidente Obama a visitar à China num momento oportuno (Casa Branca, 2013).

De forma prudente e alertando para que Pequim e Washington fossem vigilantes a iminentes conflitos e atritos, verbalizou Xi Jinping:

Enquanto mantivermos uma diplomacia elevada, enquanto fizermos progressos específicos e os acumularmos ao longo do

²⁰ Ao relembrar os 40 anos da relação entre a China e os Estados Unidos da América, o presidente Xi, indiretamente, faz menção à visita do presidente Richard Nixon à China, em fevereiro de 1972, durante a governação de Mao Tsé-tung.

tempo, enquanto mantivermos a confiança e a determinação, enquanto tivermos sabedoria e paciência, estou confiante de que seremos bem-sucedidos em cumprir esta missão histórica”.

Afirmativa e publicamente, o presidente Obama corroborou com as palavras do presidente Xi Jinping. Nas suas palavras, Obama salientou que Xi resumiu muito bem as suas conversas. De acordo com funcionário próximo da administração Obama, essa primeira reunião tinha como propósito de estabelecer uma aproximação cômoda e desejável entre o presidente Obama e o presidente Xi e não anunciar acordos ou projetos expectáveis. Apesar de se comprometerem em envidar os esforços para a redução gradual do consumo e a produção do hidrofluorcarbonetos (New York Times, 2013).

À margem da cimeira do G20 que se realizou em São Petersburgo, na Rússia, e como é habitual entre os líderes chineses e norte-americanos, no dia 06 de setembro de 2013, o presidente Xi e presidente Obama reuniram-se com o intuito reforçar relações bilaterais e, sobretudo, alinhar a sua visão comum naquilo que ficou designado como a “A Construção de Novo Modelo de Relacionamento China-EUA”. Regozijando-se de resultados obtidos até então, Xi observou que desde a sua primeira reunião com o presidente Obama, a relação entre os dois países produziu resultados frutíferos, tais como: melhorias significativas nas relações militares entre os dois países; implementação de pragmatismo nessa relação fez consolidar progressos em diferentes áreas; alinhamento coordenado em relação a assuntos internacionais e regionais; promoção da desnuclearização da península coreana (Embaixada da China na Dinamarca, 2013).

O presidente Xi também foi tácito em afirmar que mesmo que houve progressos, os dois países precisam de fazer mais. O fazer mais, nesse caso, pendia mais para o lado norte-americano. Como por exemplo, os Estados Unidos deviam levantar barreiras comerciais às exportações de produtos de alta tecnologia para a China; dar o devido tratamento às empresas chinesas que investem nos EUA; que os Estados Unidos sejam claros e coerentes na resolução das disputas pelas Ilhas no Mar do Sul da China (Embaixada da China na Dinamarca, 2013). Auslin (2020), destaca que há meios de comunicação social na China que alertam para um cenário de conflito entre Pequim e Washington caso haja uma tentativa dos EUA de interromper ou retroceder o projeto da China na construção das ilhas artificiais no seu mar meridional.

Apesar da relação entre os dois países transparecer caminhar num ritmo sereno, em maio de 2014, a justiça do Estado norte-americano da Pensilvânia indiciou cinco oficiais (Wang Dong, Sun Kailiang, Wen Xinyu, Huang Zhenyu e Gu Chunhui) do Exército da Libertação Popular da China por crimes de espionagem tecnológica (The

Diplomat, 2014). De acordo com a justiça norte-americana, os militares citados que fazem parte do governo chinês comporiam um grupo que invadiam os computadores, roubavam informações e espionavam economicamente meia dúzia de cidadãos nacionais no complexo industrial de energia nuclear, metais e materiais solares tais como: *Westinghouse Electric Co*; *SolarWorld AG*; *US Steel*; *Allegheny Technologies Inc. (ATI)*; *United Steel, Paper and Forestry, Rubber, Manufacturing, Energy, Allied Industrial and Service Workers International Union (USW)*; e *Alcoa Inc.* (The Diplomat, 2014; US Department Of Justice, 2014).

Em resposta, num comunicado concedido a imprensa no dia 09 de maio de 2014, Qin Gang, Ministro das Relações Exteriores da China, considerou as acusações norte-americanas de serem “alegações inventadas e com segundas intenções” e de imediato, suprimiu as atividades de grupo de trabalho Cibernético EUA-China que os dois países tinham formulado recentemente (Embaixada da China em Granada, 2014). Na mesma declaração, Qin Gang aprofundou que são os Estados Unidos e as suas instituições que ao longo de anos espiam, através de escutas telefónicas e vigilância, líderes e instituições da China e do resto do mundo.

Portanto, é necessário termos em conta que o conflito entre os EUA e a China tem escalado no campo de ciberespaço devido a falta de congruência em cinco áreas distintas: 1) a legitimidade da utilização de ciberespaço para espionagem económica e industrial); 2) utilização de ciberespaço pela segurança nacional de ambos os países para recolha de informação; 3) utilização de ciberespaço para operações militares; 4) a presunção de que os Estados alegam de gerir o acesso à informação dentro das suas fronteiras (a China apela para uma soberania cibernética; 5) como deve ser gerida as normas, as regras e a estrutura física da internet (Harold et. al, 2016).

A margem da cimeira da Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC) que se realizou em Pequim, em 12 de novembro de 2014, após o encontro no grande salão do povo, o presidente Xi e o presidente Obama emitiram um comunicado sobre o teor das suas conversas concernente aos assuntos bilaterais, regionais e globais. Desta vez, mais do que focar-se nos obstáculos, o presidente chinês preferiu enfatizar os feitos e propor seis rumos coordenados que essa relação podia percorrer.

Em relação aos ganhos, Xi declarou que no ano transato as trocas comerciais entre EUA e a China ultrapassaram os 520 mil milhões de dólares; o investimento bilateral superou os 100 milhões de dólares; o intercâmbio de pessoas superou a marca de 4 milhões (Embaixada da China nos Estados Unidos, 2014). Como reparou Gomes (2021), o PIB chinês deixou de ser nove vezes inferior ao PIB norte-americano no início dos anos 2000, para ser apenas duas vezes inferior ao PIB norte-americano em pouco mais de

duas décadas dos anos 2000 e a economia mais robusta do mundo na paridade de poder de compra (PPC).

No que diz respeito em elevar ainda mais a relação entre os EUA e China para a promoção da paz, prosperidade e estabilidade em todos os cenários, Xi propôs seis caminhos a seguir: fortalecer a comunicação de alto nível e promover a confiança mútua; respeitar-se mutuamente nas questões bilaterais; aprofundar trocas e cooperação em todas as áreas; resolver divergências de forma construtiva; estabelecer cooperação inclusiva na região da Ásia-Pacífico; participar em conjunto na resolução dos desafios regionais e globais. Em geral, a proposta do presidente chinês não se distanciava muito das outras apresentadas nos encontros passados. Contudo, o que podemos realçar como a grande novidade, é o convite feito aos Estados Unidos da América para se integrar de forma ativa ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e no projeto da Iniciativa Faixa e Rota lançado em 2013 (Embaixada da China nos Estados Unidos, 2014).

O termo Faixa e Rota também pode ser encontrado como Rota da Seda ou Cinturão e Rota (Anexo VII). Segundo Peter Frankopan (2019:12), o referido termo (*Seidenstraßen*- em alemão) foi utilizado pela primeira vez na segunda metade do século XIX, por geógrafo alemão Ferdinand von Richthofen com o propósito de relatar a rede de conexões que vinculava a China da dinastia Han ao mundo além-fronteiras. Na sua abordagem, Bruno Mações (2022:14) classificou-a como sendo mais do que um projeto ou iniciativa (...) é um movimento que representa expansão lenta, mas inelutável, da influência chinesa (...) onde encontra um vazio ou uma zona de menor resistência, instala-se. Atualmente, a iniciativa engloba cerca de noventa países abrangendo um total de quatro mil milhões de pessoas (Ganguly et. al, 2018; Brown, 2022;). Para Wang Yizhou, o investimento na ajuda externa também permitiria à China conquistar objetivos estratégicos, uma vez que a ajuda podia tornar-se uma ferramenta muito útil na expansão da influência chinesa (Leonard, 2013:158).

Por fim, para manter saudável o relacionamento entre Pequim e Washington, o líder chinês também fez questão de apelar o presidente Obama a ter em conta três pontos: continuar a cumprir o acordo de “Uma Só China”; cessar a venda de armas a Taiwan; comprometer-se mais no desenvolvimento pacífico das relações entre Pequim e Taipé.

Na sua intervenção, o presidente Obama fez questão, mais uma vez, de realçar o avanço feito entre os dois países nas mais distintas áreas citadas pelo presidente chinês (comércio, investimento direto, intercâmbio, segurança regional e global, pesquisa científica); comprometeu-se em aprofundar o relacionamento bilateral e no cenário internacional; respeitar o acordo de “Uma só China”; reconheceu o Tibete como parte

integrante da China desde que sejam preservados à identidade cultural, religiosa e linguística daquele povo; mas de forma subtendida declinou o convite do presidente chinês para aderir ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e ao projeto Faixa e Rota (Casa Branca, 2014).

Interpelado pelo jornalista, na mesma conferência sobre a intenção dos EUA em conter a China naquela região do globo (com a sua política de reposicionamento para Ásia-Pacífico), o presidente Obama foi categórico em responder, por outras palavras, que é falso. Inclusive, que a China tenha sucesso na sua empreitada e encoraja os amigos e aliados (Austrália, Coreia do Sul, Japão) dos EUA a incrementar relacionamento forte e construtivo com Pequim. Porém, não é essa a percepção que os chineses têm dos norte-americanos.

Segundo Allison (2021), após encontros particulares com as autoridades chinesas em 2014, Kevin Rudd (diplomata e ex. primeiro-ministro australiano) e Brent Scowcroft (ex. conselheiro de segurança nacional dos Estados Unidos da América) descrevem que para Pequim a estratégia de Washington passa pelas seguintes vertentes: 1) isolá-la, 2) controlá-la, 3) reduzi-la, 4) dividi-la internamente e 5) boicotar a sua liderança. O autor argumenta ainda que a China teve essa percepção porque parte de uma visão realista do cenário internacional.

Todavia, aproveitando-se do debate sobre a necessidade de criar mecanismos e políticas para fazer frente a mudanças climáticas, durante o mesmo evento, o presidente Xi e o presidente Obama, usando o Grupo de Trabalho sobre Mudanças Climáticas EUA-China; o Centro de Pesquisa de Energia Limpa EUA-China e o Diálogo Estratégico e Económico EUA-China decidiram fortalecer esses programas anunciando a implementação das seguintes medidas: expandir a pesquisa e desenvolvimento conjunto de energia limpa: que na prática consiste no financiamento ininterrupto de melhores construções, veículos elétricos e tecnológicos; utilização de melhores práticas de captura, armazenamento e utilização de carbono: através de parceria público-privado internacional encabeçado pelos EUA e China, construir um novo projeto de retenção de carbono com a base na China, assim como, estudar e monitorar o mesmo carbono de forma profunda e trabalhar em conjunto com a *Enhanced Water Recovery* (EWR) no processo de produção de água doce através de introdução de CO₂ em aquíferos salinos profundos; aprimorar a cooperação em Hidrofluorcarbonetos (HFCs): consiste em elevar a cooperação bilateral com o intuito de reduzir o uso de hidrofluorcarbonetos com alto potencial de aquecimento global e trabalhar no âmbito multilateral; lançar Iniciativa Cidades Inteligentes de Carbono Reduzido: tendo em conta rápida urbanização e o aumento acelerado da emissão de gases com efeito de estufa, Pequim e Washington estabelecerão fórum de cidades inteligentes e debaixo carbono onde boas

práticas e as metas serão compartilhadas; advogar para o Comércio de Produtos Verdes: fomentar o comércio bilateral de produtos sustentáveis e tecnologia de energia limpa; demonstrar Energia Limpa a partir do Solo: criação de programas adicionais e implementação de estudos de viabilidade nos campos da eficiência da construção, eficiência de caldeiras, energia solar e redes inteligentes (Casa Branca, 2014).

Porém, em maio de 2015 a relação entre os dois países voltou a entrar numa rota de colisão quando os Estados Unidos da América, através de seu secretário de defesa, Ashton Carter, ordenou que Pequim parasse com o projeto de construção de ilha artificial no seu mar meridional (Anexo VIII). De acordo com o secretário de defesa norte-americano “de forma imediata e douradora a China deve interromper a recuperação dos territórios contestados no seu mar meridional”. Em contrapartida, a porta-voz do ministro das relações exteriores da China, Hua Chunying, destacou que “os comentários vindos de Washington são meras provocações e, que por sua vez, os mesmos devem ser prudentes e responsáveis nas suas ações (BBC, 2015).

É sempre importante termos em consideração que, assim como a questão de Taiwan, a China vê o seu mar meridional como uma questão de âmbito interno e não externo. Posto isto, a sua estratégia dificilmente passará por conflito bélico direto, mas pelo uso diplomático e económico com a finalidade de aprofundar a cooperação com os países vizinhos e, deste modo, levar adiante o seu objetivo no mar do sul (Allison, 2021). Segundo o mesmo autor, Pequim poderá imprimir o uso de força aos países vizinhos ou até mesmo aos EUA se se houver uma mudança drástica na sua política interna capaz de abalar toda a estrutura do país. Na sua reflexão, Kaplan (2022), argumenta que se o governo de Xi Jinping concretizar o sonho da “Grande China”, os militares chineses terão uma grande influência no seu mar meridional, ou seja, a China dominará aquela região. O autor afirma ainda que o Mar do Sul da China estará para China como as Caraíbas estão para os Estados Unidos da América.

Entretanto, a convite do presidente Barack Obama, entre 22 e 25 de setembro de 2015, o presidente Xi Jinping realizou uma visita de Estado aos Estados Unidos da América com o intuito de fortalecer a sua cooperação com Washington. De acordo com o portal do Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China, os dois lados mostraram-se deveras satisfeitos com os resultados alcançados após a implementação, em 2013, de “Novo Modelo de Relacionamento”. Não obstante a desafios pontuais (mar do Sul da China e Taiwan), ao nível bilateral e internacional os dois países comprometeram-se em: advogar por uma economia global robusta, contando que esse crescimento seja inclusivo e o seu desenvolvimento seja sustentável; fortalecer e modernizar instituições multilaterais de financiamento ao desenvolvimento (Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Africano de Desenvolvimento,

Banco Interamericano de Desenvolvimento); a China, em particular, pretende aumentar o seu apoio financeiro a todas essas organizações; fortalecer a sua cooperação com o Fundo Monetário Internacional.

Em particular, os EUA garantiram a implementação de reformas de cotas e gestão no seio do FMI; auxiliar financeiramente o desenvolvimento de um país terceiro, por via de bancos multilateral, mas respeitando a cerne dos países auxiliados; os EUA incentivarão a exportação de produtos de alta tecnologia para a China; trocar informações no âmbito da segurança nacional; os EUA congratulam-se e comprometem-se em criar um ambiente seguro para investidores chineses, incluindo, empresas estatais; introdução de tecnologia de ponta em projetos de interesses mútuos com o intuito de elevar o comércio bilateral; em desenvolver e promover a propriedade intelectual, inclusive segredos comerciais; os estados e as empresas não devem, de forma ilegal, fazer o uso da tecnologia para se beneficiar comercialmente; assinar um memorando de entendimento com o propósito de combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo; concordaram em aprofundar o diálogo sobre questão da Ásia-Pacífico em diversos níveis, sobretudo, promover à paz, prosperidade e estabilidade na referida região; a China congratula-se com o desempenho construtivo e positivo dos EUA nos assuntos regionais (MREC, 2015). Fruto de intensa cooperação entre Pequim e Washington, no primeiro trimestre de 2016 (18 de março), na presença do Secretário de Energia norte-americano, Ernest Moniz, o governo chinês inaugurou a nova sede de treinamento em segurança nuclear do país.

De acordo com as autoridades de Pequim, essa infraestrutura servirá para trocas bilaterais e regionais de melhores práticas relacionadas à segurança nuclear e demonstrar avanços tecnológicos feitos na área de segurança nuclear (Nuclear Security Summit, 2016). No seu turno, o Secretário de Energia norte-americano realçou que a materialização desse projeto vem ao encontro da agenda para aumentar a segurança de materiais nucleares da administração Obama. Que acima de tudo, visa a não proliferação de armas nuclear. Por coincidência ou não, nas relações bilaterais entre os dois países, o ano 2016 começou como terminou o ano 2015. Ou seja, com a visita de presidente Xi aos EUA por ocasião da Cúpula de Segurança Nuclear. Fazendo a junção desses dois pontos (a inauguração da nova sede de treinamento em segurança nuclear e a participação do presidente Xi Jinping na Cúpula de Segurança Nuclear), podemos verificar que, nessa questão, a China sempre cumpriu com o que foi estabelecido com os EUA.

A reunião bilateral realizada no dia 31 de março de 2016, serviu, mais uma vez, para que os dois presidentes abordassem não só sobre questões de cariz bilateral, mas como também de assuntos regionais e internacionais de interesse comum. O presidente Xi Jinping realçou o empenho de ambos os lados na prossecução dessa cooperação,

destacou o aumento da troca comercial, o aumento de investimento em ambos os países, intercâmbio de pessoas, nos desafios relacionados a mudanças climáticas, no programa nuclear do irã, na preservação da paz e na ajuda médica medicamentosa aos países mais necessitados (MREC, 2016).

Aproveitando-se do encontro e a intenção de organizar a próxima Cimeira do G-20, o presidente chinês pediu o apoio contínuo dos Estados Unidos da América na materialização do referido evento na cidade de Hangzhou. Pois, para Xi, a promoção da Cimeira do G-20 por Washington teriam bons efeitos e emitia um sinal contundente ao crescimento económico mundial. A posição do presidente Xi demonstra-nos que, desde o início do processo de reforma e abertura, em assuntos internacionais, a China sempre mostrou a predisposição em aprender com os outros. Todavia, o presidente chinês encorajou o seu homólogo norte-americano a respeitar a política de “Uma só China”, não se envolver nas questões relacionadas com a disputa no mar do sul da China, solidificar a confiança mútua em ambos os exércitos e, por fim, ter sempre em conta a resolução do conselho de segurança das Nações Unidas concernente à República Popular da Coreia com o intuito de evitar o escalonamento de tensão (MREC, 2016).

Contudo, o momento que sublevo a relação entre Pequim e Washington durante o evento e ao longo do mandato do presidente Barack Obama, foi à assinatura de uma declaração conjunta sobre Cooperação em Segurança Nuclear (Casa Branca, 2016). Na mesma, os dois países comprometeram-se em: trabalhar em conjunto para difundir um ambiente estável e pacífico no cenário internacional; combater a ameaça do terrorismo nuclear; prezar pela inclusão dos países na segurança nuclear global; conceder apoios financeiros e quadros qualificados a agências internacionais que trabalham com questões ligadas à segurança nuclear; através da Agência de Energia Atómica, ambos os países auxiliarão à conversão de Reatores Miniatura de Fonte de Neutrões (MNSR -sigla em inglês) em Gana e Nigéria; impossibilitar que materiais nucleares ou radioativos cheguem às mãos de terroristas e criminosos; fortificar a cooperação e tornar mais acessível a troca de experiência com outros países (Nuclear Security Summit, 2016).

Já na reta final do seu mandato, no dia 03 de setembro de 2016, o presidente Xi recebeu pela última vez o presidente Obama na cidade de Hangzhou (China)²¹, durante à Cimeira do G-20. Os dois chefes de estado destacaram-se, acima de tudo, a boa relação desenvolvida ao longo desses anos, elencando o trabalho conjunto na luta contra mudanças climáticas; a ratificação do acordo de Paris; a continuidade da política de “Uma Só China”; o reconhecimento da região do Tibete como parte integrante da China;

²¹ Por coincidência ou não, é na cidade chinesa de Hangzhou que a administração do presidente Richard Nixon e o governo de Mao Tsé-tung chegaram ao acordo de Xangai, em 1972.

acordos alcançados na questão de segurança nuclear; na preservação da paz, estabilidade e prosperidade.

Não obstante a isso, o presidente Xi demonstrou o seu descontentamento à implantação do sistema de defesa antimísseis *Terminal High Altitude Area Defense* (THAAD- sigla em inglês) por Washington na Coreia do Sul (MREC, 2016). Todavia, aproveitando-se da Cimeira do G-20, Xi e Obama ratificaram e entregaram ao Bank Ki-Moon, Secretário-Geral da ONU, os respectivos *dossiers* que demonstram as suas políticas e ações de enfrentamento às mudanças climáticas. Enquanto Washington assumiu o compromisso em reduzir a emissão do dióxido de carbono em 28% até 2025, Pequim destacou que atingirá o pico da emissão do dióxido de carbono até 2030 e, posteriormente, recrudescerá a emissão de gases com efeito estufa para a atmosfera (China Daily, 2016).

De acordo com Allison (2021), há dois obstáculos que podem dificultar a China e os EUA a atingirem os resultados esperados, a saber: 1) o avanço cada vez mais acelerado da tecnologia fará com que dificilmente as metas serão atingidas, 2) mesmo as metas sendo cumprido por todos os países, todos os objetivos, a temperatura do planeta segue aumentando, mas num nível brando. Na nossa perspectiva, a ratificação desse instrumento por parte dos dois países demonstrou, mais uma vez, que por mais que haja tensões nessas relações, quando refletido e analisado o bem-comum para a humanidade, os dois países acabam sempre por encontrar áreas onde a convergência suplanta a divergência. É obvio que os seus exemplos práticos acabam por arrastar centena de países para a mesma direção. O que podemos destacar a verdadeira ação do *soft power*.

À margem da COP 20 que se realizou em novembro de 2016, em Lima, no Peru, o presidente Xi Jinping se encontrou pela última vez com o presidente Barack Obama. De acordo com a comunicação do ministério das relações exteriores da China, o encontro serviu, sobretudo, para o balanço daquilo que foram os três anos de relação entre os dois países. Logo de início, o presidente Xi salientou a quantidade de encontros e reuniões que os dois mantiveram. Sendo, três encontros só em 2016 e nove durante os três anos. Portanto, tendo em consideração o reatamento das relações entre Pequim e Washington, os dois líderes foram unânimes em reconhecer progressos feito pelos seus países, principalmente, no desenvolvimento de novo modelo de relacionamento; na comunicação assertiva; na intensificação do diálogo; no plano de ação integral conjunto sobre questão nuclear no Irão; no combate à epidemia do ébola em determinados países africanos e na implementação de políticas de combate às alterações climáticas (MREC, 2016).

Com a mudança da administração nos Estados Unidos da América, em janeiro de 2017, o presidente Xi Jinping, na teoria, tinha pela frente a difícil tarefa de lidar com o

presidente Donald Trump, eleito pelo partido republicano. Pois, nos seus discursos populistas e ideológicos juntamente com o seu estrategista de campanha, Steve Bannon, o então candidato republicano culpabilizava a China pelo insucesso económico, social e tecnológico dos Estados Unidos da América. Vinte e dois milhões de contas foram hackeadas pela China (...) e não apenas a Rússia, a China que se aproveitou totalmente de nós (Wolff, 2018:39). Em tese, o grande inimigo dos EUA, já não era mais a Rússia, mas sim, a China.

Há sensivelmente três semanas na Casa Branca, em 10 de fevereiro de 2017, o presidente Donald Trump e o presidente Xi Jinping mantiveram o primeiro contato direto, por telefone. Ao contrário do que se previa, tendo em conta o modo como a China fora tratado durante a campanha eleitoral, Trump afirmou que: os dois países devem aprofundar relações bilaterais de forma a maximiza o ganho; os Estados Unidos da América assumirão o compromisso em melhorar a cooperação ganha-ganha com a China no campo económico, comercial, de investimento, assuntos internacionais e subscreverá a continuidade da política de “Uma só China” (Xinhua, 2017). A posição do presidente Trump encontrou total aceitação por parte da China, com o presidente Xi a elogiar a predisposição dos Estados Unidos da América em alargar a cooperação e desenvolver um relacionamento benéfico para ambos os países.

De facto, em 7 de abril de 2017, o presidente Xi Jinping realiza a sua primeira visita oficial aos Estados Unidos da América para um encontro bilateral com o presidente Donald Trump (Xinhua, 2017). De acordo com o comunicado do ministério das Relações Exteriores da China, o presidente Xi mostrou-se disponível em: promover sobejamente as relações China-Estados Unidos a partir de um novo ponto de partida; partilhar o seu ponto de vista de forma profunda sobre o relacionamento China-Estados Unidos concernente a assuntos internacionais e regionais; manter o pleno uso de mecanismo de cooperação (através de diálogo diplomático e de segurança, diálogo económico, diálogo sobre segurança cibernética, diálogo social e cultural); proporcionar o desenvolvimento saudável do comércio e investimento mútuo; explorar oportunidades de cooperação no campo da infraestrutura e energia; promover a não proliferação das armas nucleares; ampliar a comunicação e a coordenação no seio de organizações multilaterais (ONU, G-20, APEC e etc....); advogar pela paz, estabilidade e prosperidade no mundo (MREC, 2017).

Antes de avançarmos, é necessário termos em conta que no espectro internacional, ainda em 2017, o serviço diplomático da administração Trump tinha perdido mais de 59% dos funcionários, isto é, embaixadores, especialistas em relações internacionais e diversos analistas e profundos conhecedores de assuntos internacionais (Frankopan, 2019). Em detrimento dessa ressalva e tendo em consideração que cada vez mais a China

vem se aprofundando a sua relação com outros países no cenário internacional, o que explica a atitude do presidente Donald Trump em desfazer-se desses funcionários altamente qualificados? Será que o objetivo da administração Trump era limitar a presença dos Estados Unidos da América no cenário internacional e, por conseguinte, prezar pela diplomacia bilateral?

Tentaremos responder essas questões no capítulo mais abaixo, na análise da política externa da administração Trump para a China. Como fruto da reunião entre os dois presidentes, em maio de 2017, o detentor da pasta do comércio norte-americano, Wilbur Ross, anunciou a celebração de um acordo comercial denominado de “*Herculeo*”, no qual Washington e Pequim alcançaram negociações em 10 pontos centrais: carne de gado bovino: o governo chinês importará carne bovina e produtos da mesma dos EUA pela primeira vez desde 2003; aves cozidas: a administração Trump criará regulamentação para permitir a importação de aves cozidas do país oriental; biotecnologia: o governo chinês analisará os produtos biotecnológicos norte-americano com pedidos de adesão pendentes e os validará no seio do mercado chinês; gás natural: o governo chinês procederá com a negociação de todos os tipos de contratos, inclusive a longo prazo, para exportação de gás natural; serviço de classificação de crédito: a China dará o aval para que empresas estrangeiras de serviços financeiros concedam serviços de classificação de crédito no país; compensação transfronteiriça: o banco central chinês e a comissão comercial de futuros de *commodities* norte-americanos trabalharão para alcançar um acordo que supervisionará instituições transfronteiriça; serviço de pagamento eletrônico: Pequim implementará medidas que dará acesso ao mercado chinês aos fornecedores de serviços de pagamento eletrônico norte-americano; setor bancário: os EUA comprometerão em dar os mesmos tratamentos aos bancos chineses dos demais bancos que operam no país; licenças de liquidação: o governo chinês permitirá que duas organizações financeiras qualificadas norte-americanas de subscrição e liquidação de títulos possam operar no país; cimeira de investimento empresarial: a administração Trump enviará delegados para participar na reunião da “Iniciativa Faixa e Rota” e acolherão, de bom grado, a participação da China na cimeira de investimento empresarial dos EUA em junho do mesmo ano (USA today news, 2017).

De regresso à casa, entre 18 e 24 de outubro de 2017, sob a liderança de Xi Jinping, realizou-se o 19º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, sob o tema: Concluir Definitivamente a Construção Integral de Uma Sociedade Moderadamente Abastecida e Conquistar a Grande Vitória do Socialismo Com Características Chinesas no Cenário Atual. No mesmo evento, o presidente Xi Jinping pôs fim ao limite de mandato, instituído por Deng Xiaoping, na liderança do PCC (Wood, 2021). O presidente chinês também verbaliza que a China se tornou líder global em termos de força nacional

composta e influência internacional (Silva, 2021:283). É importante entendermos esse evento, porque é de lá onde sairá as políticas internas e externas que orientará o país nos próximos anos.

Focando-se na nossa área de estudo, o relatório do referido congresso estabeleceu-se que a China irá: persistir em “um país, dois sistemas” e promover a reunificação da pátria: desenvolver relações pacíficas com Taiwan e prezar pela reunificação pacífica seguindo o modelo “um país, dois sistemas”, respeitando o seu sistema social e estilo de vida vigente; cooperar com outros países tendo como alicerce “os cinco princípios da coexistência pacífica”. advogar pela construção de um novo tipo de relacionamento nas relações internacionais: respeito mútuo, equidade, justiça, cooperação e relação ganha-ganha; advertir os povos de todos os países que trabalhem em conjunto com o objetivo de criar comunidade de destino comum para a humanidade: isto é, focarem-se na manutenção da paz, segurança, bem-estar comum, abertura e inclusão, um mundo mais ecológico e belo; prezar pelo diálogo em vez de conflito na resolução de atritos entre países; abandonar veementemente a mentalidade da Guerra Fria; promover a liberalização e a globalização através da facilitação do livre comércio e investimento; combater às mudanças climáticas a fim de salvaguardar o nosso planeta; prezar sempre que necessário pela defesa preventiva; não compactuar com envolvimento nos países alheios e impor-se à humilhação dos países mais fracos pelos mais fortes; impulsionar o intercâmbio e relação com organizações e partidos políticos de outros países; promover ativamente a cooperação internacional da Iniciativa Faixa e Rota: trabalhar para alcançar a coordenação política, conectividade de infraestrutura, comércio desimpedido, integração financeira e compreensão entre os povos em volta da mesma; aumentará os apoios aos países em desenvolvimento com o intuito de diminuir o fosso de desenvolvimento entre o Sul e Norte; auxiliar as Nações Unidas a ter um papel mais ativo nos assuntos internacionais; a China não buscará pela hegemonia e expansionismo no cenário internacional (Xinhua, 2017).

Após visitar os Estados Unidos da América em abril de 2017, em 08 de novembro do mesmo ano, o presidente Xi recebe, em Pequim, o presidente Donald Trump durante o seu périplo pelos países asiáticos (C-Span, 2017). Na declaração conjunta à imprensa, os chefes de estado reforçaram o discurso anterior sobre o aprofundamento das relações bilaterais; em promover cooperação bilateral; em fortalecer trocas de diálogos entre exército chinês e norte-americanos; compartilhar interesses comum e assumir responsabilidades; desenvolver círculo de amizades comum; na desnuclearização da península coreana; prezar pela paz e prosperidade regional e mundial (MREC, 2017).

Portanto, observando a falta de materialização da promessa de campanha em relação à China, começaram a emergir vozes, inclusive do partido democrata,

incentivando o presidente Donald Trump a ser mais duro, comercialmente, com o país oriental. Tanto o senador Chuck Schumer e a veterana Nancy Pelosi, verbalizaram que a China é culpada pela perda de milhões de emprego nos Estados Unidos e, por conseguinte, Washington tem de apresentar medidas contundentes para fazer face a práticas comerciais chinesas injustas (Mahbubani, 2020). Movido, quiçá, por essas declarações e não só, a relação entre Washington e Pequim começa a se “descarrilar”.

Em março de 2018, mas com efeito em 15 de junho de 2018, à administração Trump impõe um conjunto de sanções tarifárias de mais de 50 mil milhões de dólares aos produtos provenientes da China (aço, alumínio, roupas, sapatos e eletrónicos) e acusa o país oriental de roubar alta tecnologia norte-americana. O posicionamento de Washington levou diversos especialistas em relações internacionais e geopolítica a classificar o evento como o início de uma “Guerra Comercial”. De acordo com Letwin (2022), Peter Navaro, um dos conselheiros de Trump, admitiu que a dinâmica de Pequim não só colocaria em risco a perda de milhões de postos de trabalhos nos EUA, como também colocaria em causa a segurança do país, já que o mesmo considera a China como “o assassino mais eficaz do planeta”.

Por seu turno, Wang Yi, ministro das relações exteriores da China afirmou que Pequim dará a devida resposta no momento oportuno (The Guardian, 2018). Portanto, tendo o real ponto da situação e a fim de defender os seus direitos legítimos face ao que considera ser a violação das regras internacionais contra a China, em 06 de julho de 2018, o governo chinês, através do ministério do comércio decidiu taxar em 25% as importações provenientes dos EUA. Nomeadamente, os produtos agrícolas, produtos aquáticos e carros, totalizando cerca 34 mil milhões de dólares em sanções (China Briefing, 2018).

Com a intensificação dessa “Guerra Comercial”, como estratégia, quadros chineses observaram que Pequim deveria diversificar o seu mercado externo, diminuir a dependência concernente ao mercado norte-americano e, acima de tudo, as empresas deveriam focar-se nos mercados externos ao redor da Iniciativa Faixa e Rota (Mações, 2022). Pois, o mesmo autor observou que nos primeiros cinco meses de 2018, a China importou mais de mil milhões de iuanes em produtos provenientes de países ao redor da Iniciativa Faixa e Rota. Concomitantemente as medidas divulgadas, o governo de Pequim preparava um novo pacote para taxar em até 25% os produtos químicos, equipamentos médicos e produtos adjacentes a energia importados dos Estados Unidos da América. Posto em prática, a nova medida acarretaria um custo de 16 mil milhões de dólares ao governo de Washington.

Nesse quesito, podemos destacar, como referiu Mahbubani (2020:223), o maior obstáculo à melhoria das relações entre os Estados Unidos e a China é uma idealização,

poderosa, mas invisível, enraizada nas mentes americanas: a pretensão de virtude. A “Guerra Comercial” iniciada pelo presidente Trump, consideramos que marcou um novo ponto de viragem na relação entre Pequim e Washington. Na análise dos discursos oficiais do presidente Donald Trump, abordaremos, de forma profunda sobre essa questão.

Entretanto, discursando na cerimónia interna de abertura da 1ª Exposição Internacional de Importação da China (CIIE -sigla em inglês), que se realizou em Xangai, em 05 de novembro de 2018, intitulado “Trabalhar Juntos Por Uma Economia Global Aberta”, o presidente chinês reforçou o seu comprometimento em dar seguimento à reforma e abertura de alto nível com o intuito de ampliar o acesso ao mercado para outros países e dar suporte a globalização económica em detrimento do protecionismo e ao unilateralismo que vem crescendo.

Na presença de mais de 170 países, mais de 3500 empresas e mais de 400 mil homens de negócios, incluindo chineses e estrangeiros, numa primeira fase, Xi Jinping exortou os países a: abrirem e expandir o espaço para cooperação mutuamente benéfica: a abertura traz progresso, enquanto o isolacionismo leva ao atraso; buscarem um crescimento inovador e acelerar a transformação das áreas de crescimento: apenas com a inovação ousada e reformas contundentes ultrapassaremos os obstáculos referente ao crescimento global; irem atrás do desenvolvimento inclusivo que beneficie a todos: é condição sine qua non das pessoas viverem uma vida feliz (...) por isso, o progresso da humanidade exige ação continuada de todas as nações para disseminar a abertura, a cooperação e o desenvolvimento ganha-ganha em detrimento da reclusão, confronto e monopólio (Xinhua, 2018). Ainda na sua intervenção, o presidente chinês deixou claro que Pequim jamais interromperá a sua dedicação na prossecução de uma abertura de maior qualidade; sob nenhuma circunstância abrandará o seu percurso na abertura total da economia mundial e em nenhum momento cessará o seu esforço na procura de alcançar uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade.

De acordo com o presidente Xi, para atingir esses objetivos, a China acelerará as suas ações nas seguintes áreas: incentivará o aumento de importações: o governo chinês implementará medidas mais concretas com o intuito de aumentar o poder de compra da sua população; disseminará novos setores de crescimento de consumo médio-alto; reduzirá tarifas e tornará mais célere o processo de desalfandegamento aduaneiro e diminuirá a taxa de importação institucional; continuará a alargar o acesso ao seu mercado interno: a administração chinesa incentivará a liberalização do investimento interno; abrirá com veemência as áreas da agricultura, mineração e manufaturação; aumentará o limite de capital estrangeiros nas áreas da educação e serviços relacionados à medicina; impulsionará um ecossistema de negócio de nível internacional: a China

adotará medidas relacionadas a investimento estrangeiro de forma célere e implementará um sistema aberto e transparente semelhante ao que se sucede fora do país; coadunará com as práticas comerciais internacionais e disponibilizará os mesmos tratamentos a todas as empresas estrangeiras estabelecidas no país; estudará a possibilidade de abertura de novos setores: o governo de Xi auxiliará o plano embrionário de livre comércio nas diferentes regiões e aprofundará a reforma e inovação; prosseguirá com o projeto para construção de um porto de livre comércio na província de Hainan; advogará pela cooperação internacional tanto ao nível multilateral como bilateral: o governo de Pequim confirmará a sua crença nas regras da OMC; defenderá o sistema multilateral do comércio; envidará os esforços para que seja celebrado a parceria económica abrangente regional (RCEP -sigla em inglês); procederá com as conversações para a conclusão de acordo de investimento China-União Europeia; negociará a possibilidade de livre comércio entre China-Japão-Coreia do Sul; instituirá oito principais iniciativas no Fórum de Cooperação China-África (FOCAC); suportará as instituições multilaterais como o G20, APEC, Organização de Cooperação de Xangai e BRICS na reorganização de um sistema de administração mundial mais justo e equilibrado e, por via da Iniciativa Faixa e Rota a China disseminará a cooperação internacional (Xinhua, 2018).

Segundo Chad P. Bown (2019), até final de 2018, as sanções impostas pela China aos Estados Unidos da América totalizou, aproximadamente, 110 mil milhões de dólares em exportações aos norte-americanos. O autor relata ainda que, mesmo assim, as tarifas aplicadas às importações chinesas dos Estados Unidos foram mais altas (20 a 23%) do que as sanções infligidas por Pequim a Washington (18 a 20%) (PIIE, 2019). Entretanto, à margem da Cimeira do G20 que se realizou em Buenos Aires, na Argentina, no dia 1 dezembro de 2018, Xi e Trump reuniram-se, de forma bilateral a fim de reverem a relação entre Pequim e Washington, sobretudo, com a escalada da “Guerra Comercial”.

Na comunicação ao público, o ministério das relações exteriores da China regozijou-se pela forma positiva e construtiva como decorreu a reunião e, declarou também que os dois líderes: cessará a aplicação mútua de novas sanções; comprometeram-se em alargar a cooperação tendo como alicerce a reciprocidade e ganhos mútuos; manter o intercâmbio em diversos níveis e delinear cursos da relação entre China-Estados Unidos; delegaram os seus grupos de trabalho a fortalecer as negociações com o intuito de remover os embargos adicionais e chegar a um acordo mútuo de ganha-ganha; reafirmaram o compromisso de “Uma Só China” (MREC, 2018).

Como observado por Wang Yi, ministro das relações exteriores da China, a retomada de diálogo entre Xi e Trump durante esse evento, foi crucial para que não houvesse uma escalada complementar na “Guerra Comercial”. Argumentando ainda que

ambos os países têm muito mais a ganhar com a cooperação e muito a perder com um conflito comercial, exortando Washington para relegar o pensamento de soma zero no cenário internacional (MREC, 2018).

Entretanto, a mando dos EUA, em 01 de dezembro de 2018, a justiça canadiana ordena a prisão de Meng Wanzhou, diretora financeira da companhia de telecomunicação chinesa Huawei, no aeroporto internacional de Vancouver²². Ordenando, que a mesma seja extraditada para os EUA. De acordo com o departamento de justiça norte-americano, através de Tribunal Federal de Brooklyn, a Huawei assim como Meng Wanzhou, são acusados de lavagem de dinheiro, fraude bancária, fraude eletrônica, violação da lei internacional de poderes económicos de emergência (IEEPA-sigla em inglês) através de envio de produtos americanos para o Irão via empresa *Skycom* e obstrução da justiça norte-americana (Departamento de Justiça norte-americano, 2019).

Em resposta, no dia 06 de dezembro de 2018, o governo chinês exigiu ao governo canadiano a libertação de Meng, que estava em prisão domiciliar, de forma a evitar uma rutura diplomática entre Pequim e Ottawa. Subsequentemente, em 10 de dezembro do mesmo ano, Pequim ordenou a prisão do ex. diplomata Michael Kovrig e o empresário Michael Spavor, cidadãos canadianos (CBC, 2021). Na comunicação à imprensa, Lu Kang, porta-voz do ministério das relações exteriores da China, declarou que, de acordo com Beijing State Security Bureau e State Security Bureau da cidade de Dandong, os dois cidadãos são suspeitos de terem envolvimento com atividades que põem em risco a segurança nacional da China (Embaixada da China em Jamaica, 2018). Na sequência desse imbróglio, em 07 de março de 2019, a Huawei processa o governo norte-americano pela imposição de restrição ao uso de aparelhos eletrônicos provenientes de referida empresa nos setores governamentais (Huawei Complaint, 2019).

Em duas ações pouco usuais na história recente dos EUA em relação à China, em 10 de maio de 2019, à administração Trump eleva de 10% para 25% a tarifa sobre a importação chinesa, totalizando cerca de 200 mil milhões de dólares (Departamento de Comércio norte-americano, 2019). Concomitantemente, sob o pretexto da emergência da defesa de segurança nacional, em 15 de maio de 2019, o presidente Trump publica uma ordem executiva proibindo a aquisição, importação, transferência, instalação, negociação ou uso de qualquer tecnologia, ou serviço de comunicação por qualquer cidadão, ou com relação a qualquer propriedade, sujeita a jurisdição norte-americana (Casa Branca, 2019).

²² Depois de vir de Hong Kong, Meng Wanzhou fazia escala no aeroporto internacional de Vancouver rumo a México, Costa Rica, Argentina e França em viagens de negócio.

Diretamente, a administração Trump começa uma campanha massiva contra o que ficou designado como “adversário estrangeiro”, numa alegação direta a gigante tecnológica chinesa Huawei. De acordo com José Jesus, ex. embaixador de Portugal em Pequim, os Estados Unidos da América já perderam a sua liderança tecnológica no mundo (Duarte, 2024:86). No endosso da referida campanha, o secretário de Estado dos Estados Unidos da América, Mike Pompeo, proferiu que “se uma nação optar pelo equipamento da Huawei e instalar alguns dos seus sistemas de informações centrais, não poderemos partilhar informação ou trabalhar com eles” (Mahbubani, 2020:263). A mensagem de Pompeo foi clara aos aliados, ou nós, ou a China.

Para os dirigentes norte-americanos, uma das funções da Huawei é de espionar os EUA e os seus cidadãos e, conseqüentemente, repassar as informações ao governo chinês. Concernente a nova tarifa norte-americana às importações chinesas, em 13 de maio de 2019, através do seu ministério das finanças, Pequim anuncia a imposição de tarifas em até 25%, totalizando cerca de 60 mil milhões em produtos importados dos EUA (CNBC, 2019). Na mesma sequência, em 05 de agosto de 2019, Trump acusa o governo chinês de manipular moeda. No comunicado à imprensa, o secretário do tesouro norte-americano, Steven Mnuchin, informou que a China levou a cabo medidas para depreciar o yuan (a sua moeda oficial), obtendo-se, assim, a reserva substancial de câmbio e, conseqüentemente, vantagens competitivas indevidas no comércio internacional (Departamento de Tesouro norte-americano, 2019).

Na sua resposta, o Banco Central da China rechaçou as alegações norte-americanas de ser “manipulador de moeda”. No mesmo comunicado, o Banco Central da China afirmou que: a) a taxa de câmbio de Renminbi é regida baseado na oferta e procura do mercado tendo como referência uma cesta de moeda; b) a mudança e volatilidade no mercado global desde o início de agosto provocou a depreciação do Renminbi; c) designou o ato unilateral dos EUA de desrespeitoso e protecionista (Administração Estatal de Câmbio Chinês, 2019).

Observando essa dinâmica na relação entre China e os EUA, podemos categorizar, de acordo com Allison (2021), que nos assuntos externos, Washington ambiciona um Estado de direito internacional que se confunda com o seu Estado de direito interno. Ou seja, em que os EUA sejam referência para outras nações no quesito internacional, sem ter em conta as suas características endógenas como: recursos humanos, recursos financeiros, a capacidade inovadora, as suas prioridades, a sua cultura. Portanto, o (Anexo IX) ajudar-nos-á a entender melhor os contornos da “Guerra Comercial” entre os EUA e China durante a administração Trump.

Numa manifestação levada a cabo por milhões de cidadãos de Hong Kong, em meados de 2019, contra o projeto de lei que permite a extradição de pessoas da referida

província para China continental para serem julgadas, fez com que em novembro de 2019, o Congresso norte-americano aprovasse, na unanimidade o projeto lei nº 116-76, que por sua vez, garante o respeito pelos Direitos Humanos e Democracia nesse território (Congresso norte-americano, 2019). Se por um lado, os EUA alegam que há uma violação de direitos e que, conseqüentemente, a estado de direito e o modo de vida dos cidadãos de Hong Kong estão em causa, por outro, o porta-voz do ministério das relações exteriores da China, Geng Shuang, declara que o que se passa em Hong Kong é assunto interno da China e que, por sua vez, a ação de Pequim sobre a mesma tem como propósito de parar o caos e violência, defender o estado de direito e restaurar a ordem rapidamente (MREC, 2019).

Na mesma linha de raciocínio, o representante chinês afirmou que esse evento foi levado a cabo por pessoas que têm um comportamento anti-China e que pretendem desestabilizar a referida sociedade e, pressupostamente, minar a ordem instituída de “um país, dois sistemas”. Subseqüentemente, a fim de manter a estabilidade na região e alegando a quota responsabilidade de certos grupos, o governo de Pequim decidiu punir organização não governamentais como: *Human Right Watch*, *The Freedom House*, *The National Endowment for Democracy*, *The National Democratic Institute for International Affairs* e *The International Republican Institute* (BBC, 2019).

Porém, no âmbito da regressão da “Guerra Comercial”, em 15 de janeiro de 2020, o presidente Trump e o vice-primeiro ministro chinês, Liu He, assinaram a primeira fase do acordo na qual estabelecem a supressão de algumas tarifas implementadas e, por outro lado, asseguram: a obrigação da proteção da propriedade intelectual; a proteção dos segredos comerciais (processos, operações, modelo de obra ou aparelhos, à produção, transações comerciais ou logística, informações dos clientes, inventários ou valor, lucros, perdas ou despesas de qualquer pessoa); responsabilização do ator pela apropriação indevida de segredos comerciais; combater a pirataria e falsificação em *sites* de comércio eletrônico; ações de execução de fronteiras, fortalecer a cooperação de fiscalização com o intuito inibir e apreender mercadorias falsificada (Governo norte-americano, 2020).

Se por um lado a assinatura deste acordo possibilitou arrefecer os ânimos comerciais entre os dois países, por outro, também possibilitou que os EUA retirassem a “flecha” imposta à China como sendo um país manipulador de moeda. Contudo, em 31 de janeiro de 2020, as relações entre os dois países entraram numa nova espiral de acusações após o presidente Trump vociferar que a China é a maior responsável pela disseminação do vírus do covid 19 pelo mundo. Na primeira instância, a medida mais errática levado a cabo por Trump foi a proibição à entrada nos EUA de pessoas (imigrantes e não imigrantes) que, nos últimos 14 dias estiveram na China. Com a

exceção daqueles que estiveram nas regiões administrativa de Hong Kong e Macau (Casa Branca, 2020).

Ainda tendo como base a proibição da entrada de pessoas nos EUA e alegando a não publicação de todos os fatos relacionados a covid 19 pelos jornalistas chineses residentes no seu país, em 02 de março, Donald Trump limita a concessão de visto aos jornalistas chineses dos veículos de mídia da *Xinhua*, *CGTN*, China Rádio, *China Daily* e *The People's Daily*. Nesse sentido, o grupo formado por 160 jornalistas chineses nos Estados Unidos seria reduzido a 100 profissionais, com 60 jornalistas a serem forçados a abandonar o país até o dia 13 de março (Comissão de proteção de jornalistas, 2020).

Washington alega ser resposta à expulsão, feita pela China, a três jornalistas norte-americanos do *Wall Street Journal* (Josh Chin e os repórteres Chao Deng e Philip Wen) depois do acadêmico Walter Russell Mead ter publicado um artigo de opinião no dia 02 de fevereiro de 2020 denominado “*China is the real sick man of Asia*” (Wall Street Journal, 2020). Na perspectiva chinesa, o artigo é de teor racista e que jamais a China permitirá a disseminação de notícias falsas em nome de liberdade de imprensa (Embaixada da China na Eslovénia, 2020).

Na resposta as alegações do governo norte-americano, em 03 de março de 2020, o porta-voz do ministério das relações exteriores da China, Zhao Lijian, fez questão de realçar dois pontos: o fato da epidemia ser relatada pela primeira vez na China, não quer dizer que a sua origem seja na China; a epidemia é um desafio global, portanto, devemos combater a desinformação e ao “vírus político”. A posição de Zhao Lijian vem de encontro ao “vírus chinês”, nome mencionado de forma reiterada, nas redes sociais (Anexo X), pelo presidente Donald Trump ao vírus do covid 19 (Embaixada da China em Albânia, 2020).

A troca de palavras e acusações entre os dois países se materializaram, em 21 de junho de 2020, quando à administração Trump ordenou o encerramento do consulado chinês na cidade de Houston, no estado do Texas (The Texas Tribune, 2020). Os norte-americanos alegaram que a referida instituição funcionava, na verdade, como um centro de espionagem e furto de propriedade intelectual dos EUA para a China. Ao nosso ver, quando o presidente Trump acena fortemente contra a China, a partir de junho, o seu principal objetivo, supostamente, é de arranjar um inimigo externo na qual possa culpabilizar, com o intuito de justificar o seu fracasso interno, principalmente na má performance da economia e no combate a pandemia do covid 19.

De realçar que nesse período, o PIB norte-americano era negativo, na casa de -2.2% (Anexo XI), e o número de mortes e infetados por covid 19 ultrapassava a casa dos milhões. Nesse sentido, com esse cenário, dificilmente Donald Trump conseguiria se reeleger nas eleições de novembro de 2020.

Em consonância com o seu presidente e seguindo a nossa linha de raciocínio acima, de forma deliberada e inclusive na biblioteca presidencial Richard Nixon, no dia 23 de julho, o Secretário de EUA, Michael Pompeo, no seu discurso (acompanhado por Conselheiro de Segurança Nacional, Robert O'Brien, o Diretor do FBI, Chris Wray e ao procurador-geral, William Barr), evoca uma série de impropérios, ataques e acusações contra a China e ao Partido Comunista. Intitulado “China Comunista e Futuro do Mundo Livre”, Pompeo declara que: a política dos EUA para China falhou nos últimos 50 anos; o aparato político chinês reprime cidadãos em Hong Kong e Xinjiang; comercialmente, a China abusa dos EUA golpeando a sua economia e, conseqüentemente, deixando cada vez mais norte-americanos sem emprego; no cenário internacional, a China mordeu as mãos que a alimentava; o século XXI livre requer quebrar a continuidade do paradigma com a China; a ambição chinesa não é negociar com os EUA, mas sim, invadi-la; as promessas do Partido Comunista Chinês são vazias; no que concerte ao PCC devemos desconfiar e verificar; muitos funcionários e estudantes chineses estão nos Estados Unidos para roubar a nossa propriedade intelectual e levá-la para a China; se o mundo livre não mudar, a China comunista nos mudará (Departamento de Estado norte-americano, 2020). As declarações de Pompeo reforça os argumentos de que os Estados Unidos podem justificar as suas ações no estrangeiro de uma ou de ambas duas formas (...) primeiro, podemos exagerar a ameaça comunista e exagerar a reação a perigos insignificantes (...) segundo, podemos agir pelo bem dos outros (Waltz, 2002:272-273).

Acusando o Estados Unidos da América de violar a lei internacional concernente à diplomacia²³, e respondendo que de imediato, em 24 de julho de 2020, Pequim retirou o consentimento da operação do Consulado Geral dos EUA na cidade de Chengdu, na província de Sichuan (MREC, 2020). Concernente ao discurso do Michael Pompeo, Wang Wenbin, porta-voz do ministério das relações exteriores da China o caracterizou como sendo infundado, carregado de preconceitos ideológicos, agarrado a mentalidade da guerra fria e que encontrará uma forte oposição da China²⁴. Paralelamente a esses acontecimentos que monopolizaram a relação entre Pequim e Washington no cenário internacional, no dia 23 de julho de 2020, de forma independente e através da base na província de Hainan, a China enviou a sua primeira missão, denominada de Tianwen-1, com destino marte (Global Times, 2020).

Por incrível que pareça, a estratégia de Trump em fazer da China a inimiga dos EUA, não se materializou em votos suficientes para o eleger para um novo mandato. Pois,

²³ O governo chinês faz referência à Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados instituído em maio de 1969.

²⁴ Ibid.

nas eleições de novembro de 2020, o candidato democrata, Joe Biden, foi eleito como o novo presidente dos EUA. Sendo prontamente felicitado pelo presidente Xi Jinping que o confidenciou esperar que a relação entre Washington e Pequim seja de paz, sem confronto, respeito mútuo e cooperação ganha-ganha (The Guardian, 2020).

À luz dos materiais analisados, de antemão, presumimos que, o presidente Xi Jinping sabia que independentemente do seu interlocutor na casa branca, tendo em conta os seus objetivos preconizados no cenário internacional, a relação com os EUA não seria fácil. Principalmente, após a revitalização da iniciativa faixa e rota, em 2013. Pois, de acordo com a nossa observação, a revitalização da iniciativa faixa e rota engendrada por presidente Xi marcou um novo estágio de posicionamento da China no mundo e, conseqüentemente, no seu relacionamento com os EUA – que podemos caracterizar não como sendo de subserviência e consentimento, mas sim, de desafio e superação.

No que diz respeito ao desafio, com a iniciativa faixa e rota, no cenário internacional, a China apresenta ao mundo e aos países interessados, principalmente, as nações em via de desenvolvimento, que é possível, optarem por uma outra via de desenvolvimento sem ter que, necessariamente, desfazer das suas políticas internas, a organização social estabelecida e o seu estilo de vida que é o que fazem os EUA, através das instituições da *Bretton Woods*.

Concernente a superação, em diversos aspetos, como observamos, Pequim rivaliza ou supera Washington no comércio internacional (mais países comercializam com a China do que os EUA), no campo económico (na superação dos EUA na paridade de poder de compra), no campo da tecnologia (desenvolvimento da tecnologia 5G pela Huawei), na corrida espacial (envio da primeira missão a Marte- Tianwen-1, em 2020), no campo militar (na sofisticação da sua marinha e institucionalização da sua primeira base militar no exterior, no Djibuti, em julho de 2017). Em suma, tanto o desafio como a superação proposta subentendidamente por presidente Xi, desembocarão na alteração, pela primeira vez, do *status quo* dos EUA nas últimas duas décadas.

**Parte II - Análise Comparativa dos Discursos
Oficiais dos Governos dos Estados Unidos da
América (2012-2020)**

7. As percepções da China nos Discursos Oficiais de Barack Obama (2012-2016)

Antes de explorarmos as ações da administração Obama a partir de 2012, é necessário retrocedermos dois anos, isto é, em maio de 2010, e analisarmos a sua estratégia de segurança nacional (*National Security Strategy*)²⁵ em relação à China. Nesse documento, à administração Obama catalogou a China como sendo um país importante, no qual Washington procurará desenvolver um relacionamento positivo, construtivo e extenso (*National Security Strategy*, 2010). Mas, contudo, no mesmo documento, a sua administração deixa claro que monitorizará a modernização militar chinesa e se preparará para defender os seus interesses e dos seus aliados a nível regional (Coreia do Sul, Japão, Taiwan, Filipinas) e global (NATO, União Europeia e etc..).

Entretanto, seguindo a sua segunda premissa, em 12 de março de 2012, a administração Obama, juntamente com o Japão e alguns países da União Europeia introduziram um pedido de processo comercial contra a China na Organização Mundial do Comércio. No seu discurso, Obama alega que o país oriental tem cometido práticas comerciais desleais, referindo-se, principalmente, a limitação da exportação de materiais de terras raras como: neodímio, praseodímio, ítrio, európio, lantânio, lítio (Casa Branca, 2012). Visto que, sozinha, a RPC é responsável por exportar mais de 80% desses recursos naturais. Materiais esses que são utilizados para o fabrico de produtos altamente tecnológicos como os *smartphones*, carros híbridos, baterias de lítio, lâmpadas ecológicas e turbinas eólicas.

A atitude do presidente Obama, no discurso acima mencionado, deriva, sobretudo, da ingerência do estado chinês no livre mercado e livre concorrência, nos subsídios das suas empresas multinacionais e na falta de acesso desses mesmos materiais por parte de empresas norte-americanos. Na resposta à ação dos EUA e os seus aliados, o governo da RPC afirmou que não limitou a exportação de terras raras e que as exportações desses recursos estão de acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio. No mesmo comunicado, o porta-voz do ministério das relações exteriores, Liu Weimin, também realçou que essa ação faz parte da política interna chinesa à proteção do meio ambiente e gestão de recursos escassos (First Post, 2012).

²⁵ Desde à presidência do Jimmy Carter (1977-1981), os presidentes norte-americanos têm, por hábito, divulgar a sua estratégia de segurança nacional. No fundo, esse é um documento orientador das ações do presidente tanto ao nível interno como externo.

No seu turno, em 12 de abril de 2012, o ministério da ecologia e meio ambiente veio enfatizar que o sistema de cotas de exportação de terras raras foi empreendido em 2008 e tem como um dos vários objetivos, promover o desenvolvimento sustentável da indústria (Ministério da Ecologia e Meio Ambiente da China, 2012). Contudo, durante à Cimeira sobre Segurança Nuclear realizada em Seul, na Coreia do Sul, em 26 de março de 2012, o presidente Obama fez questão de acenar positivamente para a China, a fim de pensarem numa estratégia global de redução de armas nucleares (Casa Branca, 2012).

Nesse quesito, sob a nossa lente, Obama via a China como um interlocutor da primeira ordem a promover diálogos com o Irão e a República Popular da Coreia²⁶ para integrarem ao Tratado de Não Proliferação Nuclear encabeçado pelos EUA. Já com o presidente Xi no poder, em julho de 2013, Obama recebe-o com o objetivo de compartilhar suas visões de mundo sobre assuntos bilaterais, globais e, em particular, assuntos relacionados à Ásia-Pacífico. De acordo com Obama, os EUA sempre acolherão uma ascensão pacífica, próspera e estável da China e, por outro lado, buscará à China como um parceiro estratégico nos desafios globais tais como: os programas nucleares da Coreia do Norte, mudanças climáticas, segurança cibernética, proteção de propriedade intelectual e, também, sobre os direitos humanos (Casa Branca, 2013). É necessário frisarmos que, em relação à segurança cibernética, que era um assunto melindroso aos empresários norte-americanos, o presidente Obama fizera saber ao presidente Xi que Washington sabia da espionagem informática chinesa nos Estados Unidos da América (Silva, 2021).

Dessa visita, os dois presidentes comprometeram-se em estabelecer, como descrevemos no (capítulo 6) um novo modelo de relações. Contudo, Obama também alertou o presidente Xi que, como uma potência, a China deve seguir as normas económicas internacionais iguais a outros países (Aljazeera, 2013). Entretanto, na tentativa de restaurar a sua zona de influência no seu mar, em 23 de novembro de 2013, o Ministério da Defesa da China, através do seu porta-voz, Geng Yansheng, anunciou o estabelecimento da zona de identificação de defesa aérea (ADIZ -sigla em inglês) no seu mar oriental que, por sinal, colidi com os interesses do Japão.

Para tal expediente, Pequim argumentou que essa ação se deve, sobretudo, a necessidade de proteger a sua soberania; segurança territorial e o seu espaço aéreo (Embaixada da China na Índia, 2013). Contrapondo a China na sua ação, a administração Obama, através do seu secretário de estado, Jonh Kerry, condenou a ação unilateral da

²⁶ O Irão e à República Popular da Coreia são dois países antagónicos aos EUA que vêm desenvolvendo as suas capacidades nucleares ao longo dos anos. São países longe, ideologicamente, longe da dos EUA, mas que se encontram sempre disponíveis a dialogar com o governo de Pequim.

China e realçou que não coadunará com a posição de Pequim de alterar o *status quo* na região da Ásia-Pacífico (Departamento de Estado norte-americano, 2013). Ao mesmo tempo, Washington enviou dois bombardeiros B-52 desarmados para patrulhar as ilhas no mar da China oriental (Voz da América, 2013).

Em contraponto ao posicionamento norte-americano e vozes críticas, em 03 de dezembro de 2013, Pequim enfatizou que o estabelecimento da ADIZ no seu mar oriental não viola a integridade de outros países; a ADIZ não é território de um país, mas sim um espaço aéreo internacional; não afetará a liberdade de voo de outros países; a ADIZ não visa nenhum país em específico e, por último, a identificação dessa zona também tem como objetivo de ser alertado precocemente sobre uma futura violação do seu espaço aéreo. Na mesma linha de raciocínio, Pequim deixa claro seu comprometimento com o desenvolvimento pacífico, e assegura que a ADIZ constitui segurança e não risco, cooperação e não competição naquela região do globo (Embaixada da China na Índia, 2013).

A reboque do novo modelo de relações, em 12 de novembro de 2014, à administração Obama decidiu formalizar ao mundo a parceria climática conjunta com a China a fim de criar políticas de combate às alterações climáticas globais. Do seu lado, o presidente Obama assegurou que os EUA pretendem: reduzir gases com efeito de estufa para -28% até 2025; trabalhar em conjunto com a China com o propósito de ultrapassar as barreiras que impedem os países de atingirem o acordo climático de Paris; fortalecer diálogo político e parceria efetiva em tecnologia avançada com o intuito de melhorar a matriz energética e reduzir emissão de carvão; usar instituições já estabelecidas em ambos os países para alcançar metas estipuladas (Casa Branca, 2014).

Se na questão climática e ambiental os dois países alcançaram um denominador comum, em relação ao mar do Sul da China a tensão agudizou-se. Em 30 de maio de 2015, os EUA, na figura do seu secretário de defesa, Ashton Carter, instou fortemente Pequim a abandonar o seu projeto de construção de ilhas artificiais no seu mar meridional. Na perspetiva norte-americana, as ações de governo de Pequim no seu mar meridional para além de esbarrar nos interesses de aliados (Filipinas, Taiwan, Vietname e Malásia), ultrapassou todos os limites estabelecidos. Ora, em menos de dois anos a China tinha reconquistado mais de 1.500 acres de terras em relação a outros países no seu mar meridional (BBC, 2015).

Em meio a choques de interesse, na penúltima semana do mês de setembro de 2015, o presidente Obama recebe o presidente Xi, na Casa Branca, com o propósito de discutirem e alinharem os seus interesses. Pois, mediante a escalada de tensões, era expectável que a relação entre os dois países ganhasse outros contornos.

Fazendo jus ao “diálogo de alto nível” estabelecido entre Washington e Pequim no enfrentamento aos desafios globais e regionais, o presidente Obama assegurou que: mesmo tendo as suas diferenças, os dois países concordaram em trabalhar juntos, de forma construtiva no âmbito internacional; a guarda costeira norte-americana e a chinesa encetarão um acordo com o propósito de aprofundar a construção de confiança das regras de comportamento sobre encontros superfície-superfície; os dois países manterão a comunicação e cooperarão na reconstrução e reconciliação do Afeganistão; ao lado do Afeganistão, os Estados Unidos e a China promoverão um evento à margem da cimeira das Nações Unidas sobre a reconstrução e desenvolvimento do Afeganistão; Washington e Pequim apelarão a Talibã para dialogar com o governo afegão; os Estados Unidos e a China continuaram a apoiar os capacetes azuis na manutenção da paz; os dois países advogarão pelo aprofundamento de parceria entre União Africana e as Nações Unidas na manutenção da paz; pretendem promover um diálogo bilateral anual sobre a questão de segurança nuclear; ambos os países advogarão pela proibição da importação de marfim; aprofundar a cooperação no combate a tráfico animais selvagens; implementação da iniciativa “*one million strong*” que visa aumentar para 1 milhão de estudantes norte-americanos a estudar mandarim até 2020 (Casa Branca, 2015).

Já na reta final fim do seu segundo mandato, na nossa percepção, a administração Obama estava mais interessada em coexistir pacificamente com a China do que enveredar por um caminho antagônico ou conflituoso. A prova disto, foi a organização, em 31 de março de 2016, da Cúpula de Segurança Nuclear em conjunto com Pequim, nos EUA. Desse evento impulsionado por Barack Obama, na declaração conjunta, Washington e Pequim também acordaram em: avançar os objetivos da Cúpula de Segurança Nuclear; envidar os esforços no combate ao contrabando nuclear; tirar o maior proveito do centro de Segurança Nuclear inaugurada em Pequim, em 18 de março de 2016; compartilhar as melhores práticas de Segurança Nuclear com a Comunidade Internacional e outros países (The American Presidency Project, 2016).

No entanto, em 16 de dezembro de 2016, o Departamento de Defesa dos EUA, através do seu secretário, Peter Cook, acusou à marinha chinesa de ter se apropriado de um veículo subaquático não tripulado norte-americano, no Mar do Sul da China. Segundo o referido secretário, o incidente terá ocorrido em águas internacionais e o pedido para a devolução do objeto fora ignorado por forças chinesas (Departamento de Defesa norte-americano, 2016).

Ao analisar os discursos e as ações da administração Obama entre 2012 e 2016, chegamos a conclusão que, sabendo do protagonismo que a China tinha ganhado no cenário internacional, era preferível mantê-la como uma parceira estratégica a um país desafeto. Por mais que houve, no início, a introdução de um processo comercial na OMC

face ao país oriental, ao longo do seu mandato, Obama procurou estabelecer vínculos efetivo e duradouros com a China. Podemos citar como o exemplo as sucessivas reuniões bilaterais em eventos internacionais; estabelecimento de políticas de combate às alterações climáticas; parceria na não proliferação de armas nucleares e apoio à China na organização da Cimeira do G-20.

8. As percepções da China nos Discursos Oficiais de Donald Trump (2017-2020)

A chegada da administração Trump ao poder em 20 de janeiro de 2017, era esperado com apreensão e imprevisibilidade face à China. Como citado no (capítulo 6), durante a campanha eleitoral, o candidato republicano classificou a China e o Partido Comunista como sendo a maior ameaça aos Estados Unidos da América. Na sua pesquisa, o economista norte-americano, David Autor e seus pares, calcularam que a concorrência chinesa acabou, nos Estados Unidos, com 2.4 milhões de empregos entre 1999 e 2011 (Mações, 180:2022).

Portanto, nesta análise, focaremos somente nos eventos mais excêntricos da política externa da administração Trump para a China. Como disse Steve Bannon, Trump é o presidente dos EUA justamente por causa da China (Silva, 2021:317).

Em 08 de novembro de 2017, em jeito de reciprocidade, o presidente Donald Trump viaja à China com o propósito de retribuir e estreitar relações com Pequim. Ao contrário do que se esperava (continuação de boas relações), em dezembro de 2017, a administração Trump divulga a sua Estratégia Nacional de Segurança na qual destacou que, a China tem usado ameaças militares para convencer outros estados da região a aliar-se a si; a iniciativa faixa e rota é usada por China para alcançar os seus objetivos geopolíticos; a construção e militarização de ilhas no seu mar meridional reduz o fluxo da troca comercial, causa a ameaça noutros países soberanos e ameaça a estabilidade naquela região (National Security Strategy, 2017).

Convencido das ambições obscuras da China, no mesmo documento, Donald Trump assegurou que, mediante essas ameaças, urge a necessidade de os EUA responderem o chamado dos aliados na região do indo-pacífico e noutras partes do mundo. Segundo o mesmo, os aliados clamam pela liderança dos EUA e uma resposta concertada, em conjunto, que permita impor o respeito e a manutenção do *status quo* na região. No campo económico, Trump enfatizou que: estimulará cooperação entre os países da região com o propósito de fomentar o comércio e, conseqüentemente, manter vias marítimas desimpedidas; incentivará práticas transparentes de financiamento em infraestruturas de alta qualidade, trocas comerciais e resolução pacífica de conflitos; procurará firmar acordos comerciais que sejam justos e recíprocos; juntamente com a Austrália e a Nova Zelândia, auxiliarão os países aliados mais frágeis na redução da vulnerabilidade e catástrofes naturais; ampliar laços comerciais com os países africanos com o intuito de gerar emprego e criar prosperidade para os americanos e africanos;

apoiar a integração económica entre os países do continente africano; disponibilizar bens e serviços norte-americanos como alternativa ao avanço da China em países africanos.

Concernente a questão militar e segurança, Trump declarou que: os EUA assegurarão a sua presença militar na região e, se for o caso, infligir derrota a qualquer opositor; incentivará a implementação de uma rede de defesa entre os aliados; aprofundar a cooperação antimísseis com Tóquio e Seul com o objetivo de ter capacidade de defesa aérea; preservar laços de cooperação com Taiwan, dando seguimento da política de “Uma Só China” e prestar auxílio a Taipé na necessidade de legítima defesa; revigorar, fortalecer e expandir relações com a Índia, Filipinas, Tailândia, Singapura, Vietname, Indonésia, Malásia e outros; trabalhar com parceiros africanos para aperfeiçoar serviços de combate ao terrorismo, tráfico de pessoas e comércio ilegal (National Security Strategy, 2017).

Tendo traçado o que seria a política externa dos EUA para a região do indo-pacífico em geral e, em relação à China em particular, vozes internas da política norte-americana e incluindo personalidades como o general Joseph Dunford, o diretor do FBI, Christopher Wray e o multimilionário e filantropo George Soros apelaram para o endurecimento da postura de Washington face a Pequim (Gomes, 2021). Assim sendo, em 22 de março de 2018, a administração Trump dá início à imposição de uma série de tarifas a produtos importados da China.

Portanto, pondo em prática os seus *slogans* de campanha (*Make America Great Again ou America First*), na sua primeira ação, Trump acusa os chineses de roubarem a tecnologia norte-americana e, na sequência, aplica tarifas na casa dos 55 mil milhões de dólares aos produtos importados da China (The Associated Press, 2018). Enquanto Pequim apregoava e disseminava o liberalismo económico que, por coincidência, é amplamente divulgado pelos Estados Unidos da América, Trump apoiava-se no protecionismo e isolacionismo (Silva, 2021). Na defesa da sua ação, Trump argumentou que o défice da balança comercial entre os EUA e a China no ano anterior era de 375 mil milhões de dólares, algo jamais visto na história do país. Segundo, Letwin (2022), Trump argumentava ainda que os chineses inundavam o mercado internacional com alumínio e aço barato e roubavam milhares de dólares aos EUA através de subsídios a veículos elétricos.

Com a imposição dessa tarifa, Trump espera diminuir o défice comercial a despeito da China em 100 mil milhões de dólares (Voz da América, 2018). Por outras palavras, os EUA compravam mais produtos e serviços da China do que vendiam à China. O escalar de tensão entre Washington e Pequim viria a conhecer uma pequena trégua depois do encontro entre Trump e Xi Jinping, durante a cimeira do G-20 que se realizou no início de dezembro, em Buenos Aires, Argentina.

Em resolução, os dois presidentes asseguraram em não aplicar tarifas de magnitudes elevada a partir do dia 01 de janeiro de 2019; à administração Trump comunicou que não aumentará de 10% para 25% as importações provenientes da China que totalizaria mais de 200 mil milhões de dólares (Reuters, 2018). Volvidos pouco mais de seis meses do encontro acima referido, em 10 de maio de 2019, a administração Trump quebra a promessa feita à margem da cimeira do G-20 e eleva para 25% todas as importações com a origem na China, reavivando assim a disputa comercial existente entre os dois países.

De acordo com o representante comercial norte-americano, Robert Lighthizer, a pretensão do presidente Trump era de taxar, em aproximadamente, 300 mil milhões de dólares as importações provenientes da China (Departamento de Comércio norte-americano, 2019). A “guerra comercial” da administração Trump contra a China, iniciada em março de 2018, rapidamente se estendeu a outras áreas, especialmente, a tecnológica. Em 15 de maio de 2019, o governo Trump orquestrou uma campanha maciça contra a empresa chinesa de telecomunicações, Huawei; proibindo à contratação, aquisição e instalação de seus produtos e serviços. Trump considerou que o país estava numa situação de “emergência nacional” (Observador, 2019). Porque para ele, a empresa de telecomunicações chinesa funcionava como uma espécie de espiã que repassava os dados dos cidadãos e empresas norte-americanas para o estado chinês.

A administração posicionou dessa forma porque a tecnologia 5G desenvolvida pela empresa chinesa Huawei possibilita o desenvolvimento de negócios disruptivos, cria oportunidades na área da medicina, possibilita a circulação de carros autónomos, torna mais célere o processo de produção nas empresas e também pode ser aplicada no contexto militar (Silva, 2021). Em 15 de janeiro de 2020, já tendo em conta, quiçá, às eleições de novembro do mesmo ano, o presidente Trump assina a primeira fase de acordo comercial com a RPC. A verdade é que a imposição de tarifas mostrou-se contraproducente a solução viável, principalmente, para o comércio e a economia norte-americana.

Trump chegou a verbalizar que o arranjo desse acordo foi conseguido de forma árdua, justa, aberta e amigável. Entretanto, o acordo considerado como o maior da história, por Trump, nessa primeira fase os EUA também conseguiram: garantir a proteção da propriedade intelectual; aumento na prevenção de transferência indesejada de tecnologia (por exemplo, a *boeing* ou qualquer empresa norte-americana que vender ou fabricar parte de seus produtos na China não será obrigado a ceder o seu *know-how* ao país oriental); garantias na compra de produtos agrícolas, por parte da China, na ordem dos 40 a 50 mil milhões de dólares por ano; mediação no diálogo com a Coreia do

Norte; controlo rígido de exportação de fentanil²⁷, por parte da China, para os Estados Unidos; controlo firme dos produtos contrafeitos e pirateados com destino aos EUA; a China investirá cerca de 200 mil milhões de dólares na fabricação de seus produtos e serviços nos EUA – 50 mil milhões serão direcionados a setor energético, 50 mil milhões para o setor da agricultura, 50 mil milhões para o setor financeiro; os EUA exportarão, novamente, carne bovina e suína, ração para animal, produtos alimentares para bebé, produtos derivados de leite, arroz e biotecnologia para China (Casa Branca, 2020).

A rápida disseminação da pandemia do covid 19 pelo mundo viria a colocar novamente em rota de colisão à administração Trump e a China. O surto do vírus do covid 19 que teve o seu epicentro na cidade de Wuhan, na província de Hubei, China (OMS, 2021), rapidamente se alastrou aos quatro cantos do mundo, no primeiro trimestre de 2020. Para além de mencionar que covid 19 era um vírus chinês, Trump posicionou-se sempre como um pessoa anti ciência, contra as medidas de prevenção aconselhadas pela Organização Mundial da Saúde (confinamento racional da população, distanciamento social, desinformação, testes antigénio, vacinas e etc..), e, acima de tudo, incentivou que a *Food and Drug Administration* (FDA – sigla em inglês) liberalizasse a cloroquina e hidroxicloroquina para a população. Medicamentos esses que a Organização Mundial da Saúde desencorajava o seu uso (Nações Unidas, 2021).

A ineficácia e a resposta tardia do governo norte-americano no combate ao coronavírus, fez com que, até outubro de 2020, os Estados Unidos da América contabilizassem oito milhões de infetados e mais de 215 mil mortes (Universidade Johns Hopkins, 2020). Sendo o registo do primeiro caso em 21 de janeiro de 2020 (AJMC, 2021). De acordo com Irwin Redlener et. al (2020), se a administração Trump tivesse sido ágil e responsivo no combate a covid 19 nos Estados Unidos, teria sido evitado 130 a 210 mil mortes. Vale relembrar que, oficialmente, a Organização Mundial da Saúde e os EUA foram informados sobre o surto e a periculosidade do covid 19 no dia 03 de janeiro de 2020 (Xinhua, 2020). Menos de uma semana após a identificação do primeiro caso na China (29 de dezembro de 2019).

De acordo com um artigo publicado na revista Time (2020), Bergengruen & Hennigan concluíram que nos primeiros meses após o alerta de Pequim e de diversos epidemiologistas sobre o perigo letal do novo vírus, ao invés de implementar medidas contundentes, a administração simplesmente focou-se em mantê-lo fora dos EUA. É necessário realçar que a quantidade de números de mortes registados (Anexo XII) pelos Estados Unidos e os seus aliados ocidentais (Alemanha, Austrália, Canadá, Reino Unido,

²⁷ Remédio opiáceo utilizado para tratamento de depressão, cancro, mas o seu uso exagerado pode levar à dependência e, conseqüentemente, à morte.

Itália, Espanha) e não só, até finais de 2020, em relação, mesmo quiçá, imprecisos, aos números de mortes veiculados pelo governo de Pequim, constituiu-se como um triunfo à República Popular da China e ao Xi Jinping (Universidade Johns Hopkins, 2020). Como citou Brown (2022), a crise internacional do Covid 19 demonstrou ao povo chinês que o socialismo com traços chineses podia alcançar resultados mais eficientes do que o modelo capitalista apregoado pelo mundo ocidental, desde que a China tivesse confiança.

A escalada de acusações e tensão contra o governo de Pequim, como já demonstrado no capítulo 6, fez com que, em Junho de 2020, à administração Trump ordenasse o encerramento do consulado da República Popular da China em Houston, no estado do Texas. Na nossa perspetiva, a falta de estratégia capaz de lidar com a China, fez com que a todo o momento, houvesse uma necessidade por parte de Washington em demonizá-la. E o encerramento dessa instituição chinesa faz parte de uma reação orquestrada pelo presidente Trump não só a pretexto da mesma ser um lugar onde a os chineses espionavam os Estados Unidos da América, mas sim, para desestabilizar o plano de Xi Jinping “Made in China 2025”, restringir a influência de Pequim num dos estados mais pujantes dos EUA, ostracizá-la e aumentar a sua popularidade num estado tradicionalmente republicano.

Por fim, Gomes (2021), assinala que o facto de os Estados Unidos não terem um plano contundente de longo prazo para fazer face á China ao nível mundial, não é a culpa do presidente Donald Trump (...), mas, certamente, que as suas políticas desconexas e improdutivas que foram movidas contra a RPC tiveram, sem dúvida, a sua marca. Como por exemplo, a retirada dos Estados Unidos da América da Parceria Transpacífico (que mantinha a presença acesa do seu país no Sudeste e Sudoeste da Ásia) e a imposição de tarifas sobre produtos provenientes da China. Pois, mesmo em meio a essa pandemia, de acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional de 2020 (Anexo XIII), o PIB chinês era um dos poucos o que se manteve no campo positivo, na ordem de 2.2%. No mesmo seguimento, é durante a administração Trump que o governo de Xi Jinping declarava a erradicação da extrema pobreza em todo território chinês e, conseqüentemente, realçava que o projeto de rejuvenescimento nacional da população era o objetivo fundamental da sua governação (Brown, 2022).

9. Comparação entre Discursos Oficiais do Presidente Obama e Trump em Relação à China

A nossa investigação mostra-nos que concernente à República Popular da China, a administração Obama e Trump compartilham visões quase que similares. Sendo o presidente Obama mais cauteloso e diplomático nas suas abordagens, enquanto o presidente Donald Trump mais imprevisível, impulsivo e incisivo. Materializando o seu ceticismo pela prática diplomática.

Como verificou Rogeiro (2017), numa entrevista a Piers Morgan ainda em 2011, Trump verbalizou que não podem ser os diplomatas a negociar com os chineses, mas sim os *killers* da *Wall Street*. Fazendo alusão a eficiência e a eficácia dos homens de negócios da bolsa de valor em relação aos burocratas estatais.

Entretanto, de acordo com o que foi descrito na sua Estratégia de Segurança Nacional (2010) o presidente Obama via a China como um país em ascensão, mas, que talvez, ainda fosse possível cooptá-la para dentro da órbita norte-americana. A semelhança do que aconteceu com os seus antecessores. Como argumenta Brunet & Guichard (2012), primeiramente, emergiram-se vozes dentro da esfera política norte-americana favorável à China: a administração Nixon e os seus pares foram os pioneiros, e os democratas alinharam-se em seguida.

Pois, mesmo a sua administração (Democrata) apercebendo-se das intenções de Pequim na sua região e no plano internacional (construção de ilha artificial, revitalização da Iniciativa Faixa e Rota, influência dos BRICS e a disseminação da AIIB) e adverti-la de forma pontual, em setembro de 2015, durante a visita do presidente Xi aos Estados Unidos da América, o presidente Obama concordou em trabalhar junto e de forma construtiva com a China, principalmente, no Afeganistão; no suporte às tropas das Nações Unidas; contribuir para resolução determinados problemas africanos; disseminar nos Estados Unidos da América o aprendizado do idioma chinês (mandarim). Para além dessas medidas, de forma retroativa, isto é, em novembro de 2014, vimos os Estados Unidos da América a consolidar a parceria climática com Pequim e a depositar na China o elo que persuadiria o Irão e a Coreia do Norte na não proliferação de armas nucleares.

Por sua vez, trazendo consigo todo o estigma e o preconceito da sua campanha eleitoral em relação à China, Trump deixou plasmado na sua Estratégia de Segurança Nacional (2017) quer no campo económico, militar e segurança, que é a China a maior ameaça aos Estados Unidos da América. Reforçando à argumentação de que o desafio

mais difícil que os Estados Unidos defrontam é de natureza internacional (Zakaria, 2008: 47). Apesar de manter a política de “Uma só China”.

Portanto, a partir do momento em que Donald Trump pressentiu que todas as suas exigências não seriam consentidas por Pequim, em 28 de março de 2018 iniciou-se assim o seu “plano B” – impor tarifas as importações provenientes da China e, concomitantemente, diminuir o déficit comercial dos Estados Unidos da América em relação ao país oriental.

Porém, a limitação do entendimento de Donald Trump em relação à China não lhe possibilitou enxergar o quão entrelaçado estavam as duas economias. Se por um lado a China precisa dos Estados Unidos, por outro, os norte-americanos também precisam do mercado interno chinês. Como destacou Mahbubani (2020), em 2018, a economia norte-americana era somente cerca de duas vezes maior do que a economia chinesa. Quando, por exemplo, nos anos 2000, a mesma era cerca de oito vezes maior do que a economia chinesa.

Portanto, qualquer movimento imprudente e brusco por parte da administração Trump em direção à China, principalmente no campo comercial e económico, acabaria também por ricochetear e atingindo de volta os Estados Unidos. Como advertiu o porta-voz do Ministério do Comércio chinês em relação as tarifas, a administração Trump está a disparar sobre o mundo inteiro e sobre si mesmo (Frankopan, 2019: 223). Por isso, vimos diversas vezes Donald Trump a recuar ou a alcançar acordos com os chineses, a partir de momento em que era contraproducente manter as referidas tarifas. O exemplo disso foram os acordos comerciais alcançados em 1 de janeiro de 2019 e 15 de janeiro de 2020.

Por outro lado, também consideramos que o advento do covid 19 contribuiu piamente para o agravamento da retórica sinofóbica por parte do Trump e, consequentemente, exacerbou a dependência norte-americana perante à China, no que diz respeito à equipamentos de proteção individual, como máscaras, luvas, álcool gel, fatos.

Em suma, ao observarmos para os dois governos, podemos afirmar que, de forma subtendida, a administração Obama relacionou-se com a República Popular da China também, de acordo, com os seus interesses. Ou seja, onde é possível cooperar, cooperaremos. Onde considerar-te-ei ameaça, antagonizaremos, e onde não possuo interesse, coexistiremos. Seguindo a advertência do Brzezinski (2014) que argumentou que um dos desafios fundamentais dos Estados Unidos da América nos próximos anos é revigorar geopoliticamente o mundo ocidental ao mesmo tempo que suporta e aceita um equilíbrio profundo no Oriente, com o intuito de acolher construtivamente o estatuto da ascensão da China e desviar-se do caos mundial. Enquanto na sua administração, Trump

não soube, diplomática e estrategicamente, lidar com a influência chinesa no palco mundial. Pelo que, os seus únicos recursos de arremesso contra a China eram os *tweets* e as tarifas.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar e explicar a evolução das percepções dos presidentes norte-americanos face à ascensão da República Popular da China entre 2012 e 2020, principalmente, no campo comercial, diplomático, económico, climático, tecnológico e geopolítico. O mesmo teve como o alicerce os momentos mais acentuados (acordos, discursos, parcerias, ações e notícias) nas relações entre os referidos países.

Porém, é necessário salientarmos que mesmo recorrendo há um vasto acervo literário e de informação, esta dissertação não tem como finalidade de ser porta-voz de um país em detrimento do outro, mas sim, mostrar que de facto, ao longo de setenta anos de coexistência, nem sempre houve cordialidade e divergências nas relações entre essas duas superpotências mundiais. Nações essas que foram forçadas e, conseqüentemente, nutrem valores completamente distintos uma da outra.

No mesmo sentido, ao mencionarmos isso, mostraremos em quais situações ou momentos os Estados Unidos da América começaram a ter o discernimento da relevância da República Popular da China no contexto internacional. Outrossim, apontaremos os momentos cruciais que permitiram a Pequim ganhar confiança em si e aumentar a sua influência global.

Como é perceptível nesta dissertação, durante a governação de Mao (1949-1976), numa primeira fase (1949-1958), os EUA adotaram uma política hostil à República Popular da China (China Continental) em detrimento da proteção e suporte financeiro, militar e político à República da China (Taiwan) e à Coreia do Sul. Nomeadamente nas crises no estreito de Taiwan e nas guerras entre as Coreias. Pois, o objetivo dos EUA era de impedir que a República de Taiwan fosse governada pelo regime comunista de Pequim e, por outro lado, evitar que a Coreia do Sul também fosse cooptada pela República Popular da Coreia (apoiado pela URSS e a China).

Numa segunda fase (1958-1971), com o rompimento da relação entre a URSS e a RPC, em 1958, Mao Tsé-tung viu-se forçado a aproximar-se dos EUA. Evento esse que se materializou com o primeiro-ministro chinês, Zhou Enlai a manifestar, em setembro de 1958, a vontade de Pequim em reestabelecer diálogo com a administração Eisenhower; com o cessar-fogo na guerra com Taiwan, em outubro de 1958; na diplomacia de pingue-pongue, em 1971 e, por último, com a visita oficial do presidente Richard Nixon à China, em 21 de fevereiro de 1972.

A abertura iniciada aos EUA durante os últimos anos da governação de Mao, pavimentou o caminho para o que viria a ser adotado por Deng Xiaoping na sua relação com Washington. Percecionado como o líder mais simpatizante às práticas capitalistas e liberais apregoadas pelos EUA, durante o seu mandato (1978-1992) e a implementação

de “Reforma e Abertura”, em 1978, o presidente Jimmy Carter enviou o seu Conselheiro de Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski para aprofundar as relações dos Estados Unidos com a China. É também durante a administração Carter que o congresso norte-americano aprova o princípio de “Uma só China”.

A vontade e a ambição de fazer da China um país próspero, fez com que, nos primeiros meses de mandato do presidente Ronald Reagan, Deng Xiaoping tivesse de esconder as suas capacidades e observar a retomada da comercialização de armas entre EUA e Taiwan, denominada de “Seis garantias para Taiwan”. Pois, a aversão de Reagan em relação ao comunismo ultrapassava todos os limites. Contudo, tendo uma real percepção do cenário internacional, Reagan retrocede nas suas políticas e, em agosto de 1982, a sua administração adota a política de “Uma só China”; efetua a sua primeira visita oficial à China e anuncia um acordo de cooperação nuclear, em 1984; a China adere ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, em 1980; obtém o estatuto de observador do GATT, em 1986, e celebra o acordo de “Corpo de Paz” com a China, em 1988.

Até então, a administração Reagan foi aquela que mais possibilitou o avanço da China no campo económico e comercial no cenário internacional. Por mais que os acontecimentos da praça de Tiananmen (1989) abalaram momentaneamente, através de embargos instituídos por presidente George W. Bush e aliados ocidentais, o processo de “Reforma e Abertura” delineado por Deng Xiaoping, com a queda de muro de Berlim (1989) e a dissolução da URSS (1991), a China passou a ser percecionado como um país de menor interesse para os EUA no equilíbrio de força com a ex. URSS.

Mediante a isso, Jiang Zemin exacerbava a presença da China no mundo. De forma a acenar positivamente para os EUA, em 1992, Jiang Zemin foi pragmático em decretar o fim da lei marcial em Pequim e na província do Tibete. Ação que possibilitou o início de diálogo entre o presidente Bush e o seu primeiro-ministro, Li Peng, à margem da conferência das ONU. Porém, a subida do presidente Bill Clinton ao poder em 1994, abalaria a relação entre os dois países ao ponto de os EUA isolar e embargar a China até que houvesse mudança no regime político e, conseqüentemente, respeito pelos direitos humanos e liberdade de expressão. Exigências feitas pela administração Clinton.

Entretanto, é durante o mandato de Clinton que a China vê prolongado o estatuto da “Nação Mais Favorecida”; celebra o acordo de tecnologia de informação com Washington, em 1997; Clinton visita à China, em 1998, tornando-a mais relevante do que o Japão; há continuidade do reconhecimento da política de “Uma só China”; o senado e congresso norte-americano aprova em outubro de 2000, a lei comercial que garante os mesmos tipos de tratamento à China em relação a outros parceiros comerciais, pavimentando, em 11 de dezembro de 2001, à entrada da China na OMC.

Por outro lado, o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América durante à administração Bush e a aprovação da China na Organização Mundial do Comércio, em dezembro do mesmo ano, abriu o caminho para que Washington e Pequim convergissem ainda mais. O apoio do presidente Jiang Zemin ao presidente Bush na sua política de “Guerra ao Terror”, possibilitou que, de forma recíproca, a administração Bush classificasse a organização muçulmana que operava na província de Xinjiang como terrorista. Entretanto, como enfatizou Mahbubani (2020), a entrada da China na OMC garantiu a introdução, pela China, de mais de mil milhões de pessoas no comércio mundial; levou à perda de milhões de postos de trabalho no ocidente e proporcionou que o PIB chinês saísse de 1.2 mil milhões, em 2000, para mais de 11 mil milhões em 2015. Sem dúvidas, o maior legado deixado por Jiang Zemin foi a implementação da teoria da “Tripla Representatividade” que possibilitou a entrada da China na OMC e, conseqüentemente, a sua afirmação no cenário internacional.

A continuidade e o aperfeiçoamento de políticas assertivas dos seus antecessores, fez com que já no governo de Hu Jintao (a partir de 2002/2003), à administração Bush, através do Robert Zoellick, seu secretário de Estado, traçou como o objetivo a integração da China no sistema mundial de segurança, económico e político. Na sua perspectiva, a China era a maior beneficiária do sistema internacional liberal, mas ao mesmo tempo, era o país menos interativo nos assuntos internacionais. Apesar disso, durante a 60ª Cimeira da fundação das Nações Unidas, em setembro de 2005, Hu Jintao imprimiu o conceito de “Mundo Harmonioso”. Na qual, como mais tarde foi publicado no livro branco, a China advogaria pela cooperação entre os estados; criação de uma nova ordem mundial política e internacional; resolução pacífica de conflitos; coexistência pacífica das civilizações e esforçará para a diminuição do fosso desenvolvimentista entre os países desenvolvidos e os em vias de desenvolvimento.

A combinação da interatividade solicitada pela administração Bush e o desenvolvimento do conceito de “Mundo Harmonioso” por Hu Jintao, possibilitou com que, em 2006, a China saísse da posição 27ª para 3ª no comércio internacional; ultrapassasse o Japão como a segunda maior economia do mundo; alcançasse um PIB de 12.7% em comparação com os 2.8% dos Estados Unidos; introduzisse avultadas somas de dinheiro na economia ocidental, e redirecionasse, na crise financeira de 2008, 12.6% do seu PIB (cerca de 590 mil milhões de dólares) para o investimento em infraestruturas de grandes envergaduras (linhas ferroviárias, metros, malhas rodoviárias, aeroportos). E, em agosto do mesmo ano, a realização dos Jogos Olímpicos de Pequim.

Portanto, a pujança das ações de Pequim no cenário internacional enquanto os Estados Unidos empreendiam “Guerra ao Terror” e debatiam-se com a crise financeira, fez com que, em 2009, o presidente Barack Obama reconhecesse que os Estados Unidos

já não podiam se comportar como o “polícia do mundo” e o provedor da democracia para o resto do mundo – disseminação do destino manifesto. O realismo encontrado por Obama no contexto internacional, fê-lo optar pelo multilateralismo ao invés de unilateralismo. Levando-o, durante a sua visita à China em novembro de 2009, declarar que os dois países se posicionarão sob todas as formas de protecionismo; cooperarão de forma construtiva e positiva e respeitarão os “três comunicados conjuntos” no reconhecimento de “Uma só China”.

Todavia, reconhecendo-se do insucesso da sua estratégia política e, conseqüentemente, a perda de influência na região da Ásia-Pacífico para a China, em 2011, a sua secretária de Estado, Hillary Clinton, torna-se defensora do reposicionamento dos Estados Unidos naquela região do globo – “*Pivot to Asia*”. Não obstante a isso, a subida de Xi Jinping ao poder em 2012/2013 acelerou, como nunca visto, a cooperação e a dinâmica da China no contexto bilateral, multilateral e internacional. Pois, atrelado a sua política interna de “O Sonho Chinês & Rejuvenescimento Nacional” – instituído no livro branco, em outubro de 2013, primeiramente em Astana (Cazaquistão) e depois em Jacarta (Indonésia), Xi Jinping anuncia a revitalização da Iniciativa Faixa e Rota.

Pese embora a divulgação dessa iniciativa, durante o encontro com o presidente Obama, em setembro de 2013, o presidente chinês propôs a construção de um “Novo Modelo de Relacionamento” entre a China e os Estados Unidos. Assente, sobretudo, no aumento de trocas comerciais, aumento de investimento direto, intercâmbio de pessoas e respeito mútuo. A ousadia do presidente Xi permitiu com que, em 2014, o PIB chinês deixasse de ser nove vezes para duas vezes inferior ao dos Estados Unidos da América.

Portanto, a falta de um plano estratégico de longo prazo para contrapor o projeto chinês no cenário mundial, através da sua política “*Pivot to Asia*” à administração Obama limitou-se em fazer arranjos com parceiros e aliados asiáticos a fim de impedi-la de construir ilhas artificiais no mar meridional e assegurar logística e militarmente o apoio a Taiwan.

Se noutras áreas houve uma falta de estratégia da administração Obama perante à China, concernente a mudanças climáticas, mesmo que de formas distintas, as duas nações ratificaram e entregaram a Ban Ki-moon os seus *dossiers* com as suas políticas de combate a esse evento. Outrossim, de forma uníssona através de declaração conjunta, Washington e Pequim chegaram ao entendimento sobre a cooperação em segurança nuclear, em 2016.

Porém, a chegada inábil do presidente Donald Trump ao poder nos EUA, em 2017 e, conseqüentemente, o êxodo de mais de 59% dos altos funcionários e especialistas em relações internacionais da sua administração, contribuíram significativamente para que

agravasse a diminuição da influencia de Washington em relação a Pequim no cenário internacional. Ciente do que estava por vir, em outubro de 2017, o presidente Xi Jinping pôs fim ao limite do mandato, permanecendo-se no poder por tempo indeterminado. Se a priori houve uma aproximação efêmera entre os dois países, a verdade é que a partir de março de 2018, a administração Trump dá início a uma “Guerra Comercial” e, posteriormente, em maio de 2019, enceta uma “Guerra Tecnológica” contra a China.

A combinação da inexperiência de Trump, a adoção de uma política antagônica aos parceiros e aliados históricos dos EUA; o desprezo pelas organizações internacionais e, conseqüentemente, a retirada do seu país do acordo de clima de Paris, em 2017, pavimentou o caminho para que Pequim consolidasse a sua posição no mundo. Pois, à vista disso, com a organização da 1^o Exposição Internacional de Importação da China (CIIE-sigla em inglês), em novembro de 2018, o governo chinês conseguiu reunir, em Xangai, cerca de 170 países, 3500 empresas e 400 mil homens de negócios.

Como salientou Mahbubani (2020), até abril de 2019, mais de 120 países tinham assinados acordos com a China no âmbito da iniciativa faixa e rota e, por conseguinte, ampliado as suas relações comerciais, econômicas, culturais, tecnológica com Pequim. Por outro lado, como já citamos no capítulo anterior, o advento e o impacto do Covid 19 a partir de janeiro de 2020, evidenciou o quão preparado os dois países estavam para lidar com a mesma. Como observamos, enquanto a China comunicou, preparou e prestou auxílio sanitário e o envio de equipamentos de proteção individual (máscaras, testes antigénio, luvas, álcool em gel etc..) a diversos países, num primeiro momento, à administração Trump descredibilizou-a, centrando-se em disseminar desinformação e estigmatizar a China. A verdade é que, como consequência, até 30 de dezembro de 2020, os EUA tinham contabilizados mais de 340 mil mortes enquanto a China contabilizava cerca de 4.000 mil mortes. No mesmo período, a República Popular da China declarou a erradicação da extrema pobreza no país.

Em suma, este trabalho mostrou-nos que até meados de 2010, abertamente, os líderes norte-americanos não percecionavam a China como sendo uma ameaça mortal a sua existência. Pelo contrário, os seus líderes sempre acreditavam na transformação interna e externa da sociedade chinesa à sua imagem e, conseqüentemente, um aliado estratégico na Ásia-Pacífico. Porém, é a partir de finais de 2011, que a administração Obama, na pessoa da sua secretária de estado, Hillary Clinton, começa, de forma aberta e contundente a realçar sobre os reais perigos da República Popular da China para a existência de Washington na Ásia-Pacífico e, quiçá, no cenário internacional. Ciente da situação, ainda assim, Washington e Pequim seguiram-se estabelecendo relações pontuais sempre que necessário e antagonizando-se, sempre que convinhem, nos assuntos divergentes.

Entretanto, com a ascensão da administração Trump ao poder em 2017, os Estados Unidos alargaram as suas perceções de periculosidade proveniente da China e, concomitantemente, iniciou uma “Guerra Comercial”. Não obstante a isso, no campo tecnológico, retoricamente, o presidente Trump classificava a Huawei como sendo uma empresa espiã da China a operar nos Estados Unidos. Ordenando à proibição e a comercialização de seus produtos nos Estados Unidos. Na saúde, como vimos, com o advento do covid 19, a antagonização da China nos seus discursos e nas redes sociais eram constantes. Na sua administração, China sempre foi percebida como uma terrível ameaça.

Concernente à China, ao nosso ver, o que se sucedeu foi que, tendo em conta o seu passado histórico e o desejo de alcançar um estágio de reconhecimento nacional e internacional pelos seus feitos, estrategicamente, o país organizou-se internamente, abriu-se ao mundo quando tinha de o fazer, absorveu os seus conhecimentos, enriqueceu-se e se coloca, em diferentes áreas, numa posição de igualdade ou superioridade aos EUA. Confirmando a previsão feita por Qian Qichen²⁸ em 1991, que a nova ordem internacional não podia manter-se unipolar indefinidamente e que a China trabalharia no sentido de um mundo multipolar – o que significava que trabalharia no sentido de contrariar a proeminência norte-americana (Kissinger, 2011:497). Tudo isso, mediante a distração, a inércia e a falta de capacidade de resposta a longo prazo de Washington. O que nos leva a refletir sobre uma das frases do estratega chinês, Sun Tzu que diz que “garantir a invencibilidade está nas nossas mãos, mas a oportunidade de derrotar o inimigo é proporcionada por ele mesmo” (2009:27).

Posto isto, acreditamos que essa dinâmica se prevalecerá por muitos anos até a China atingir o seu objetivo maior que é à reintegração de Taiwan ao continente. E se ela chegar a esse estágio, dependendo do seu opositor na Casa Branca, possivelmente a relação entre os dois países entrará numa nova crise.

²⁸ Qian Qichen foi um diplomata e membro do partido comunista chinês entre 1992 e 2002. O referido também desempenhou o cargo de Ministro das Relações Exteriores da China entre 1988 e 1998. O diplomata também foi o responsável pelas negociações de fronteira entre a China e a União Soviética.

Referências Bibliográficas

- Acemoglu, D., & Robinson, A. J. (2013). “Porque Falham As Nações”. (10^aed), Lisboa: Temas e Debates.
- Antunes, F. D. (2014). A ascensão da China como Potência Mundial: Uma análise a partir da questão nuclear. <https://novasfronteiras.espm.br/RNF/article/view/37/36>
- AJMC. (2021, January 1). Linha de Tempo da Evolução de Covid-19. <https://www.ajmc.com/view/a-timeline-of-covid19-developments-in-2020>
- Aljazeera. (2013, June 8). *Obama calls for ‘new model’ at China summit*. <https://www.aljazeera.com/news/2013/6/8/obama-calls-for-new-model-at-china-summit>
- Allison, G. (2021). “Destinados à Guerra: Poderão a América e a China escapar à Armadilha de Tucídides?” (1^aed), Lisboa: Gradiva.
- ASEAN. (1967, July 8). *Asean Member States*: Jakarta, <https://asean.org/member-states/>
- Auslin, R. M. (2020). *Asia `s New Geopolitics*. (1^aed), California: Hoover Institution Press
- Bank of China (2019, August 6). *Statement of the People’s Bank of China on US Treasury Department Designating China as a Currency Manipulator*. <https://www.safe.gov.cn/en/2019/0806/1542.html>
- Barkin, S. (2008). *Qualitative Methods?* In Klotz. A & Prakash. D. “*Qualitative Methods in International Relations*”: A pluralist Guide (1rd ed.). New York: Palgrave Macmillan.
- Bennet, A. (2002). *Case Study Methods: Design, Use, and Comparative Advantage*. In Sprinz, F. D & Wolinsky, Y. (2004). “Cases, Numbers, Models: International Relations Research Methods”. Michigan: The University of Michigan.
- BBC. (2015, May 30). *US calls for land reclamation “halt” in South China Sea*. <https://www.bbc.com/news/world-asia-32941829>
- BBC. (2019, December 2). *China suspends US Navy visits to Hong Kong over support for protests*. <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-50626796>
- BRICS. (2001). Sobre a Fundação dos BRICS. <https://bricspolicycenter.org/programs/brics/>. Rio de Janeiro.
- Brzezinski, Z. (2014). “Os Estados Unidos e a Crise do Poder Mundial”. (1^aed), Lisboa: Gradiva.
- Brown, K. (2022). “Xi: Uma História de Poder”. (1^aed), Alfragide: Casa das Letras.
- Brunet, A., & Guichard, P. J. (2012). “O Objetivo Hegemónico da China”. (s./ed), Coimbra: Actual.

- C-SPAN. (2017, November 8). *U.S – China Relations*. <https://www.c-span.org/program/white-house-event/us-china-relations/491120>
- CBC. (2021, September 24). *The Meng Wanzhou Huawei saga: A timeline*. <https://www.cbc.ca/news/meng-wanzhou-huawei-kovrig-spavor-1.6188472>
- Cornell. L. S. (1975, January 3). *19 U.S. Code § 2431 - Exception of products of certain countries or areas*. <https://www.law.cornell.edu/uscode/text/19/2431>
- Corrêa. A, F. (1933). “Os Tratados de Comércio e a Cláusula da Nação mais Favorecida”. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- CNBC. (2019, May 13). *China is raising tariffs on \$60 billion of US goods starting June 1*. <https://www.cnbc.com/2019/05/13/china-is-raising-tariffs-on-60-billion-of-us-goods-starting-june-1.html>
- China Briefing (2018, April 3). *The US-China Trade War: What US products are Affected?* <https://www.china-briefing.com/news/us-china-trade-war-us-products-affected>
- China Daily. (2005, August 3). *Zoellick puts positive spin on ties*. https://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2005-08/03/content_465986.htm
- China Daily. (2005, December 22). *China's Peaceful Development Road*. https://covid-19.chinadaily.com.cn/english/home/2005-12/22/content_505678_5.htm
- China Daily. (2016, September 4). *Xi, Obama commit to climate deal*. https://www.chinadaily.com.cn/china/2016-09/04/content_26691170.htm
- China Embassy in USA (2011, November 3). *Hu Jintao Meets with His U.S. Counterpart Obama*. https://us.china-embassy.gov.cn/eng./zmgxss/201111/t20111115_4367327.htm
- China Embassy in USA (2012, March 26). *Hu Jintao Meets with US President Obama*. https://us.china-embassy.gov.cn/eng./zmgxss/201203/t20120328_4367813.htm
- China Embassy in USA (2012, May 4). *Promote Win-Win Cooperation and Build a New Type of Relations Between Major Countries*. https://us.china-embassy.gov.cn/eng./zmgxss/201205/t20120514_4367981.htm
- China Embassy in Denmark. (2013, September 6). http://dk.china-embassy.gov.cn/eng/ztdb/XZXG20FHY/201309/t20130912_3157962.htm
- China Embassy in India. (2013, December 4). *Defense Ministry spokesman on China's air defense identification zone*. http://in.china-embassy.gov.cn/eng/gdxw/201312/t20131204_2143850.htm
- China Embassy in Grenada. (2014, May 5). *China Reacts Strongly to US Announcement of Indictment Against Chinese Personnel*. http://gd.china-embassy.gov.cn/eng/fyrth/201405/t20140520_3501147.htm
- China Embassy in USA (2014, November 12). *Xi Jinping Holds Talks with President Barack Obama*. http://us.china-embassy.gov.cn/eng/zmgx/zxxx/201411/t20141115_4909273.htm

- China Embassy in Jamaica. (2018, December 13). *Foreign Ministry Spokesperson Lu Kang's Regular Press Conference*. http://jm.china-embassy.gov.cn/eng/wjbfyrth/201812/t20181213_4286181.htm
- China Embassy in Slovenia (2020, March 24). *Foreign Ministry Spokesperson Geng Shuang's Regular Press Conference*. https://si.china-embassy.gov.cn/eng/fyrth/202003/t20200324_3031645.htm
- China Embassy in Albania. (2020, March 4). *Foreign Ministry Spokesperson Zhao Lijian's Regular Press Conference*. http://al.china-embassy.gov.cn/eng/fyrth/202003/t20200304_2100898.htm
- China Power. (2017). *Does China's J-20 Rival Other Stealth Fighters?* <https://chinapower.csis.org/china-chengdu-j-20/>
- Clinton Library. (1997, October 29). *Clinton and Zemin Joint Press Conference*. <https://www.youtube.com/watch?v=HupI1TKN-aM&t=660s>
- Clinton Library. (1998, June 27). Conferência de imprensa entre o presidente Clinton e Zemin em Pequim <https://www.youtube.com/watch?v=2LpzElEiNoM&t=630s>
- Clinton, H. (2011, October 11). *America's Pacific Century*. <https://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>
- Climate Watch. (2009). Emissão de Gases de Efeito de Estufa- generalidade. https://www.climatewatchdata.org/countries/compare?calculation=ABSOLUTE_VALUE&locations=USA%2CCHN#ghg-emissions
- Climate Watch. (2009). Emissão de Gases de Efeito de Estufa – per capita. https://www.climatewatchdata.org/countries/compare?calculation=PER_CAPIT_A&locations=USA%2CCHN#ghg-emissions
- Cruz, M, R, D, F. (2011). “Independência e Auto-Suficiência: A Política Externa da República Popular da China entre 1957 e 1965”[Dissertação de Mestrado]. FCSH: Universidade Nova de Lisboa.
- Cox, C., et al. (1999, January 3). *U.S National Security and Military/Commercial Concerns. With The People's Republic of China*. Washington: <https://china.usc.edu/sites/default/files/article/attachments/cox-report-1999-us-china-military-security.pdf>
- CPJ. (2020, March 2). *US to limit visas at Chinese state media outlets, forcing dozens to leave*. <https://cpj.org/2020/03/us-to-expel-chinese-journalists-in-retaliation-for/>
- Deus, C, R. (2004). “A Política Externa Americana e a Europa – Dos Primórdios ao Final do Século XX”. (s./ed), Azeitão: Autonomia.
- Diário do Povo. (2015). *China Lança Documentário Sobre Visita de Deng Xiaoping aos Estados Unidos da América*. <http://portuguese.people.com.cn/n/2015/0513/c310816-8891872.html>
- Diplomático. P. (n.d.). *História Diplomática: Congresso de Vestefália. Relações Diplomática*. <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/historia-diplomatica?view=article&id=520:congresso-de-vestefalia&catid=119>

- Duarte, B, A, P. (2024). “As Dinâmicas Terrestre, Marítima, Digital e Ecológica da Faixa e Rota Chinesa”. (1ªed), Porto: 5 Livros.
- Feddersen, H, G., et al. (2016). *A Interação Estratégica China-Estados Unidos Envolvendo Taiwan: Elementos Para Uma Análise Atual*. Porto Alegre: Conjuntura Austral.
<https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/59537/36709>
- First Post. (2012, March 13). *China defends rare earths limits*.
<https://www.firstpost.com/fwire/china-defends-rare-earths-limits-242573.html>
- FMI. (2006). Crescimento do PIB em 2006.
https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADV_EC/WEOWORLD/IND/AGO/LBY
- FMI. (2009). Impacto da Crise Financeira em 2009 na China e nos EUA.
https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADV_EC/WEOWORLD/IND/AGO/LBY
- Foreign Policy. (2011), *America's Pacific Century*.
<https://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>
- Friede, R. (2022, dezembro 7). *A Tragédia Anunciada de Taiwan*.
<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/11248/8995>.
- Frankopan, P. (2018). “As Novas Rotas Da Seda”. (s./ed), Lisboa: Relógio D'água.
- Ganguly, S., et al. (2018). *The Routledge Handbook of Asian Security Studies*. (2ªed), Taylor and Francis: New York.
- Gaspar, C. (2021). “Teoria das Relações Internacionais”. (s./ed), Lisboa: Livros Horizonte.
- Gaspar, C. (2013). *Conflitos, Convergências e Crises*.
https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/9660/1/GASPARCarlos_Conflitos_convergenciasecrises_N_134_p_104_132.pdf
- Gomes, F, M, F. (2021) “O Fim do Ocidente?”. (1ªed), (n.d.): Alma dos Livros
- Global Times. (2020, July 24). *China's successful launch of Mars mission herald's new era of deep-space probes beyond the Moon*.
<https://www.globaltimes.cn/content/1195391.shtml>
- Jabbour, E., & Gabriele, A. (2021) “China: O Socialismo do Século XXI”. (1ªed), São Paulo: Boitempo.
- Jacques, M. (2012). “Quando a China Mandar no Mundo”. (1ªed), Lisboa: Temas e Debates.
- Johns Hopkins (2020). Comparação de números de infecções e mortes por covid 19 entre a China e outros países deste início da pandemia até agosto de 2020.
<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>
- Harold, W. S., et al. (2016). “*The Cyber Problem*” in *U.S.-China Relations*.
<https://www.jstor.org/stable/10.7249/j.ctt1cx3vfr.6?seq=1>

- Huawei. C. (2019, March 3). Reclamação da Huawei sobre o Governo norte-americano. <https://www.documentcloud.org/documents/5762196-Huawei-Complaint/?mode=document>
- Kaplan, D, R. (2022). “A Vingança da Geografia”. (1ªed), Lisboa: Clube do Autor.
- Khalil, O. (2016). *Deng and Carter: Normalization of Sino-American Relations*. <https://surface.syr.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1048&context=chronos>
- Kissinger, H. (2011). “Da China”. (1ªed), Lisboa: Quetzal.
- Kulacki, G. (2011, Outubro). *China`s Nuclear Arsenal: Status and Evolution*. <https://www.ucsusa.org/sites/default/files/2019-09/UCS-Chinese-nuclear-modernization.pdf>
- Kulacki, G. (2020, July). *Nuclear Weapons in The Taiwan Strait*. <https://nagasaki-u.repo.nii.ac.jp/records/939>
- Lakatos, E. & Marconi, M. (2003). “Fundamentos de Metodologia Científica”. (5ªed). São Paulo: Editora Atlas.
- Lamont. C. (2015). *Qualitative Methods in International Relations*. (2rd ed). London: Sage.
- Leonard, M. (2013). “A Terceira Geração de Políticos”. (1ªed), Lisboa: Gradiva.
- Lindsay, J. (2012). *Lesson Learned: Richard Nixon Goes to China*. <https://www.cfr.org/video/lessons-learned-richard-nixon-goes-china>
- Letwin, O. (2022). “China versus América: Um Alerta”. (s./ed), Lisboa: Relógio D`Água.
- Mações, B. (2022). “Corredor e Rota”. (s./ed), Lisboa: Relógio D`Água.
- Mahbubani, K. (2018). “A Queda do Ocidente? Uma provocação”. (1ªed), Lisboa: Bertrand Editora.
- Mahbubani, K. (2020). “A China já Ganhou?” (1ªed), Lisboa: Bertrand Editora.
- Martins, E, A, D. (2003). O Novo Conceito de Segurança da República Popular da China – Algumas Considerações”.
- Martins, E, A, D. (2006). China: Uma Emergência Pacífica? https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri10/RI10_04DAEMartins.pdf
- Mearsheimer, J, J., (2007) “A Tragédia da Política das Grandes Potências”. (1ªed), Lisboa: Gradiva.
- Masuda, M. (2009). *China’s Search for a New Foreign Policy Frontier: Concept and Practice of “Harmonious World*. https://www.nids.mod.go.jp/english/publication/joint_research/series3/pdf/3-3.pdf

- Ministry of National Defense of China. (2013, April). *The Diversified Employment of China's Armed Forces*.
<http://eng.mod.gov.cn/xb/Publications/WhitePapers/4887929.html>
- Ministry of Foreign Affairs of China. (s.d). *The Establishment of Sino-U.S. Diplomatic Relations and Vice Premier Deng Xiaoping's visit to the United States*.
https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/wjls/3604_665547/202405/t20240531_11367534.html.
- Ministry of Foreign Affairs of China. (2015, September 26). *Outcome list of President Xi Jinping's state visit to the United States*.
https://www.fmprc.gov.cn/eng/zy/jj/2015zt/xjpdmgjxgsfwbcbxlhgcl70znxlfh/202406/t20240606_11381553.html
- Ministry of Foreign Affairs of China. (2016, April 1). *Xi Jinping Meets with President Barack Obama of US*.
https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/jj/2016zt/xjpdjkjxgsfwbfbmgcxdshjqahf/202406/t20240606_11380807.html
- Ministry of Foreign Affairs of China. (2017, April 7). *Xi Jinping and Donald Trump Hold China-US Presidents' Meeting*.
https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/jj/2017zt/xjpdfjlxgsfwbfbmgfldjxzmyshw/202406/t20240606_11380627.html
- Ministry of Foreign Affairs of China. (2017, November 9). *Xi Jinping and US President Donald Trump Jointly Meet the Press*.
https://www.mfa.gov.cn/eng/wjb/zzjg_663340/bmdyys_664814/xwlb_664816/202406/t20240606_11401355.html
- Ministry of Foreign Affairs of China. (2018, December 2). *Xi, Trump hold "very successful" meeting on ties, trade*.
https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/jj/2018zt/xjpcxytjhzz/202406/t20240606_11380445.html
- Ministry of Foreign Affairs of China. (2019, November 20). *Foreign Ministry Spokesperson Geng Shuang's Remarks on US Senate Passing Hong Kong Human Rights and Democracy Act*.
https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/fyrbt/fyrbt/202405/t20240530_11349626.html
- Ministry of Foreign Affairs of China. (2020, July 24). *Foreign Ministry Spokesperson Wang Wenbin's Regular Press Conference*.
https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/fyrbt/lxjzh/202405/t20240530_11346844.html
- Ministry of Ecology of China. (2012, April 12). *China Stands Firm on Rare Earth Policy*.
https://english.mee.gov.cn/News_service/media_news/201204/t20120412_226032.shtml
- Nuclear Security Summit. (2016). *U.S Energy Secretary Moniz and Chinese Atomic Authority Open New Nuclear Security Training Facility*.
<https://www.nss2016.org/news/2016/3/22/qnrsv340k5qejxuisgg8v77bq4ur>
- NYT. (1979, August 26). *Mondale Greeted by Deng at Start of His Visit to China*.
<https://www.nytimes.com/1979/08/26/archives/mondale-greeted-by-deng-at-start-of-his-visit-to-china.html>

- NYT. (2013, June 8). *With CO2 Cuts Tough, U.S. and China Pledge a Push on Another Greenhouse Gas*. <https://archive.nytimes.com/dotearth.blogs.nytimes.com/2013/06/08/with-co2-cuts-tough-u-s-and-china-pledge-a-push-on-another-greenhouse-gas/?action=click&module=RelatedCoverage&pgtype=Article®ion=Footer>
- Observador. (16, Maio 2019). Trump declara "estado de emergência" e corta fornecimento de tecnologia a Huawei. <https://observador.pt/2019/05/16/eua-ameacam-chinesa-huawei-com-corte-no-fornecimento-de-tecnologia/>
- Olympic G. (2008, August 8). Cerimónia de Abertura de Jogos Olímpicos de Pequim 2008. <https://www.youtube.com/watch?v=bufV3EgyPGU>
- Ocantos, G, E. (2020). *Designing Qualitative Research Projects: Notes on Theory Building, Case Selection and Field Research*. In Curini. L & Franzese. R, *Research Methods in Political Science and International Relations* (2rd ed.). London: Sage Publications.
- PIIE. (2019, April). *The 2018 US-China Trade Conflict After 40 Years of Special Protection*. <https://www.piie.com/sites/default/files/documents/wp19-7.pdf>
- Pike, J. (2011, July). *First Taiwan Strait Crisis: Quemoy and Matsu Islands*. https://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy_matsu.htm
- Politico. (2019, April 26). President Reagan Visits China: <https://www.politico.com/story/2019/04/26/ronald-reagan-china-1984-1288612>
- Público. M. (1987, Dezembro 11). Declaração Conjunta Sobre a Questão de Macau. <https://dejri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/rar25-1987.pdf>
- Público. (11 Março 2018). Fim do Limite de Mandatos do Presidente foi Aprovado na China <https://www.publico.pt/2018/03/11/mundo/noticia/aprovado-o-fim-do-limite-de-mandatos-do-presidente-da-china-1806221>
- Público. (06 de Abril 2001). Jiang Zemin garante que 24 membros da tripulação do EP-3 estão “sãos e salvos”. <https://www.publico.pt/2001/04/06/mundo/noticia/jiang-zemin-garante-que-24-membros-da-tripulacao-do-ep3-estao-saos-e-salvos-17910>
- Quivy, R & Campenhoudt, L, V, (1998). “Manual de Investigação em Ciências Sociais”. (2ªed). Lisboa, Gradiva.
- Redlener, S., et al. (2020, October 21). “130,000 – 210,000 AVOIDABLE COVID-19 DEATHS – AND COUNTING – IN THE U.S.”. <https://roar-assets-auto.rbl.ms/documents/29938/Avoidable-COVID-19-Deaths-US-NCDP.pdf>
- Rogeiro, N. (2017). “O Pacto Donald: Trump Novo Contrato com a América ou Fraude?” (1ªed). Alfragide: Dom Quixote.
- Relatório Sobre Nono Plano Quinquenal. (1996). O Desenvolvimento Económico e Social Nacional e os Objetivos de Longo Prazo para o ano de 2010. <http://www.china.org.cn/95e/95-english1/2.htm>

- Reuters. (2014 March 5). *China to “to declare war” on Pollution, premier says*. <https://www.reuters.com/article/us-china-parliament-pollution-idUSBREA2405W20140305/>
- Reuters. (2018, December 2). *U.S., China agrees on trade war ceasefire after Trump, Xi summit*. <https://www.reuters.com/article/world/us-china-agree-on-trade-war-ceasefire-after-trump-xi-summit-idUSKCN100313/>
- Shi, J. (2020). *History of Trade Between China and USA*. <https://scrd.eu/index.php/scrd/article/view/64/57>
- Silva, C, R. (2013). Era Reagan: política externa, militarização e conservadorismo estadunidense na “Na Nova Guerra Fria”: http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/251_trabalho.pdf
- Silva, T, J. (2021). “Xi Jinping - A ascensão do novo timoneiro da China: O homem, a política e o mundo”. (1ªed). Faro: Sílabas & Desafios.
- Snow, E. (2018). *La Larga Marcha: Entrevista Con Mao Tse Tung*. (1ªed). Ituzaingó: Editorial Cienflores.
- Sousa, et al. (2022). “Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais”. (s./ed). Coimbra: Almedina.
- Taiwan Documents Project. (1982, July). *The “Six Assurances” to Taiwan*. <http://www.taiwandocuments.org/assurances.htm>
- Time. (2020, March 5). “Doomed from the Start.” *Experts Say the Trump Administration’s Coronavirus Response Was Never Going to Work*. <https://time.com/5797636/trump-botched-coronavirus-response/>
- The Associated Press. (2018, March 23). *Trump orders huge tariffs on China, raises trade war worries*. <https://apnews.com/article/73e5e5aa7be2408892e9904d642d2137>
- The Diplomat. (2014, May 20). *US Indicts 5 PLA Officers for Hacking, Economic Espionage*. <https://thediplomat.com/2014/05/us-indicts-5-pla-officers-for-hacking-economic-espionage/>
- The Guardian. (2018, June 27). *China will not tolerate US military muscle-flexing off our shores*. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/jun/27/china-not-tolerate-trump-military-muscle-south-china-sea>
- The Guardian. (2020, November 26). *Xi Jinping congratulates Joe Biden on election win*. <https://www.theguardian.com/world/2020/nov/26/xi-jinping-calls-to-congratulate-joe-biden-on-election-win>
- The Washington Post (1984, April 26). *Reagan Announces Nuclear Agreement with China*. <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1984/04/27/reagan-announces-nuclear-agreement-with-china/5c88f895-71af-47bd-bb62-ebd1f89eac9b/>
- The White House. (2009, April 1). *Statement On Bilateral Meeting with President Hu of China*. <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/statement-bilateral-meeting-with-president-hu-china>

- The White House. (2010). *National Security Strategy. US Government*
https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf
- The White House. (2011, November 17). *President Obama on the Australian Parliament.*
<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament>
- The White House. (2012, March 12). *Remarks by the President on Fair Trade.*
<https://obamawhitehouse.archives.gov/taxonomy/term/16/all?page=1003>
- The White House. (2012, March 26). *Remarks by President Obama at Hankuk University.*
<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2012/03/26/remarks-president-obama-hankuk-university>
- The White House. (2013, June 7). *President Obama's Bilateral Meeting with President Xi Jinping of China.*
https://www.youtube.com/watch?v=p3C1jLPIb_w&list=TLPQMzEwNzIwMjR1AcA7fa2C-Q&index=2
- The White House. (2014, November 12). *President Obama and President Xi Jinping in Joint Press Conference.*
<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/11/12/remarks-president-obama-and-president-xi-jinping-joint-press-conference>
- The White House. (2016, March 31). *U.S.-China Joint Statement on Nuclear Security Cooperation.*
<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/03/31/us-china-joint-statement-nuclear-security-cooperation>
- The White House. (2017). *National Security Strategy. US Government*
<https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>
- The White House. (2019, May 15). *Executive Order on Securing the Information and Communications Technology and Services Supply Chain.*
<https://trumpwhitehouse.archives.gov/presidential-actions/executive-order-securing-information-communications-technology-services-supply-chain/>
- The White House. (2020, January 15). *Remarks by President Trump at Signing of the U.S.-China Phase One Trade Agreement.*
<https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-signing-u-s-china-phase-one-trade-agreement-2/>
- The White House. (2020, January 31). *Proclamation on Suspension of Entry as Immigrants and Nonimmigrants of Persons who Pose a Risk of Transmitting 2019 Novel Coronavirus.*
<https://trumpwhitehouse.archives.gov/presidential-actions/proclamation-suspension-entry-immigrants-nonimmigrants-persons-pose-risk-transmitting-2019-novel-coronavirus/>
- The Texas Tribune. (2020, July 22). *Houston's Chinese Consulate abruptly ordered to close by Trump administration.*
<https://www.texastribune.org/2020/07/22/houston-chinese-consulate-close-donald-trump/>
- Tzu, S. (2009). "A Arte da Guerra". (1st ed), Lisboa: Bertrand Editora.

- Korean War Educator. (1953, July 27). *The Armistice Agreement*. <https://thekwe.org/topics/armistice/armistice.pdf>
- UCSB. (2016). *The American Presidency Project: Joint Statement by President Obama and President Xi Jinping of China on Nuclear Security Cooperation*. <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/joint-statement-president-obama-and-president-xi-jinping-china-nuclear-security>
- UN. (1996). *Human Rights: Status of Ratification*. <https://indicators.ohchr.org/>
- UN. (2020, March 30). *Covid-19 fears should not be exploited to attack and exclude minorities*. <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2020/03/covid-19-fears-should-not-be-exploited-attack-and-exclude-minorities-un?LangID=E&NewsID=25757>
- UN. (1 Março 2021). Após vários testes, OMS confirma que hidroxicloroquina não serve para evitar Covid-19. <https://news.un.org/pt/story/2021/03/1743092>
- University Y. (2008, November 12). *Bill Clinton Speaks at Yale Tercentennial*. <https://www.youtube.com/watch?v=lRtqp2XquZE>
- UPI. (1992, February 1). *Bush, Li Peng remain at odds over human rights*. <https://www.upi.com/Archives/1992/02/01/Bush-Li-Peng-remain-at-odds-over-human-rights/8076696920400/>
- USC. (1984, April 30). *President Reagan's Remarks at A Signing Ceremony For Four United States-China Agreements, 1984*. <https://china.usc.edu/node/19882>
- U.S. Congress. (1979, March 24). *Taiwan Relations Act*. <https://www.congress.gov/bill/96th-congress/house-bill/2479>
- U.S. Congress. (2000, January 24). *China Trade Bill*. <https://www.govtrack.us/congress/bills/106/hr4444/text>
- U.S. Congress. (2019, June 13). *Hong Kong Human Rights and Democracy Act of 2019*. <https://www.congress.gov/bill/116th-congress/senate-bill/1838/text>
- U.S. Department of State. (1997). *Southeast Asia Treaty Organization 1954*. <https://history.state.gov/milestones/1953-1960/seato>
- U.S. Department of State. (1958, August 26). *Telegram From the Embassy in the Republic of China to the Department of State*. <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v19/d45>
- U.S. Department of State. (1972, February 27). *Comunicado de Xangai. Joint Statement Following Discussions with Leaders of the People's Republic of China*. <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d203>
- U.S. Department of State. (2009, February 21). *Toward a Deeper and Broader Relationship with China*. <https://2009-2017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2009a/02/119432.htm>
- U.S. Department of State. (2010, July 23). *Declaração da Hillary Clinton após a participação no Fórum Regional da ASEAN*. <https://2009-2017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2010/07/145095.htm>

- U.S. Department of State. (2009, February 22). *Dragon TV Interview: Developing a Comprehensive, Integrated Dialogue with China*. <https://2009-2017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2009a/02/119434.htm>
- U.S. Department of State. (2013, November 23). *Statement on the East China Sea Air Defense Identification Zone*. <https://2009-2017.state.gov/secretary/remarks/2013/11/218013.htm>
- U.S. Department of State. (2020, July 23). *Communist China and the Free World's Future*. <https://2017-2021.state.gov/communist-china-and-the-free-worlds-future-2/index.html>
- U.S. Department of Justice. (2014, May 19). *U.S. Charges Five Chinese Military Hackers for Cyber Espionage Against U.S. Corporations and a Labor Organization for Commercial Advantage*. <https://www.justice.gov/opa/pr/us-charges-five-chinese-military-hackers-cyber-espionage-against-us-corporations-and-labor>
- U.S. Department of Justice. (2016, December 16). *Chinese Seize U.S. Navy Underwater Drone in South China Sea*. <https://www.defense.gov/News/News-Stories/Article/Article/1032823/chinese-seize-us-navy-underwater-drone-in-south-china-sea/>
- U.S. Department of Justice. (2019, January 28). *Chinese Telecommunications Conglomerate Huawei and Huawei CFO Wanzhou Meng Charged with Financial Fraud*. <https://www.justice.gov/opa/pr/chinese-telecommunications-conglomerate-huawei-and-huawei-cfo-wanzhou-meng-charged-financial>
- U.S. Department of the Treasury. (2019, August 5). <https://home.treasury.gov/news/press-releases/sm751>
- U.S. Trade. (2019, May 10). *Statement By U.S. Trade Representative Robert Lighthizer on Section 301 Action*. <https://ustr.gov/about-us/policy-offices/press-office/press-releases/2019/may/statement-us-trade-representative>
- U.S. Trade. (2020, January 15). *Economic and Trade Agreement Between The Government of The United States of America and The Government of The People's Republic of China*. https://ustr.gov/sites/default/files/files/agreements/phase%20one%20agreement/Economic_And_Trade_Agreement_Between_The_United_States_And_China_Text.pdf
- US. Today. (2017). *U.S. announces trade progress with China in 10 key areas*. <https://eu.usatoday.com/story/news/politics/2017/05/11/us-announces-trade-progress-china-10-key-areas/101571580/>
- VOA. (2013, November 27). *Pentagon: US-Japan Treaty Covers Disputed Islands*. <https://www.voanews.com/a/pentagon-usjapan-treaty-covers-disputed-islands/1799172.html>
- VOA. (2018, March 22). *US Announces Billions of Dollars in New Import Taxes on China*. <https://learningenglish.voanews.com/a/4311931.html>
- Wall Street Journal. (2020, February 3). *China Is the Real Sick Man of Asia*. <https://www.wsj.com/articles/china-is-the-real-sick-man-of-asia-11580773677>

- Waltz, N, K. (2002). “Teoria Das Relações Internacionais – Trajectos”. (1ªed), Lisboa: Gradiva.
- Webber, M, I. (2023). “Como a China Escapou da Terapia de Choque”. (1ªed), São Paulo: Boitempo
- Wolff, M. (2018). *Fire And Fury: Inside the Trump White House*. (1ªed), London: Little, Brown Book Group.
- WHO. (2019). *Coronavirus disease (Covid 19)*. <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/coronavirus-disease-covid-19>
- Wood, M. (2021). “A História da China”. (1ªed), Lisboa: Temas e Debates.
- WTO. (2020). *Members and Observers*. https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/org6_e.htm
- World Bank. (2009). *Total of United States and China Populations*. <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=US-CN&skipRedirection=true&view=map&year=2009>
- Xinhua. (2002, November 17). *Jiang Zemin Report at the 16th National Congress of the Communist Party of China*. <http://www.china.org.cn/english/2002/Nov/49107.htm#9>
- Xinhua. (2020, April 6). *China publishes timeline on COVID-19 information sharing, int'l cooperation*. http://www.xinhuanet.com/english/2020-04/06/c_138951662.htm
- Xinhua. (2017, February 10). *Xi, Trump agree to boost win-win cooperation, develop constructive China-U.S. ties*. http://www.xinhuanet.com/english/2017-02/10/c_136047185.htm
- Xinhua. (2017, November 3). *Íntegra do Relatório do 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China*. http://portuguese.xinhuanet.com/2017-11/03/c_136726423.htm
- Xinhua. (2018, November 5). *Speech by President Xi Jinping at opening ceremony of 1st China International Import Expo*. http://www.xinhuanet.com/english/2018-11/05/c_137583815.htm
- Yahuda, M. (2019). *The International Politics of The Asia-Pacific*. (4ªed), New York: Routledge.
- Zakaria, F. (2008). “O Mundo Pós-Americano”. (1ªed), Lisboa: Gradiva.

ANEXOS

Anexo I – Crescimento do PIB da China em 2006

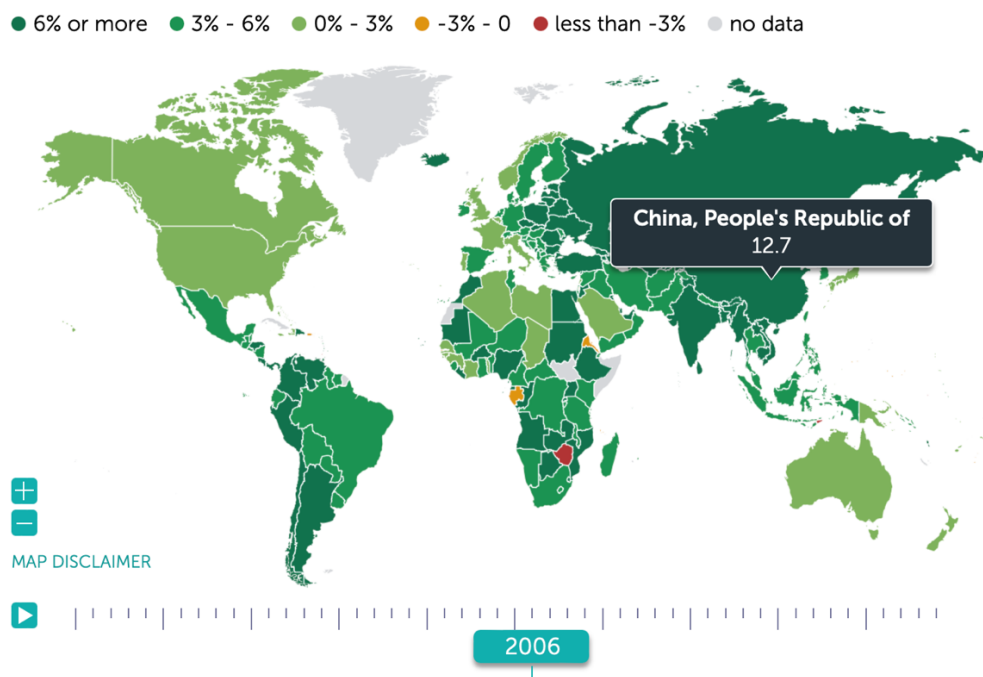


Figura nº 1- Crescimento do PIB chinês em 2006

Fonte: FMI, 2006

Anexo II – Impacto da crise financeira de 2008/09 nos Estados Unidos e na China

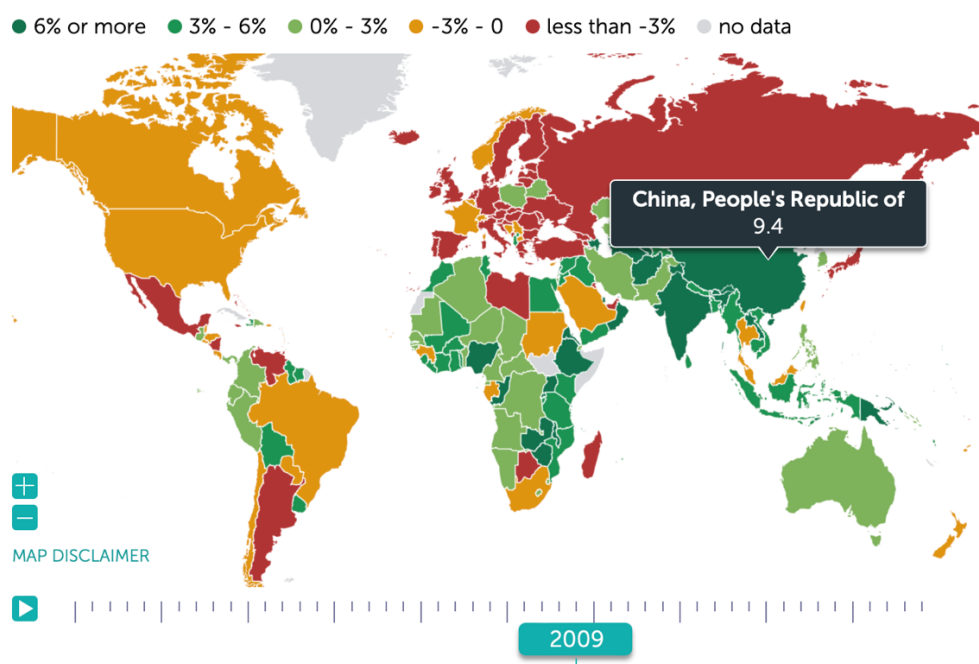


Figura nº 2 Impacto da Crise Financeira em 2009

Fonte: FMI, 2009

Anexo III – Emissão de gases com efeito de estufa entre os Estados Unidos e a China – generalidade

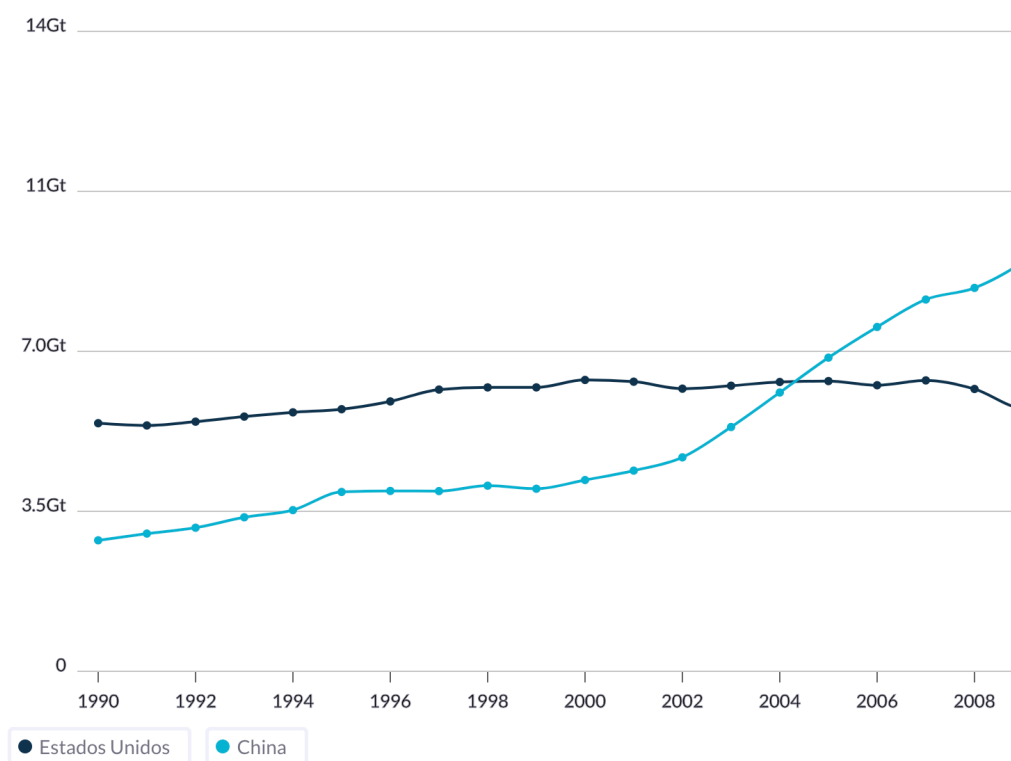


Figura nº 3- Emissão de Gases de Efeito de Estufa – generalidade

Fonte: Climate Watch, 2009

Anexo IV – Emissão de gases com efeito de estufa entre os Estados Unidos e a China – Per Capita

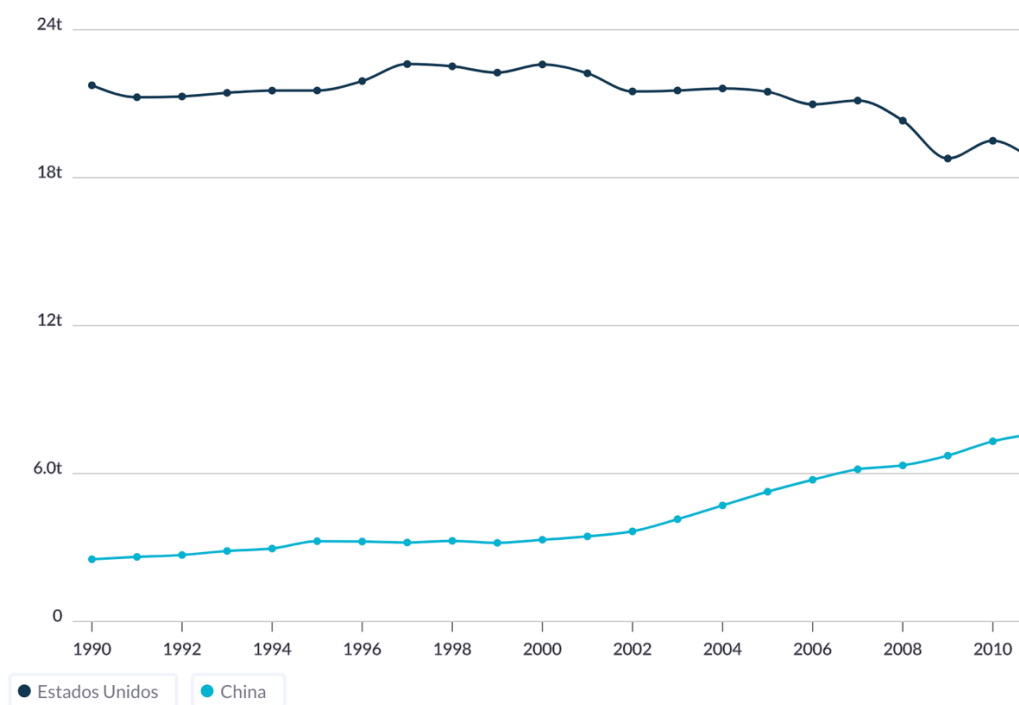


Figura nº 4: Emissão de Gases de Efeito de Estufa- Per Capita

Fonte: Climate Watch, 2009

Anexo V – Mar da China Meridional



Figura nº 5: Mar da China Meridional

Fonte: Deutsche Welle, 2017

Anexo VI – Caça furtivo chinês e norte-americano

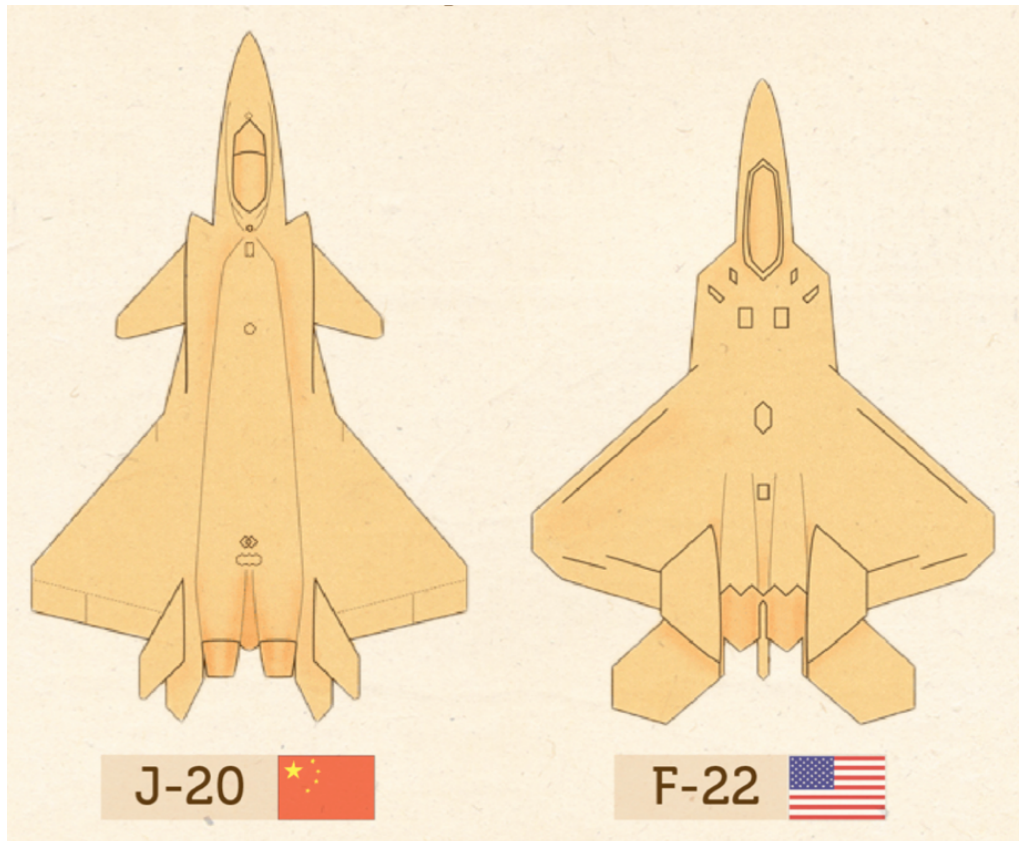


Figura nº 6: Semelhança entre caça furtivo chinês e norte-americano

Fonte: Center for strategic and international studies: China Power, 2011

Anexo VII – Iniciativa Faixa e Rota

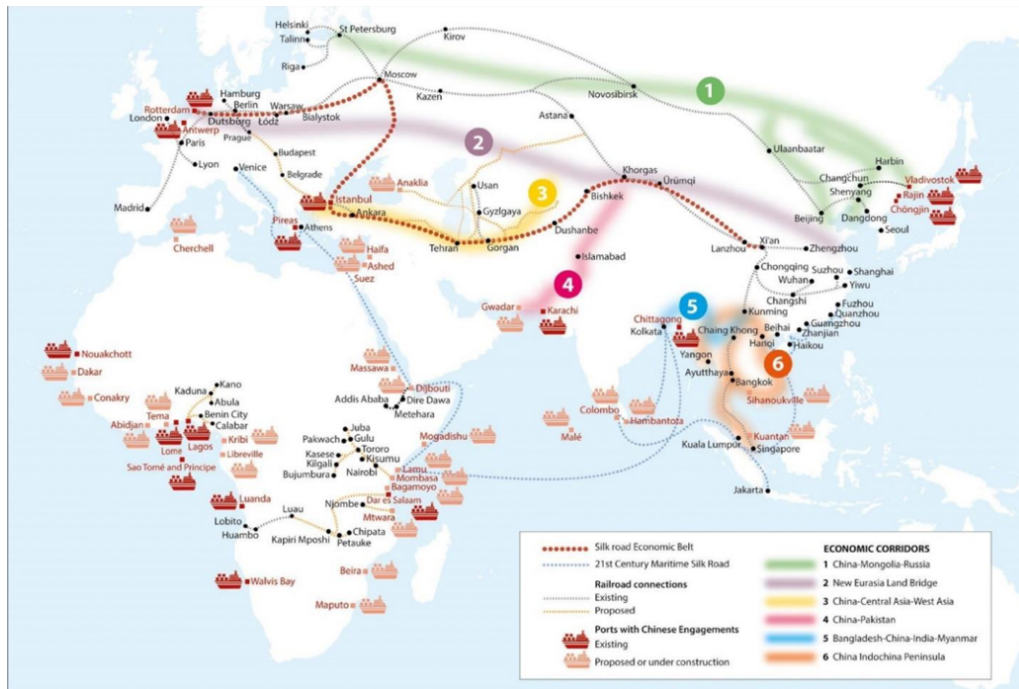


Figura nº 7: Iniciativa Faixa e Rota Revitalizada

Fonte: OCDE, 2018

Anexo VIII – Ilha artificial a ser construído pela China no seu Mar Meridional



Figura nº 8: Ilha artificial a ser construída pela China

Fonte: Asia Maritime Transparency (março de 2015)

Anexo IX – Guerra comercial entre os Estados Unidos e a China em números

País	Percentagem tarifária	Impacto económico em importação	Entrada em Vigor
EUA -1ª sanção	25%	U\$ 34 mil milhões	Julho de 2018
China -1ª sanção	25%	U\$ 34 mil milhões	Julho de 2018
EUA - 2ª sanção	25%	U\$ 16 mil milhões	Julho de 2018
China - 2ª sanção	25%	U\$ 16 mil milhões	Agosto de 2018
EUA-3ª sanção	10% e 25%	U\$ 200 mil milhões	Setembro de 2018 e Junho de 2019
China-3ª sanção	5% e 25%	U\$ 60 mil milhões	Setembro de 2018 e Junho de 2019
EUA- 4ª sanção	25%	U\$ 300 mil milhões	Informado em maio de 2019 (estado pendente)

Tabela nº 1: Guerra comercial entre EUA e China

Fonte: Congressional Research Service, 2019

Anexo X – Presidente Trump chama Covid 19 de vírus chinês

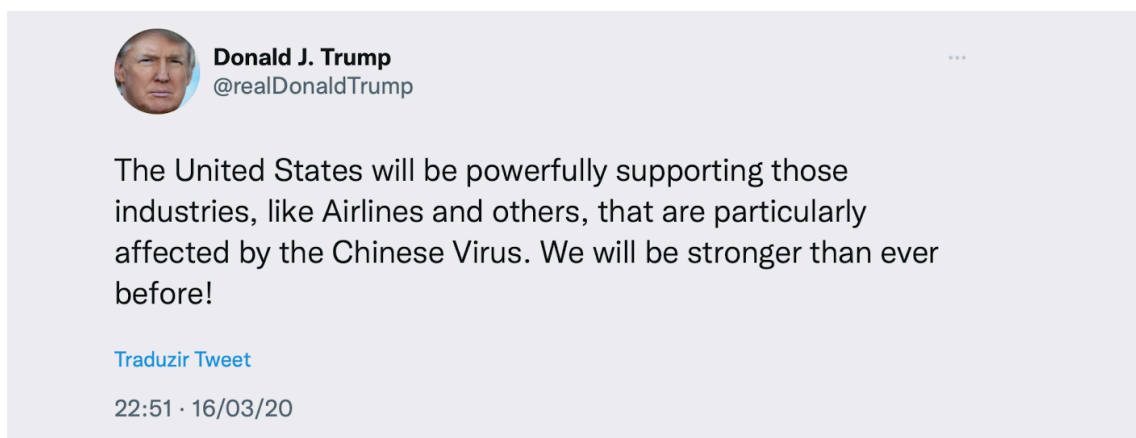


Figura nº 9: Presidente Trump classifica covid 19 de vírus chinês

Fonte: Twitter Donald J. Trump

Anexo XI – Queda do PIB dos Estados Unidos em 2020

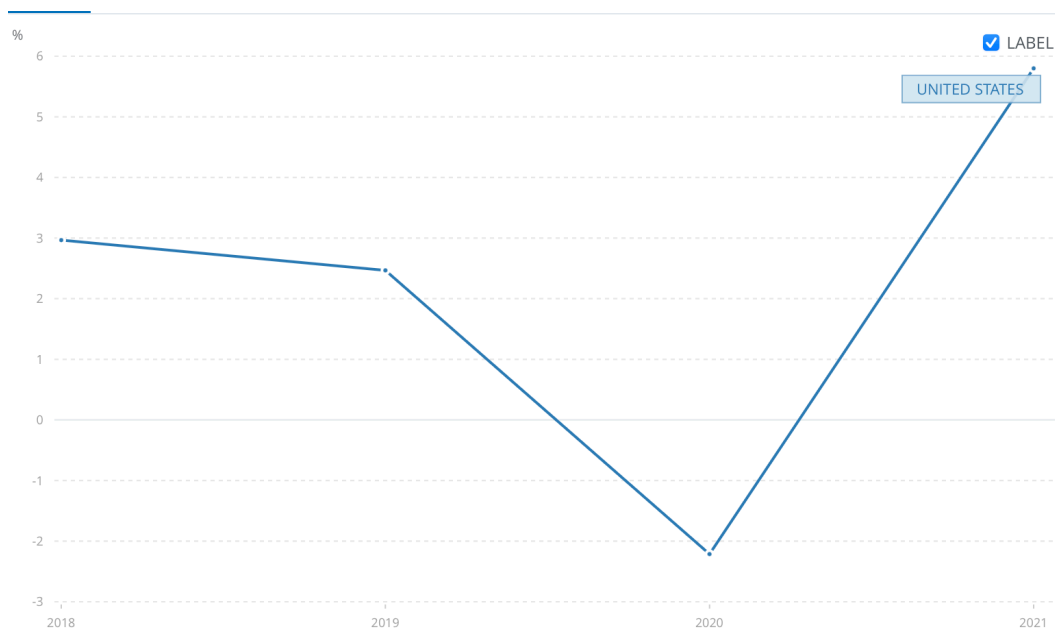


Figura nº 10: Queda do PIB norte-americano em 2020

Fonte: Banco Mundial, 2020

Anexo XII – Comparação de números de casos e mortes por covid 19 entre a China e alguns países

Países	Primeiro caso de covid 19	Nº de infeções	Nº de mortes	Nº de habitantes
Brasil	26 de fevereiro	3.908.272 milhões	121.381 mil mortes	+210 milhões
China	dezembro de 2019	85.008 mil casos	4.634 (dados de 29 de dezembro).	+1.433 mil milhões
Índia	30 de janeiro	3.691.166 milhões	65.288 mil mortes	+1.300 mil milhões
Indonésia	2 de março	174.796 mil casos	7.417 mil mortes	+270 milhões
Nigéria	27 de fevereiro	54.008 mil casos	1.013 mortes	+200 milhões
Paquistão	26 de fevereiro	295.849 mil casos	6.294 mil mortes	+216 milhões

Tabela nº 2: Comparação de números de infeções e mortes por covid 19 entre a China e outros países desde início da pandemia até agosto de 2020

Fonte: Repositório de dados do covid 19 da Universidade Johns Hopkins, 2020

Anexo XIII – Crescimento do PIB chinês durante a pandemia do covid 19

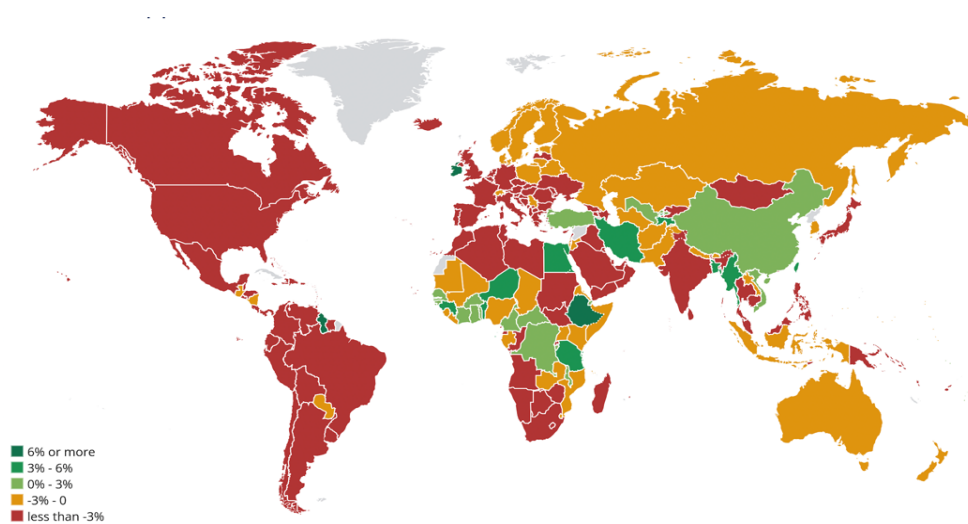


Figura nº 11: Crescimento do PIB mundial em 2020

Fonte: FMI, 2020